

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
DOUTORADO EM ECONOMIA

A TEORIA DA ACUMULAÇÃO DE JAMES STEUART: CONTROVÉRSIAS NO  
CONTEXTO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Maria Mello de Malta

Orientadora: Angela Ganem

Niterói  
Agosto de 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
DOUTORADO EM ECONOMIA

A TEORIA DA ACUMULAÇÃO DE JAMES STEUART: CONTROVÉRSIAS NO  
CONTEXTO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Maria Mello de Malta

Tese apresentada para o programa de doutorado em economia da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientadora: Angela Ganem

Niterói  
Agosto de 2005

MARIA MELLO DE MALTA

A TEORIA DA ACUMULAÇÃO DE JAMES STEUART: CONTROVÉRSIAS NO  
CONTEXTO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Tese apresentada para o programa de doutorado em economia da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Economia.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professora Doutora Angela Ganem - UFF (orientadora)

---

Professor Doutor Aloísio Teixeira - UFRJ

---

Professora Doutora Leda Paulani - USP

---

Professor Doutor Miguel Bruno - UERJ

---

Professor Doutor Antônio Maria da Silveira - UFRJ/FGV/UFF

---

Professora Doutora Ruth Helena Dweck -UFF

Niterói  
Departamento de Economia - UFF  
Agosto/2005

Aos meus queridos Fred,  
Bianca, Ângela e Aloísio que  
acreditaram em mim, mais  
que eu mesma, desde o  
princípio.

Às minhas queridas avós Lucy  
e Amélia pela força e coragem  
de mulheres que, no início do  
século XX, mantiveram sua  
profissão e sua maternidade  
sem perder a ternura jamais.  
Serão eternas fontes de  
inspiração.

## AGRADECIMENTOS:

Agradecer é um prazer incrível, pois nada é melhor que ter tido pessoas ao seu lado durante suas realizações.

Minha origem, meus valores, saber amar, acreditar no ser humano são coisas que devo aos meus pais. Meus queridos pais-amigos, Eglon e Tereza estiveram ao meu lado sempre, da forma mais plena que é possível.

Agradeço ter encontrado meus novos e eternos amores Fred e Bianca que me fizeram compreender o sentido da minha própria existência.

Meus irmãos Lucas e Rosa são meus melhores amigos e a referência de minha contemporaneidade. Nossas diferenças gigantescas evidenciam a identidade fantástica impressa em nossa educação, sentimentos e DNA.

Agradeço ainda aos meus pais intelectuais Aloísio Teixeira, Angela Ganem e Victória Crossman. Sem vocês não saberia pensar cientificamente e já teria perdido a fé no trabalho acadêmico, sem nem mesmo tê-lo conhecido em sua plenitude.

Meu coração não agüentaria sem meus queridos amigos Bianca, Luana, Karin, Paulo, Pedro, Tita, Clarice e Antônio Maria. De vocês tive carinho e, de formas muito diferentes, o contraponto de realidade para compreender o significado deste trabalho.

Todos os colegas da UFF, do LEPS/UFRJ e do LEMA/UFRJ foram especiais neste processo, pois foram pessoas com quem aprendi inúmeras coisas e dividi preocupações e expectativas nos últimos anos. Merecem meu especial obrigado Camille, Danielle, Victor, Bruno, Pablo, Fábio, Antônio, Ana, André, Rosy, Lucas, Castelo e Pablo B.

Agradecerei eternamente aos meus queridos e acolhedores companheiros que me deram um crédito impar. Maria Lucia, Ligia, Cláudio, Ludmila e Tereza me deram colo, tempo e carinho sem que eu precisasse pedir.

Devo ainda agradecer ao CNPq a oportunidade de pesquisar em Roma, tanto na *Università di Roma La Sapienza*, como junto ao Centro Sraffa na *Università degli Studi di Roma Tre*, onde tomei contato com trabalhos e pessoas que contribuíram decisivamente para a elaboração desta tese. Estas pessoas especiais foram, Prue Kerr, Roberto Ciccone, Antonella Stirati e o infinito Pierangelo Garegnani.

Todas as referências em língua estrangeira foram traduzidas livremente pela autora.  
Todo o conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade da autora.

**Resumo:**

Esta tese pretende fazer uma releitura, do ponto de vista teórico-analítico, da obra principal de James Steuart, os *Principles of Political Economy*, e dentro dela, mais especificamente, o tema que mais freqüentou seu pensamento: o desenvolvimento econômico. Para tratar do desenvolvimento econômico na forma de princípios, Steuart desenvolveu uma teoria da acumulação, a qual tomamos como base para a elaboração deste trabalho.

A proposta desta tese é compreender a contribuição de James Steuart à economia política, utilizando o referencial teórico sraffiano, a partir da contextualização de seus principais questionamentos teóricos para, finalmente, expor a sua teoria da acumulação e suas particularidades como fundamento para uma discussão heterodoxa que reintroduz o Estado de forma ativa no desenvolvimento econômico.

A obra steuartiana talvez seja a última que carregue a visão da economia do ponto de vista do poder do Estado e, neste sentido, a última a ser capaz de compreender o poder econômico do setor governamental, antes da revolução keynesiana.

Palavras-chave: James Steuart, Teoria da acumulação, Demanda efetiva, Estado.

**Abstract:**

This PhD thesis intends to put forward a review, from the theoretical and analytical standpoint, of James Steuart's main work, the *Principles of Political Economy*, and within it's body, underline the subject that was the most important for him: the economic development. Steuart developed an accumulation theory in order to approach the economic development in terms of principles. This theory is what we take as the basis to construct our work.

This thesis intends to understand the contribution of James Steuart to the political economy, using the sraffian point of view, contextualysing his main theoretical

questions and finally presenting his accumulation theory and its peculiarities as fundamentals to a heterodox debate that reincorporates the State action in the economic development analysis.

Steuart's work is perhaps the last one that brings up the perspective of States's power and, in that sense, the last one capable of understanding the power of the governmental sector, before the Keynesian revolution.

**Keywords:** James Steuart, Accumulation theory, Effective demand, State.

## *Índice:*

*Introdução:* \_\_\_\_\_ 3

*Capítulo I – A economia política clássica e a relação entre as teorias do valor e distribuição e as teorias da acumulação.* \_\_\_\_\_ 11

I. Controvérsias sobre o conceito de economia política clássica. \_\_\_\_\_ 11

II. O conceito de excedente como referência analítica: implicações da opção pela abordagem do excedente. \_\_\_\_\_ 18

III. O espaço para uma teoria do produto na estrutura analítica da economia política clássica. \_\_\_\_\_ 22

IV. A teoria da taxa de lucro, a teoria do produto e a teoria da acumulação clássica. \_\_\_\_\_ 25

1) O contexto teórico da controvérsia. \_\_\_\_\_ 25

2) A submissão do mecanismo de acumulação à teoria da taxa de lucro e o surgimento da lei de Say. \_\_\_\_\_ 29

3) A discussão Ricardo – Smith – Malthus sobre acumulação. \_\_\_\_\_ 34

*Capítulo II – A união entre as teorias do valor e distribuição e a teoria do produto na abordagem do excedente* \_\_\_\_\_ 45

I. A recuperação dos clássicos no contexto da abordagem do excedente. \_\_\_\_ 45

II. A crítica de Marx ao uso da lei de Say. \_\_\_\_\_ 47

III. A crítica keynesiana ao uso da lei de Say. \_\_\_\_\_ 52

IV. A proposta da teoria do produto de Keynes. \_\_\_\_\_ 57

<b>V. Keynes segundo Garegnani: a incorporação do princípio da demanda efetiva pela abordagem do excedente</b>	<b>62</b>
1) A crítica à teoria do valor e distribuição marginalista: “a controvérsia do capital”	62
2) A proposta de incorporação do princípio da demanda efetiva na abordagem do excedente	71

**Capítulo III - A teoria da acumulação de James Steuart: principais questões controversas.** \_\_\_\_\_ **76**

<b>I. Breves considerações sobre James Steuart como um autor Clássico</b>	<b>76</b>
<b>II. A formulação de Steuart para o processo de acumulação.</b>	<b>78</b>
1) Bases conceituais	78
2) A ausência de uma teoria da taxa de lucro como possibilidade analítica	82
3) O mecanismo de acumulação de Steuart	85
<b>III. A determinação do nível de produto em Steuart : lei de Say ou demanda efetiva?</b>	<b>94</b>

**Conclusão:** \_\_\_\_\_ **98**

<b>I. A teoria da acumulação de Steuart e sua relação analítica com o pensamento clássico e com o princípio da demanda efetiva.</b>	<b>98</b>
<b>II. Steuart x Smith: do indivíduo à ordem social.</b>	<b>102</b>
<b>III. Steuart e o nascimento da economia como ciência.</b>	<b>108</b>

**Bibliografia:** \_\_\_\_\_ **113**

## **Introdução:**

Sir James Steuart (1712-1780) era um aristocrata e diplomata escocês com grandes ambições de poder (Skinner, 1999). Após se qualificar como advogado (1735 -1740) engajou-se em um projeto, muito comum para jovens da aristocracia de sua época que tinha como objetivo tomar contato com outras culturas e modos de pensar, por meio de longas viagens pelos países da Europa.

Nos cinco anos em que esteve no continente viajou pela Holanda, Alemanha, França, Espanha e Itália. Na sua estadia na Itália tomou contato com os Jacobitas, grupo com o qual se envolveu politicamente desde então. Os ideais Jacobitas (aliança católico-conservadora) estavam associados à restauração do absolutismo e a crítica ao “credo” liberal. Os Jacobitas almejavam o retorno ao trono inglês da linhagem de James II – os Stuart – cuja deposição pela Revolução Gloriosa determinou o fim do absolutismo e a instalação de uma monarquia parlamentar. Em 1745, Steuart foi um dos grandes articuladores da Revolução Jacobita, que pretendeu levar o neto de James II – Charles Edward – ao trono da Inglaterra. O envolvimento político de Steuart com uma revolução fracassada contra a coroa britânica determinou seu exílio por dezessete anos.

Especula-se que a relação entre Steuart e os Jacobitas tenha tido como pano de fundo principal seu projeto pessoal de poder (Skinner, 1999). Uma carta de sua tia Mrs. Mure, compilada por Chamley (1965 a), juntamente com outros documentos, endossa a interpretação de Skinner sobre os interesses de Steuart:

“... se aquela revolução tivesse sido vencedora, conforme ele desejava, ele teria sido o primeiro homem do governo. Quando seu Príncipe estava em Edimburgo ele [Steuart] era consultado sobre tudo, ele escreveu o Manifesto, e várias outras coisas em jornais públicos, além de ter sido enviado como embaixador à França em busca de auxílio.”  
(Carta de Mrs. Mure, in: Chamley, 1965 a)

Foi no exílio (1746-1763), inicialmente na França, que Steuart iniciou seus estudos sobre economia política. Conforme Redman (1996), foi em Tübingen na Alemanha, que escreveu seu primeiro trabalho sobre temas de economia política<sup>1</sup>. Também no período em que esteve em Tübingen, escreveu os três primeiros livros de sua obra principal, os seus *Principles of Political Economy: being an Essay on the Science of Domestic Policy in Free Nations. In which are particularly considered Population, Agriculture, Trade, Industry, Coin, Interest, Circulation, Banks, Exchange, Public Credit, and Taxes*, que foram finalizados no seu retorno a Escócia, para serem publicados em 1767.

Esta tese pretende fazer uma releitura, do ponto de vista teórico-analítico, de sua obra principal, os *Principles*, e dentro dela, mais especificamente, o tema que mais freqüentou seu pensamento: o desenvolvimento econômico. Para tratar do desenvolvimento econômico na forma de princípios, desenvolveu uma teoria da acumulação, a qual tomamos como base para a elaboração deste trabalho.

Releituras e reabilitações do trabalho de Steuart têm sido realizadas desde os anos 40 do século XX, no bojo da crítica keynesiana à teoria marginalista<sup>2</sup>. Esta crítica articulava-se com a crise econômica de 1929 e o questionamento do liberalismo nos anos 30. Atualmente há uma nova tendência de trabalhos que visam à reabilitação da obra de Steuart<sup>3</sup>. Atribuímos tal tendência às questões levantadas nos últimos vinte e cinco anos acerca dos problemas relativos ao crescimento e ao desenvolvimento econômico vivenciados (crise latino americana da década de 80, crise asiática da

---

<sup>1</sup> "Dissertaton into the doctrine and principles of money, applied to German coin" foi publicado em 1761.

<sup>2</sup> O trabalho de referência é Sen (1947), que posteriormente escreveu sua tese de doutorado e um livro sobre a obra de Steuart. Podemos destacar também o artigo de Stettner (1945) publicado no *Quartely Journal of Economics*.

<sup>3</sup> Tortajada (1999) reúne uma série de artigos apresentados em uma conferência sobre Steuart realizada na no Museu da Revolução Francesa no Chatêau de Vizille em 1995. Blaug (1991) apresenta uma coletânea de artigos sobre a obra de Steuart produzidos desde 1945 até 1981 e apresentados em importantes revistas de economia em língua inglesa.

década de 90, a dificuldade de retomada da rota de crescimento pelos países europeus, o subdesenvolvimento crônico dos países africanos) e a sua possível relação com o realinhamento dos países centrais à forma extremada do neoliberalismo, especialmente no que se refere à adoção de políticas econômicas e sociais.

Dada esta conjuntura, parece bastante natural que os autores clássicos passem a serem reexaminados, na medida em que a principal questão da economia política clássica foi “as causas e a natureza da riqueza das nações”. Porém, a obra de Steuart possui características que a torna uma melhor fonte de inspiração clássica para a literatura crítica atual de cunho antiliberal<sup>4</sup>. Entre os autores clássicos, Steuart se destaca como o único que apresenta um argumento explicativo do crescimento econômico levando em conta a participação governamental ativa neste processo. A participação do Estado no desenvolvimento da economia abarca tanto o aspecto regulador e implementador de políticas econômicas, como o papel de investidor direto. Assim, o interesse especial em resgatar a obra de James Steuart tem relação também com a crescente crítica atual ao liberalismo econômico e o recrudescimento do protecionismo como parte da política econômica, principalmente dos países dominantes.

Como descreve Meek (1971), o aumento da tendência moderna a reabilitar certos autores antigos se relaciona com a observação de que:

“A teoria raramente acompanha a história: lacunas sérias surgem e se acumulam, embora permaneçam mais ou menos ignoradas pelos ortodoxos até que um acontecimento de força telúrica (a baixa de

---

<sup>4</sup> A maior parte dos economistas clássicos têm relação íntima com o pensamento liberal. Neste sentido, boa parte de suas respostas às questões da acumulação e do desenvolvimento econômico é menos alinhada com o pensamento crítico atual que as de Steuart. Como diria Roncaglia (1985), o primeiro economista de destaque a adotar o ponto de vista moderno, isto é, considerar as questões econômicas da perspectiva do bem estar dos cidadãos ao invés de ter como foco a força econômica do Estado foi Adam Smith”, o que deixa Steuart na tradição anterior.

1929, a publicação da *General Theory* de Keynes, o discurso de Khrushchev sobre Stalin) obriga a reconhecer-se que a teoria desligou-se da realidade. Segue-se que o reinado da complacência e do dogmatismo inicia a marcha para o esquecimento, e o homem começa a perguntar-se se certas idéias mais antigas, rejeitadas pela ortodoxia corrente, não teriam, afinal de contas, algum valor” (Meek, 1971; p.12).

Meek, por outro lado, alerta para os problemas normalmente contidos nos processos de reabilitação: “infelizmente, porém, poucos reabilitadores modernos escapam à tentação de utilizar o processo como base para uma re-interpretação completa da história do pensamento econômico, (...) em conseqüência, corre-se sério risco de perder o distanciamento crítico quando se analisa antigos sistemas teóricos” (op. cit.). É necessário, portanto, considerar o contexto histórico particular em que cada teoria foi proposta, para sermos capazes de encontrar importantes paralelos com algumas das idéias atualmente em voga e não cair na tentação de reescrever a história do pensamento com base em tais paralelos.

Neste sentido, procurou-se nesta tese não perder de vista a perspectiva histórica quando analisamos a obra de Stuart. Um trabalho da natureza do nosso só tem razão de ser do ponto de vista, cada vez mais atual, de que “o estudo da história do pensamento econômico é necessário tanto para nos dar senso de humildade e estabelecer pedigrees respeitáveis para as novas teorias, como também – e muito mais importante – para nos dar a direção correta na tarefa de tirar a economia do impasse em que se encontra em algumas áreas hoje em dia” (Meek, 1958).

A obra de Stuart possui, portanto, várias interfaces com idéias, conceitos e visões de mundo que só foram retomadas pela teoria econômica no século XX. A vitória do liberalismo, que disputava com o pensamento conservador do século XVIII, foi tão avassaladora, em todos os campos, que nem mesmo a ciência escapou. O trabalho de Stuart foi vítima desta derrota. Nunca um trabalho tão extenso e dedicado fora tão rapidamente eclipsado como foi o caso dos *Principles* de Stuart diante da *Riqueza das Nações* de Smith.

Não é possível, porém, discordar de Meek e Skinner quando afirmam que não foi apenas o viés conservador de Steuart que condenou seu trabalho ao ocaso. Smith apresentou uma proposta superior em vários outros sentidos. Seu texto tinha uma leitura mais fácil, seu sistema era completo analiticamente, sua percepção da sociedade que se formava era mais acurada e Smith se aproximava mais do padrão científico ditado pelas ciências naturais<sup>5</sup>.

Entendido em seu contexto, Steuart foi um cientista social conservador, que não conseguiu executar um projeto tão isento quanto gostaria, na medida em que seu conservadorismo o impediu de ver a sociedade que se formava e direcionou seu olhar para a forma social anteriormente existente, cuja permanência era seu desejo. O economista escocês não percebeu claramente que os problemas vivenciados pela sociedade em que vivia eram típicos de um período de transição, quando o velho e o novo convivem formando um sistema que não consegue se afirmar, parecendo estar em uma crise insuperável e não diante do nascimento de algo novo.

Steuart pensava em como solucionar os problemas econômicos de um Estado absolutista e atribuía boa parte das dificuldades vigentes aos descaminhos do liberalismo. Desta forma, identificava no Estado a força necessária para superar os problemas do crescimento econômico colocados pelo desenvolvimento crescente do modo capitalista de produção. Steuart não acreditava que ao deixar a economia livre de intervenções, emergiria espontaneamente dos interesses individuais, uma ordem social harmônica. No pensamento steuartiano o Estado deveria intervir para orientar o auto-interesse dos indivíduos em prol do interesse público maior. A obra steuartiana talvez seja a última que carregue a visão da economia do ponto de vista

---

<sup>5</sup> Há quem afirme, como é o caso de Kobayashi (1999), que Steuart pertencesse a uma tradição científica mais aristotélica (no sentido de ter sempre laços próximos com a realidade), enquanto Smith caminha na direção de desenvolvimento de um método mais platônico (no sentido de caminhar para uma formulação totalmente referida ao campo das idéias). Nossa interpretação se apóia em Redman(1996) e Skinner (1965) e afirma que Smith e Steuart estavam muito próximos do ponto de vista metodológico, sendo ambos parte de uma tradição do método histórico.

do poder do Estado e, neste sentido, a última a ser capaz de compreender o poder econômico do setor governamental, antes da revolução keynesiana.

Não se pretende tomar partido ou incorrer no erro, já alertado por Meek (1971), de tentar reinterpretar a história do pensamento para convencer o leitor da superioridade da solução de Steuart em relação à de Smith. O que se deseja é recuperar o pensamento de Steuart em relação à teoria da acumulação, para iluminar pontos importantes sobre o processo de desenvolvimento e mostrar que, dentro de seu conservadorismo, foi capaz de formular questões que hoje são caras à heterodoxia.

A proposta desta tese é, portanto, compreender a contribuição de James Steuart à economia política, utilizando o referencial teórico sraffiano. O foco será sua teoria da acumulação. Para cumprir este objetivo, optou-se por um caminho que parte da discussão do conceito de economia política clássica para identificar a filiação sraffiana do argumento desenvolvido neste trabalho. Em seguida, discutem-se as questões da acumulação nos autores clássicos com obras mais importantes sobre o tema. De uma perspectiva sraffiana, introduz-se a questão heterodoxa do questionamento à validade da lei de Say, percorrendo o caminho de entendimento da teoria clássica ao questionamento sobre a importância desta noção na teoria marginalista. Apresenta-se, então, a possibilidade analítica da incorporação do princípio da demanda efetiva à estrutura clássica do valor e da distribuição, fazendo referência ao trabalho de Keynes e à crítica sraffiana à teoria marginalista. Expõe-se, finalmente, a teoria da acumulação de James Steuart e suas particularidades como fundamento para uma discussão heterodoxa que re-introduz o Estado de forma ativa no desenvolvimento econômico. Sua valorização da intervenção do governante destaca não apenas o papel do Estado como gerador de investimento, mas também como incentivador ao consumo improdutivo, postura rara entre os clássicos. Tais particularidades reafirmam a dualidade de sua obra, inclusive do ponto de vista analítico, e nos fornece elementos para compreender como, por meio de seu conservadorismo, trata de temas caros à heterodoxia de hoje.

A tese está dividida em três capítulos, além desta introdução e uma conclusão. O primeiro capítulo trata das visões mais conhecidas sobre economia política clássica e opta pela visão sraffiana no desenvolvimento do trabalho. Procura-se extrair as principais implicações analíticas desta opção para propor a primeira questão teórica: a necessidade de uma teoria do produto para se compreender o processo de acumulação. Com esta questão em mente, escolhemos como interlocutores de Steuart aqueles autores clássicos da tradição britânica que desenvolveram uma teoria da acumulação articulada com a lei de Say, e aqueles que se propuseram a desenvolver uma teoria da acumulação criticando a lei de Say. Os autores escolhidos foram Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus.

Da mesma forma que não é possível trabalhar com economistas clássicos e não tratar de Smith e Ricardo e é impossível tratar de demanda efetiva entre os clássicos e não mencionar Malthus é inconcebível escrever sobre o princípio da demanda efetiva e não explorar o trabalho de Keynes. Sendo assim, no segundo capítulo traçamos uma trajetória da crítica à lei de Say na tradição heterodoxa para se chegar à proposição sraffiana. Esta proposta articula a teoria do produto baseada no princípio da demanda efetiva com a teoria do valor e distribuição clássica. Para justificar esta opção analítica, faremos uma breve apresentação da crítica sraffiana ao problema do capital na teoria marginalista original, cuja natureza impossibilita a incorporação do princípio da demanda efetiva nos termos originais de Keynes.

Ao capítulo III coube, portanto, a tarefa de introduzir James Steuart nesta complexa discussão analítica. Retoma-se, de forma breve, a leitura, apresentada em trabalho anterior<sup>6</sup>, que retira Steuart da vala comum do mercantilismo e o coloca na tradição clássica. Apresenta-se a sua teoria da acumulação, indicam-se as principais limitações e novidades de seu trabalho, para finalmente concluir com uma pergunta sobre a

---

<sup>6</sup> O trabalho a que nos referimos é *A Teoria da Acumulação de James Steuart* (Malta, 2001) no qual se faz a apresentação detalhada da teoria do valor e distribuição de Steuart para caracterizá-lo como um economista clássico.

compatibilidade de seu argumento com as possibilidades analíticas de determinação do nível de produto relacionáveis a sua obra.

A conclusão desta tese possui dois movimentos: um primeiro que sistematiza os principais resultados da discussão acerca da contribuição analítica da teoria da acumulação de Steuart; e um segundo movimento que explicita questões de ordem metodológica e epistemológica decorrentes de sua contribuição para a teoria econômica. Estas questões, pertinentes e interessantes servem como um ponto de partida para estudos sobre a obra do autor que só podem ser devidamente exploradas no campo da metodologia, da filosofia da ciência e da historiografia do pensamento o que prova a densidade do pensamento de Steuart e a possibilidade que sua contribuição traz para novas questões para a economia política e para a história do pensamento econômico.

## **Capítulo I – A economia política clássica e a relação entre as teorias do valor e distribuição e as teorias da acumulação.**

“Qualquer ciência se organiza como um complexo de regiões de conhecimento a partir de um núcleo teórico que lhe garanta consistência, a finalidade, o sentido geral e sua hierarquia de estruturação. Cada uma de suas regiões particulares encontra sua finalidade a partir deste núcleo central; sua razão de ser tem um caráter externo, relativo. Cada parte remete à questão de sua necessidade ao núcleo central da ciência.” (Tolipan, 1988, p.3)

### **I. Controvérsias sobre o conceito de economia política clássica.**

Não é possível estabelecer um debate sobre questões referentes à economia política clássica sem antes nos debruçarmos sobre o significado do próprio conceito. Podemos dizer que existem basicamente quatro grandes visões sobre o que é economia política clássica: a que surge da combinação das interpretações de Marshall e Veblen, a de Schumpeter, a marxiana e a que tem sua origem em Marx e é desenvolvida por Sraffa. Há divergências consideráveis sobre que autores participariam da tradição clássica de pensamento, bem como qual o período histórico deve ser tomado como relevante para enquadrá-la. Este último, segundo alguns autores, pode variar em até cem anos. Apresentamos a seguir, de maneira sumária, as quatro visões, destacando as suas principais diferenças e em que se baseiam.

A visão estruturada em torno da definição usualmente encontrada para economia política clássica é o resultado de um “acordo” que Alfred Marshall<sup>7</sup> estabeleceu entre a tradição ricardiana e a revolução marginalista. Esta definição enfatiza a continuidade entre clássicos e neoclássicos, indica o início do período clássico com a obra de Smith e inclui nela, David Ricardo e John Stuart Mill. O período neoclássico se iniciaria com a publicação da obra de Marshall, porém sem que houvesse qualquer ruptura teórica fundamental entre os dois períodos. Nesta análise está embutida a idéia de que só existe uma linha teórica em economia, que hoje atinge seu mais alto grau de desenvolvimento atestado pelo *mainstream*. Esta perspectiva defende a idéia de que, ao longo do tempo, o que se observa na história do pensamento econômico é uma sucessão de autores que anteciparam de forma mais ou menos completa esta teoria.

No quadro desta definição é possível reescrever a história do pensamento econômico de acordo com a contribuição conceitual que cada autor deu para a concepção teórica atualmente dominante. Assim, constrói-se uma noção evolucionista da economia em que os autores seguem, mais adequadamente ou menos consistentemente, o caminho para se chegar ao desenvolvimento atual da análise econômica<sup>8</sup>.

Dentro desta perspectiva, o pensamento clássico se reduz a uma coleção de autores ingleses e escoceses que escreveram desde um pouco antes do período vitoriano até Marshall, quando se daria início ao pensamento neoclássico. Desta forma, deixaria de existir uma escola de pensamento clássica para existir um “período clássico”.

Um reforço importante nesta perspectiva foi dado por Veblen (1919). Este autor criou o termo neoclássico para designar a escola de pensamento que tinha Marshall como a

---

<sup>7</sup> Marshall afirmava estar fazendo uma síntese do custo de produção de Ricardo, portanto da curva de oferta, com a curva de demanda de Jevons. Teixeira (2005) faz uma discussão sobre a introdução por Marshall do uso da expressão “*economics*” em substituição à “*political economy*” como traduzindo sua consciência da revolução que se processava na ciência econômica.

<sup>8</sup> Para uma discussão que traz mais detalhes e trabalha a versão ortodoxa da história do pensamento econômico ver Tolipan (1988).

figura central. Veblen, referenciando-se ao próprio Marshall defendia a idéia de que existia uma continuidade filosófica entre Smith, Ricardo e os marginalistas, na medida em que todos possuiriam em comum uma abordagem utilitarista e uma hipótese psicológica hedonista. Veblen criou então o termo neoclássico para denominar os autores marginalistas e com isso sublinhar tal continuidade. O objetivo desta expressão era, portanto, indicar uma continuidade filosófica, resguardado o descompromisso com o tipo de análise teórica para economia de cada um destes autores. Desta forma, esclarece-se um pouco o mistério em torno do uso do termo “neoclássico” para designar um pensamento que pretendeu criticar e substituir a teoria clássica. Dentro deste argumento se fôssemos avaliar as linhas teóricas dos economistas clássicos e dos marginalistas (os neoclássicos), seria mais apropriado chamar estes últimos de “anticlássicos”<sup>9</sup>.

Esta forma de ler a história do pensamento econômico traz consigo o problema do uso de critérios de classificação e taxonomia de fundo não econômico. Por exemplo, seguindo a classificação de Veblen, dois autores que explicitamente seguem a mesma teoria do valor e da distribuição, como Ricardo e Marx, estariam classificados em grupos antagônicos, pois Ricardo seria um hedonista e utilitarista, enquanto Marx não o seria.

Enquanto esta primeira visão pode ser atribuída aos economistas ortodoxos, podemos encontrar ainda entre os economistas heterodoxos, três perspectivas distintas: a baseada na análise de Schumpeter a respeito da história do pensamento econômico; a desenvolvida pelos marxistas; e a apresentada por Sraffa, baseada no conceito de economia política clássica que Marx desenvolveu no livro *“Teorias da Mais-valia”*.

Da mesma forma que a visão ortodoxa sublinha uma continuidade entre clássicos e marginalistas, todas as visões heterodoxas têm em comum a ênfase oposta. Para os heterodoxos há uma ruptura fundamental entre os desenvolvimentos teóricos

---

<sup>9</sup> Sobre este tema ver Aspromourgos (1986).

clássicos e marginalistas. Cada escola dará destaque para um aspecto desta descontinuidade.

A idéia de ruptura é endossada pelos próprios pioneiros da escola marginalista, como Jevons e Wicksteed, que viam suas idéias como diametralmente opostas à perspectiva do “custo de produção” da “escola ricardiana”. Como afirma Jevons (1871)<sup>10</sup>, a opinião nova, na época, era que o valor depende inteiramente da utilidade, enquanto a opinião prevalecente até então era que o valor tinha sua origem no trabalho. Desta forma, a escola austríaca identificava os clássicos com uma teoria do valor baseada no trabalho e se propunha a criticar tal teoria substituindo-a por uma nova perspectiva.

A análise de Schumpeter sobre a Economia Clássica reforça a perspectiva dos austríacos iniciais e considera pouco rigoroso o desenvolvimento teórico da escola clássica. Deste ponto de vista, Schumpeter defende que a teoria clássica seja abandonada e substituída pela teoria desenvolvida pela escola austríaca, que por sua vez criticou Marx e os ricardianos. Schumpeter acreditava que a análise econômica que partia de uma teoria do valor baseada na utilidade daria frutos mais saudáveis para o desenvolvimento da economia como ciência.

Já os marxistas fazem a leitura praticamente oposta: consideram que os clássicos apresentavam uma teoria válida que merecia ser retomada e desenvolvida, e não substituída, apesar de ideologicamente equivocada. Reforçando a leitura marxista da economia política clássica, os seguidores de Marx se propõem a retomar o método clássico de análise, porém com uma perspectiva político-ideológica completamente diferente. A principal questão a ser re-valorizada, rediscutida e desenvolvida seria a da teoria do valor-trabalho.

A escola marxista e Schumpeter, apesar de possuírem visões distintas sobre a validade teórica das propostas da escola de pensamento clássica, percebê-la-ão da mesma forma, propondo uma definição semelhante para economia política clássica.

---

<sup>10</sup> Ver, especialmente, o Capítulo IV sobre *A teoria da troca*.

O critério utilizado por ambos os grupos para diferenciar os clássicos dos neoclássicos é a origem diversa do valor que ambas as escolas possuem: os clássicos baseados no valor-trabalho e os marginalistas tendo a utilidade como fonte do valor.

Discutir a origem do valor nos obriga a incorporar no trabalho conceitos filosóficos sobre o que, de fato, impõe o valor às mercadorias. A noção filosófica de valor transcende as questões materiais concernentes à economia política e cria algumas áreas cinzentas no processo de classificação das escolas de pensamento.

De fato, no caso deste corte analítico compartilhado por Schumpeter e pelos marxistas, encontraremos uma série de problemas para a classificação de alguns autores entre os clássicos. As obras de autores como Smith e Ricardo teriam limites para se enquadrarem na escola clássica, na medida em que variam sua abordagem sobre valor. A teoria do valor trabalho para Smith só tinha validade no estado rude-primitivo, portanto apenas sob esta hipótese, seu trabalho se enquadra na escola clássica. Ricardo deixou de considerar válida a teoria do valor trabalho a partir da 3ª edição dos *Princípios*. Neste sentido, pode-se considerar que, além destas fases de Ricardo e Smith, teríamos apenas os socialistas ricardianos e Marx como membros da escola clássica. William Petty, Richard Cantillon, autores fisiocratas, Malthus e tantos outros não poderiam ser classificados como clássicos porque consideram mais de uma fonte do valor. Além disso, autores que atribuísem a origem do valor à utilidade estariam automaticamente fora da escola clássica.

A visão, que chamaremos de sraffiana, sobre o que é economia clássica foi desenvolvida a partir da obra de Piero Sraffa, com a publicação da edição crítica das obras de Ricardo em 1951. Esta interpretação ganhou força após a publicação de *“Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias”* em 1960. Este livro buscou retomar o pensamento clássico de onde tinha sido abandonado e ainda fazia uma crítica à teoria neoclássica.

Para Kurz (1998), Sraffa “teve sucesso em destruir a visão marshalliana de que a história do pensamento econômico era essencialmente uma avenida de mão única partindo de conceitos primitivos para chegar em conceitos mais sofisticados de oferta

e demanda, meramente deixando para trás erros de raciocínio e hipóteses restritivas”.

A base desta ruptura de Sraffa com a visão tradicional está na reformulação do conceito de economia política clássica. A interpretação de Sraffa do que seria a escola clássica<sup>11</sup> é totalmente diferente destas três visões apresentadas como as tradicionais entre ortodoxos e heterodoxos. Esta interpretação afirma que o conceito de excedente é o elemento comum aos clássicos. Tal conceito é o que possibilita a comunicação entre eles, o que permite o desenvolvimento contínuo de seus trabalhos usando seus precursores como referência, e o que possibilita a discussão entre eles, nos mesmos termos conceituais desde 1650, com William Petty, até Ricardo, em 1823.

Esta idéia de Sraffa já estava presente em Marx em seu *“Teorias da Mais-valia”*<sup>12</sup>. Neste livro Marx valorizava o método clássico de análise econômica, buscando retomá-lo e desenvolvê-lo. Na época que escreveu esta obra, já estava em curso a revolução marginalista e, portanto, já se perdia progressivamente a noção do que era de fato a tradição clássica. Apesar de considerar que a grande descoberta científica destes autores era o conceito de excedente, Marx identificou algumas limitações nas suas teorias da acumulação, dada a existência, pelo menos implícita, da lei de Say em seus argumentos<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> A referência principal para esta interpretação é a introdução que Sraffa escreveu para as Obras Completas de Ricardo em 1951.

<sup>12</sup> Conforme citado por Aspromourgos (1996) a noção de economia política clássica foi inventada por Marx. Marx (1859) delineou esta escola como “se iniciando com Sir William Petty na Inglaterra e Pierre de Boisguilbert na França e terminado com David Ricardo e J.C.L. Sismond de Sismondi” (citado em Aspromourgos, 1996, p.2)

<sup>13</sup> Marx ainda identificava que a principal falha da economia política clássica era não ter reconhecido que seu objeto e suas categorias analíticas eram historicamente determinadas e não naturais. Isto é um elemento muito importante para diferenciar o pensamento de Marx daquele dos economistas políticos clássicos. É neste sentido que não é possível considerá-lo como parte desta escola de pensamento. Por trás desta diferença há um projeto científico diferente, baseado em uma diferença substantiva no método.

Enfim, sendo o conceito de excedente um conceito econômico e sabendo que tal conceito é a base de uma determinada teoria do valor e distribuição, classificar-se-á como clássicos, segundo esta leitura do pensamento econômico, todos os autores que possuírem o conceito de excedente como base de sua análise até o advento da revolução marginalista.

Isto significa afirmar que, neste trabalho seguiremos a leitura sraffiana sobre a economia política clássica<sup>14</sup>. Tal leitura é parte de uma concepção sobre a história do pensamento econômico que considera as teorias do valor e distribuição como base para a classificação das escolas de pensamento<sup>15</sup>.

Conforme Garegnani aponta em quase todos os seus textos publicados, existem duas abordagens no que concerne às teorias do valor e distribuição. Uma que utiliza o conceito de excedente como referência analítica e que concebe a determinação de preços e quantidades em estágios separados da análise; e uma segunda que, baseada nos conceitos gêmeos de utilidade e produtividade marginal, constrói uma explicação do valor e da distribuição na teoria econômica de forma simultânea, determinando assim preços e quantidades concomitantemente. A primeira abordagem é a do excedente, e a segunda se refere aos marginalistas.

---

<sup>14</sup> Um trabalho muito interessante sobre a origem do termo economia política e a crítica de Marx à própria economia política está em Teixeira (2000). De uma perspectiva essencialmente marxista, o autor apresenta a principal discussão de Marx: sua crítica aos modos de pensar da economia política burguesa.

<sup>15</sup> A concepção aqui escolhida não pretende invalidar qualquer outra leitura da história do pensamento, apenas é mais confortável para a autora por se basear em categorias analíticas de teoria econômica *stritu sensu*, possibilitando manter as questões teóricas apenas no campo da economia que é sua área de formação. De acordo com a perspectiva de Tolipan (1988), não duvido que existam questões fora da economia que façam parte de suas raízes, “apenas estou convencido que o que está fora do pensamento [econômico] é *troppo mágico e misterioso* para ser raciocinado. Contento-me em permanecer no âmbito do pensamento para tentar compreendê-lo um pouco (Tolipan, 1988, p.i)”.

## II. O conceito de excedente como referência analítica: implicações da opção pela abordagem do excedente.

A economia política clássica na visão sraffiana é identificada com uma abordagem teórica do valor e distribuição, que utiliza o conceito de excedente como principal referência analítica.

A visão sraffiana da história do pensamento econômico, como já apresentado, identifica uma ruptura básica entre os arcabouços teóricos clássico e marginalista (ou neoclássico). Esta ruptura concerne à mudança de objeto de análise da economia<sup>16</sup>, bem como aos pontos de partida para as análises do valor e distribuição (núcleo teórico).

O conceito de excedente é originado a partir da seguinte idéia:

“se o produto social (...) devesse ser obtido ano após ano sem aumento ou diminuição, uma parte dele teria que ser reempregada na produção. Esta parte incluiria, além do necessário à reposição dos meios de produção, a subsistência dos trabalhadores (...): o que restasse constituiria o excedente (...) do qual a sociedade poderia dispor sem prejuízo das suas condições de sobrevivência.”  
(Garegnani, 1980, p.3)

Sendo assim, o excedente nada mais é que tudo aquilo de que se pode dispor do produto de uma economia, após, garantida, via pagamento da subsistência dos trabalhadores e reintegração dos meios de produção (capital fixo e circulante), a sua reprodução em mesma escala no próximo período.

---

<sup>16</sup> Para detalhes sobre esta discussão ver Polanyi (1957) e Bharadwaj (1978). Bharadwaj (1978) indica explicitamente de que mudança de objeto se trata: a teoria do valor e distribuição marginalista passa a apoiar sua análise nas decisões do consumidor e do produtor individual, o que fez “emergir o

O núcleo teórico da economia clássica toma como dadas as grandezas de produto social, condições técnicas de produção e salários reais. Porém, seguindo a idéia de Garegnani (1998), aquelas grandezas constituem o que se poderia chamar de dados intermediários da teoria. O sentido em que Garegnani (1998) emprega a idéia de “dados intermediários” é simplesmente o fato destes não serem dados para a teoria como um todo. O uso deste conceito serve apenas para destacar que a teoria tem que explicar o comportamento e a determinação de tais grandezas. No entanto, na parte da teoria onde os lucros e os preços são determinados pelas equações competitivas<sup>17</sup> de preços, os salários reais, as condições técnicas de produção e o produto social podem e devem ser considerados como dados.

Os salários reais são considerados como um dado para todos os clássicos. O ponto de partida do conceito de salário real é o conceito de subsistência. A subsistência de um trabalhador é entendida como o montante e a variedade de mercadorias que compõem o que a sociedade, em determinado local e período histórico, consideradas como o padrão de consumo mínimo necessário para a manutenção do trabalhador. A subsistência aqui é, portanto, determinada tanto por condições fisiológicas quanto por condições históricas incluindo então, conforme definiu Ricardo “aqueles confortos que o hábito tornou absolutamente necessários”<sup>18</sup>.

Apesar de o conceito de subsistência não ser homogêneo entre todos os clássicos, e todos restringirem a determinação do salário real a este conceito<sup>19</sup>, o mais importante a ser destacado a respeito dos salários reais é que todos os autores clássicos

---

indivíduo livre e tomador de decisão (*free decision-making individual*) como a unidade básica de análise, substituindo a centralidade das “classes” econômicas na economia política.” (op. cit., p.21)

<sup>17</sup> Equações competitivas de preços são aquelas que pretendem determinar os preços naturais que, por sua vez, embutem uma taxa de lucro uniforme sobre os preços de oferta dos bens de capital.

<sup>18</sup> Citação de Ricardo retirada da nota de rodapé 16 de Garegnani (1980).

<sup>19</sup> Sem dúvida pode-se encontrar uma série de variações no que diz respeito a determinação no nível dos salários nos diversos autores clássicos. Ricardo relacionava variações no nível de salário com o crescimento populacional, Smith com o poder de barganha dos capitalistas em relação ao dos trabalhadores, Marx com o tamanho do exército industrial de reserva.

concordavam que os salários eram regulados por forças econômicas e sociais que seriam mais bem estudadas se analisadas separadamente daquelas que afetam o produto social e suas demais partes. Assim, os salários reais serão naturalmente considerados como dados, ou como magnitudes de variação independente, quando se aborda a determinação e a distribuição das outras partes do produto social.

As condições técnicas de produção são o retrato dos métodos mais difundidos que estão sendo utilizados para a produção das mercadorias que compõem o produto social de uma economia. Para os economistas clássicos, elas têm uma forte relação com o nível de acumulação da economia, ou seja, refletem o nível de desenvolvimento técnico da economia.

A determinação do produto social, segundo Garegnani (1980), tem como elemento comum às análises de todos os economistas clássicos, a idéia de que seu **volume** depende fundamentalmente do estágio alcançado pela acumulação de capital. O nível alcançado pela acumulação governa o número de trabalhadores produtivos empregados. As condições técnicas de produção regulam o produto físico que pode ser obtido com estes trabalhadores, sendo também dependente do grau de acumulação alcançado. Já a **composição** do produto social (ou seja, o conjunto de mercadorias que, em termos físicos, compõem o produto social), foi normalmente estudada pelo ângulo das necessidades de reprodução, e outras vezes deixada para ser analisada, caso a caso, quando a necessidade se impunha.

Assim, parece bem claro que tanto o produto social, como as condições técnicas de produção foram tratadas de forma independente da determinação da distribuição e dos preços. Quando são feitas as análises de determinação de preços e da distribuição do produto, ambos, produto social e condições técnicas de produção são considerados como dados.

O excedente é então determinado partindo do produto social, dos salários reais, e das condições técnicas de produção. As três classes sociais do capitalismo são trabalhadores, proprietários de terra e capitalistas. Considerando que a remuneração do trabalho e a reintegração dos meios de produção são parte do consumo necessário

da economia para sua reprodução em mesma escala, o excedente é a parte do produto que será dividida entre lucros e renda da terra.

Neste mesmo contexto em que é determinada a distribuição, apesar de se estar em um estágio diferente da análise, são estabelecidos os preços. Os preços são o resultado dos custos de produção das mercadorias e embutem uma taxa de lucro uniforme para a remuneração do capital. Em cada clássico esta taxa é determinada diferentemente, bem como são diversas as formas de incorporar a renda da terra neste processo de “precificação”<sup>20</sup>.

Podemos observar que, de fato, toda a discussão de distribuição e valor não depende de concepções prévias sobre o mecanismo de determinação ou expansão do produto social (apesar de a recíproca não ser verdadeira). Neste sentido, as teorias da acumulação e do produto fazem parte das análises teóricas fora do núcleo e, mais especificamente, dizem respeito à análise do nível e do crescimento do produto. No caso da análise tradicional da economia política clássica estas duas instâncias estão fortemente articuladas, já que a teoria da acumulação está normalmente vinculada a uma análise da associação entre poupança-investimento determinada pela lei de Say.

Esta forma de articulação entre a lei de Say e a teoria da acumulação entre os clássicos é o objeto mais importante da discussão deste capítulo. Para compreendê-la de forma completa julgamos necessário partir do entendimento do espaço teórico-analítico das teorias do produto no pensamento clássico, para se dar prosseguimento às análises dos trabalhos dos principais autores sobre o tema.

---

<sup>20</sup> Questões ainda mais complexas surgem ao se tentar construir uma medida absoluta de valor, mas o escopo deste trabalho não tem a pretensão de sequer tangenciar estes pontos.

### **III. O espaço para uma teoria do produto na estrutura analítica da economia política clássica.**

Para entendermos o objetivo desta tese faz-se necessário construir um caminho que tem como ponto de partida as teorias do valor e distribuição clássicas e como linha de chegada, as teorias da acumulação. Este é um caminho teórico que todos os autores clássicos pretenderam trilhar. A escola clássica tinha como preocupação fundamental a explicação dos processos relativos à natureza e à reprodução da riqueza das nações, o que significa conhecer a forma de determinação do nível do produto, dos seus mecanismos e da taxa de crescimento.

Desde já se esclarece que a determinação do nível de produto é um passo fundamental no caminho que os clássicos precisavam percorrer. Neste sentido, para explicar “a origem e as causas da riqueza das nações” é necessário fazer referência a uma teoria do produto.

Deste modo, a estrutura analítica da economia política clássica demandou a formulação de algum tipo de construção teórica explícita que cumprisse o papel da determinação do produto, para ser capaz de articular suas teorias do valor e distribuição com sua teoria da acumulação.

Como veremos ao longo deste capítulo, cada autor clássico fará esta articulação usando argumentos diferentes. As questões mais marcantes para sua diferenciação estão na forma de determinação do nível de produto e o papel que esta ocupa na teoria da acumulação de cada autor.

É notório que tanto a lei de Say como o princípio da demanda efetiva são instrumentos teóricos fundamentais na compreensão de como os economistas determinam, na teoria, o nível de produto da economia. Quando se focaliza os autores clássicos, três nomes surgem com mais força neste debate: Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus.

Ricardo e Malthus, em sua época, foram protagonistas do mais importante debate teórico acerca da articulação entre valor, distribuição e acumulação. Ambos os

autores se referem a Smith em todas as instâncias do debate. Na verdade, Ricardo se posiciona como um crítico de Smith, enquanto Malthus se identifica como aquele que retomou sob novas bases o pensamento smithiano.

Ricardo é a referência na história do pensamento econômico para o uso e formulação consistente e explícita da lei de Say. Esta formulação é elaborada em discussão aberta com Smith em seu capítulo XXI dos *Princípios de Economia Política e Tributação* (de agora em diante referido como *Princípios*).

Malthus é considerado o principal precursor do princípio da demanda efetiva na história do pensamento econômico. Apesar disso, como já mencionado, elabora seu argumento considerando estar re-editando e reforçando a visão de Smith sobre o processo de acumulação, frente às críticas de Ricardo.

Smith é o “pomo da discórdia” e desta forma o ponto de partida para toda a discussão sobre a relação entre valor, distribuição e acumulação.

Em qualquer tipo de teoria econômica a relação entre valor, distribuição e acumulação tem como ponte uma teoria do produto. Por sua vez, a ligação entre as teorias do valor e distribuição e a teoria de determinação do produto deve ter como eixo fundamental a relação entre a poupança e o investimento. Finalmente, as teorias da taxa de lucro são uma peça fundamental neste quebra-cabeça por desempenharem o duplo papel de relacionar a poupança e o investimento, bem como o fenômeno monetário e o funcionamento da economia em termos reais.

Conforme Eatwell apresenta em seu artigo de 1983, podemos dizer que as teorias do produto deveriam ser teorias que determinariam o nível normal do produto em termos das forças que consideram persistentes e dominantes. Como neste ponto do argumento teórico o foco é o produto, a relação entre a teoria do produto e as teorias do valor e distribuição deve contemplar o efeito que os preços e a distribuição de renda podem ter sobre a determinação do nível normal do produto e da tendência para este nível. A chave deste problema, afirma Garegnani (1960), está na conexão

entre poupança e investimento<sup>21</sup>, que se relaciona intimamente com as teorias da taxa de lucro.

As teorias do valor e distribuição na abordagem do excedente (o que inclui e tem origem no pensamento clássico) são entendidas como o núcleo teórico da análise econômica. No âmbito desse núcleo, os clássicos pretendem determinar a taxa de lucro (elemento distributivo endógeno) e os preços relativos. Como já explicado anteriormente, este processo de determinação toma como dados os salários reais, o nível e a composição do produto e as condições técnicas de produção. Desta construção teórica é possível depreender que não há espaço, no núcleo teórico, para relações funcionais entre quantidades e preços, ou entre poupança, investimento e taxa de lucro<sup>22</sup>.

Destacamos mais uma vez que não estamos afirmando que as questões da determinação do nível de produto e da acumulação estivessem fora da análise destes autores. Na verdade, poder-se-ia dizer que a análise do produto é conduzida “posteriormente” àquela do valor e da distribuição, na medida em que supõe os preços e a distribuição como dados. No caso das questões sobre acumulação, percebe-se também que estas aparecem de forma muito mais aplicada. O processo de acumulação não surge fundamentalmente como uma questão teórica, mas como uma questão de política econômica a ser resolvida a partir da compreensão das principais forças determinantes dos movimentos do sistema econômico capitalista, supondo os elementos de valor e distribuição já equacionados<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Sendo assim, fica bastante claro que “um papel importante será realizado pelas teorias da taxa de lucro, na medida em que esta taxa é relacionada (de forma radicalmente diferente nas diferentes teorias) com a relação poupança-investimento, e porque determina a ligação entre o fenômeno monetário e a determinação do produto em termos reais” (Eatwell, 1983, p.98).

<sup>22</sup> Esta forma de construir o núcleo teórico é um reflexo de que uma das principais discussões desenvolvidas pelos autores da economia política clássica tratava de como é determinado e como é distribuído o excedente.

<sup>23</sup> Vale destacar uma observação de Serrano (2001) de que boa parte da literatura sobre desenvolvimento econômico mistura análises normativas com análises da realidade concreta, o que

As questões da determinação do tamanho e da composição do produto, bem como as da acumulação (variação no tamanho do produto) se dão, portanto, fora do núcleo da abordagem do excedente. Mudanças no produto irão implicar, em geral, alterações nos preços e na taxa de lucro. Porém, nada pode ser dito *a priori* sobre estas mudanças, na medida em que refletem, de um modo geral, variações nas condições técnicas de produção (um dos elementos considerados como dados no núcleo).

Assim, na abordagem do excedente, as teorias do valor e distribuição são separadas formalmente da teoria do produto e da descrição do processo de acumulação. Como veremos na discussão sobre a teoria do produto nos trabalhos de Smith, Ricardo e Malthus, o estudo do valor e da distribuição na forma clássica, deixa em aberto a questão da determinação dos níveis normais de produto e emprego<sup>24</sup>.

#### **IV. A teoria da taxa de lucro, a teoria do produto e a teoria da acumulação clássica.**

##### **1) O contexto teórico da controvérsia.**

Sigamos o conselho de Garegnani (1960) e exploremos a teoria dos lucros destes autores para que seja possível compreender suas teorias do produto e suas análises sobre a acumulação. É importante não perder de vista, ao enfrentarmos as questões das teorias do produto e da acumulação na abordagem clássica, sua independência formal em relação à distribuição e valor.

---

teria obscurecido o entendimento dos processos de crescimento, desenvolvimento e acumulação ao longo da história do pensamento econômico.

<sup>24</sup> O que é completamente diferente do esquema marginalista onde a teoria do valor e distribuição é, ao mesmo tempo, uma teoria de determinação do nível de produto (Ver Eatwell & Milgate, 1983).

Na *Introdução e Plano da Obra* de *A Riqueza das Nações* Adam Smith deixa claro seus objetivos com aquele trabalho. No livro Primeiro, Smith tem como objetivo tratar do valor e da distribuição no contexto do ciclo anual de produção da economia. No livro Segundo discutirá as questões da acumulação de capital. O livro Terceiro dispõe sobre política econômica. O livro Quarto procura mostrar como estas políticas econômicas, de claro caráter normativo, deram origem a variadas teorias. E finalmente, no livro Quinto, desenvolverá seu argumento sobre a tributação, os gastos do soberano e seus impactos sobre a economia. Destes conteúdos não surge nenhum tema óbvio sobre determinação do nível de produto. Ao mesmo tempo, não parece razoável escrever sobre acumulação sem mencionar hipóteses sobre a determinação do nível de produto. Ao menos, como veremos, é o que David Ricardo parece perceber.

Adam Smith apresenta uma teoria do valor e distribuição em seu livro Primeiro que encara o produto anual da economia como a soma das contribuições das classes sociais à produção, na medida em que o preço das mercadorias é composto pela soma de suas partes: lucro, renda da terra e salários. Para Smith estas seriam as três fontes originais de valor de troca. No esquema analítico, o preço é um resultado de comportamentos independentes de cada uma de suas partes componentes<sup>25</sup>.

Desta forma, a sua teoria sobre os lucros mantém paralelos com as suas teorias sobre o salário e sobre a renda. De fato, Smith abre seu capítulo sobre os lucros afirmando que “o aumento e a diminuição dos lucros do capital dependem das mesmas causas que o aumento e a diminuição dos salários do trabalho, do estado de progresso ou de declínio da riqueza da sociedade”. Ao mesmo tempo, afirma que estas causas atuam de formas muito diferentes sobre salários e lucros. O que é importante a ser destacado aqui é que Smith não atribui às variações no salário qualquer efeito sobre o

---

<sup>25</sup> Como Vianello (1987) destaca a teoria dos preços de “*adding-up*” de Smith é diferente da afirmação, também smithiana, de que o preço de toda mercadoria pode ser reduzido a salários, lucros e renda da terra.

lucro e vice-versa. Os elementos que movem os dois são os mesmos, porém lucros e salários variam de forma completamente independente.

No caso dos lucros, a idéia-força de Adam Smith é que estes são afetados negativamente pelo progresso da acumulação de capital. Em sua concepção, a acumulação implica em um excesso de capital na economia que irá determinar uma queda geral na taxa de lucro, por meio do mecanismo de concorrência entre os capitalistas para a aplicação de seu capital.

Ricardo criticou esta visão de Smith. Sua crítica começa na teoria do valor. Partindo de sua teoria da renda da terra, o preço de uma mercadoria é regulado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la com aquela porção de terra que não paga renda. Em seguida, ele afirma que se os produtos fossem sempre vendidos aos mesmos preços, a variação nos lucros estaria tão somente relacionada com a variação dos salários. A teoria da taxa de lucro de Ricardo indicava uma relação inversa entre a taxa de salário e a taxa de lucro. Desta forma, sua teoria dos lucros se confrontava com o *adding-up* presente na teoria do valor de Smith, na medida em que explicitava uma relação conflituosa na distribuição do produto.

A diferença na forma de conceber a determinação da taxa de lucro (Smith a supunha difícil de determinar e Ricardo afirmou que esta era determinada pela relação entre o produto total e o capital empregado na terra que não paga renda), bem como os fatores determinantes de sua variação, são as fontes da grande divergência entre os dois autores e o que moveu Ricardo a escrever seus *Princípios*<sup>26</sup>. Ricardo identificou o

---

<sup>26</sup> No prefácio aos *Princípios*, podem-se encontrar explícitas algumas afirmações de Ricardo quanto a sua motivação em escrever seu trabalho. Em primeiro lugar aponta como a principal questão da Economia Política as leis que determinam e regulam a distribuição do produto. Em seguida afirma que apesar do grande progresso da ciência neste sentido, os grandes autores “trouxeram muito pouca informação satisfatória a respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário”. Conclui o raciocínio externando que “não tendo examinado corretamente os princípios da renda, Adam Smith e os outros competentes autores a que fiz alusão não aprenderam muitas verdades importantes, que só podem ser descobertas após uma perfeita compreensão do problema da renda. (Ricardo, 1817, p.39)”

grande motivo para as principais diferenças entre o seu trabalho e o de Smith, na teoria da renda.

É interessante notar que é este o mesmo tema que parece ter mobilizado Malthus a escrever os seus *Princípios de Economia Política*. A base da discussão que liga Malthus e Ricardo é também a diferença existente entre Ricardo e Smith. A questão de disputa era a forma de determinação da taxa de lucro, em particular, bem como a teoria do valor e distribuição. É também digno de nota o fato de que Ricardo atribui a Malthus a “verdadeira teoria da renda”<sup>27</sup>.

Antes de entrarmos na discussão sobre os lucros propriamente dita, vale a pena ainda observar que se conduzirmos a discussão nos termos de Smith não passaremos em nenhum momento, pelo menos de forma direta, pela determinação do nível de produto. A questão que se coloca é como se relacionam a taxa de lucro e a acumulação. É Ricardo quem observa a necessidade de se determinar explicitamente o nível de produto, a partir de uma relação entre poupança e investimento, para poder construir seu argumento. Malthus aceita a imposição de Ricardo, porém se propõe a defender a concepção de Smith sobre a relação entre lucro e acumulação.

---

Finalmente, Ricardo explica que para combater o *status quo* julgou necessário assinalar as passagens de Smith com as quais não concordou, mas que “espera que não se pense, por este motivo, que não participe, juntamente com todos aqueles que reconhecem a importância da economia política, da admiração que com justiça desperta a profunda obra deste celebrado autor” (op. cit.).

<sup>27</sup> “Em 1815, Malthus em seu estudo Sobre a Natureza e O Progresso da Renda e um membro do University College, de Oxford, apresentaram ao mundo, quase ao mesmo tempo, a verdadeira teoria da renda, sem cujo conhecimento é impossível entender o efeito do progresso da riqueza sobre os lucros, os salários, ou ainda acompanhar satisfatoriamente a influência dos impostos sobre as diferentes classes da sociedade, especialmente quando as mercadorias taxadas são produtos obtidos diretamente da superfície da terra”.(op. cit., p.39)

## **2) A submissão do mecanismo de acumulação à teoria da taxa de lucro e o surgimento da lei de Say.**

O esquema de acumulação para os clássicos em geral pode ser apresentado como uma articulação entre as rendas resultantes do processo produtivo e os padrões de gasto das classes sociais que as recebem, no estabelecimento da estrutura e da dimensão do processo produtivo no período seguinte.

Do ponto de vista dos clássicos em geral é o investimento o responsável pelo crescimento da economia e, em sua concepção, é necessário que exista um fundo para este investimento. Na visão clássica, tal fundo tem que ter origem na renda não consumida. Como no esquema clássico, a renda é repartida entre as classes sociais, sendo o padrão de gasto delas fundamental para o entendimento do processo de acumulação. As classes sociais concebidas por estes autores eram a dos capitalistas, a dos trabalhadores e a dos proprietários de terra.

Todos os clássicos parecem trabalhar com as mesmas hipóteses sobre o padrão de comportamento das classes sociais quanto ao gasto: os trabalhadores gastam toda sua renda em consumo, até por receberem no nível de subsistência (seja ela física ou social); os proprietários de terra tenderiam a gastar tudo em consumo também, mas neste caso a questão não é o baixo nível da renda recebida, mas sim um padrão de consumo muito exuberante; já a classe dos capitalistas teria a característica de consumir uma pequena parcela de sua renda e poupá-la em sua maior parte. Desta forma, o fundo para o investimento só poderia ser proveniente da frugalidade do capitalista.

O ponto a destacar é que o capitalista não consumiria parcela importante de sua renda transformando-a em poupança. A renda dos capitalistas é a parcela do produto referente aos lucros. Sendo a poupança dos capitalistas a origem do fundo para o investimento e sendo esta poupança originária dos lucros, então o processo de acumulação depende do andamento dos lucros.

Aparentemente só Ricardo notou que o argumento para a teoria da acumulação dependia da elaboração de uma teoria do produto que proporcionasse tal visão sobre o papel dos lucros no processo de acumulação. Porém, todos os clássicos viam a importância de se ter uma teoria para o comportamento dos lucros<sup>28</sup>.

A análise dos lucros de Smith é coerente com sua forma de encarar a composição do preço de uma mercadoria e a distribuição do produto. Os lucros possuem movimentos completamente independentes das outras parcelas da renda, mesmo que possam ser influenciados pelos mesmos movimentos econômicos.

Smith identifica a taxa de lucro natural como uma taxa de lucro comum ou média que será regulada naturalmente “em parte pelas circunstâncias gerais da sociedade (...) e em parte pela natureza específica de cada emprego ou setor de ocupação” (Smith, 1776). Desta forma, a taxa de lucro natural seria determinada em cada setor levando em consideração o grau de acumulação de capital. O grau de acumulação entra como o fator que demonstra a disponibilidade de capital para ser empregado. A oferta de capital teria o efeito de regular o lucro na medida em que um excesso de oferta implicaria uma queda na taxa de lucro e, no caso contrário, um aumento seria observado nesta taxa.

Segundo Smith, a taxa de lucro varia muito, não sendo possível estabelecê-la com facilidade e precisão. Na verdade, uma boa aproximação para o seu comportamento seria dada pela taxa de juros<sup>29</sup>. Smith afirma que “a consideração dos juros do dinheiro é capaz de dar-nos uma idéia sobre os lucros” e continua, “pode-se adotar como máxima que, onde se pode ganhar muito com o uso do dinheiro, muito se pagará por ele”. Note-se, porém, que esta afirmativa indica que a variável líder nesta

---

<sup>28</sup> É importantíssimo destacar que os três autores que estamos tratando aqui possuem o mesmo conceito de lucro, ou seja, um rendimento auferido pelo capitalista a partir do investimento produtivo de seu capital, sendo proporcional a este. O lucro é determinado no âmbito da produção.

<sup>29</sup> Ver Smith (1776), Capítulo IX e Pivetti (1991), Capítulo VII.

relação é a taxa de lucro. Dentro deste raciocínio, como a taxa de lucro permanece indeterminada, a proposta é concentrar o estudo no seu comportamento.

É neste sentido que procede a afirmação de Ricardo de que sem uma “verdadeira teoria da renda” não é possível se dizer muito sobre lucros. A teoria da renda da terra de Ricardo afirma que, existindo um excedente, este será repartido entre capitalistas e proprietários de terra, quando as terras de qualidade inferior são utilizadas produtivamente, determinando o aparecimento da renda da terra como parte do excedente. Supondo que o princípio da concorrência entre capitalistas determina a uniformidade da taxa de lucro do sistema, como fazem todos os clássicos, será na terra de pior qualidade, onde os custos de produção são mais elevados, que se determinará a taxa de lucro. Caso os preços não remunerassem a produção da terra de pior qualidade à taxa de lucro uniforme, esta terra não seria usada na produção. Por outro lado, a terra de melhor qualidade gera um produto maior, a partir do mesmo emprego de capital, o que poderia implicar em uma taxa de lucro maior, porém isto não ocorre dado o princípio da concorrência. A diferença na produção derivada da melhor qualidade da terra passa a remunerar o proprietário dela, pagando a renda da terra.

Na terra que não paga renda, o valor total das mercadorias é dividido apenas em lucros do capital e salários do trabalho. Deste modo, Ricardo não tem dúvida em afirmar que “se o trigo e os produtos manufaturados fossem vendidos sempre pelos mesmos preços, os lucros seriam altos ou baixos, na medida em que fossem baixos ou altos os salários” (Ricardo, *op. cit.*).

A análise sobre os lucros de Ricardo (1817) conclui que “nenhuma acumulação de capital pode ocasionar uma queda permanente dos lucros, a menos que determine a elevação dos salários”. Ou seja, para ele, se não houvesse uma piora das condições de produção dos bens salários (terras de pior qualidade sendo usadas nos setores que produzem excedente dos bens de subsistência) não haveria porque se observar uma alteração na taxa de lucro. O aumento no nível de acumulação (da quantidade de capital investido na economia) não seria motivo para uma queda na taxa de lucro.

Em Malthus, a questão dos lucros nada mais é que uma retomada da análise de Smith. Neste âmbito Malthus não acrescenta nenhuma novidade importante à discussão. Por outro lado, no que diz respeito à acumulação, Malthus fará um trabalho significativamente diferente daquele de Smith e Ricardo.

A discussão sobre acumulação entre os três autores é mais rica que a dos lucros, porém depende bastante dela. Apesar disso, para Ricardo a determinação dos lucros era a grande inovação a ser defendida. Com este foco, no capítulo XXI dos *Princípios*, Ricardo discute o ponto no qual considera estar o maior problema de Smith: sua abordagem acerca dos efeitos da acumulação sobre os lucros e juros. Seu objetivo é, acima de tudo, criticar a visão de Smith sobre a possibilidade de ocorrer uma queda permanente na taxa de lucro que não fosse acompanhada por um aumento nos salários. Ricardo combate a idéia de que possa existir uma queda na taxa de lucro que fosse originada apenas da existência de uma espécie de excesso de capital a ser empregado na economia.

Para tanto Ricardo usou de um argumento teórico que garantia a inexistência de algo como um excesso de capital, ou seja, que a parte dos lucros poupada fosse totalmente investida. Este argumento tomou a forma da lei de Say.

O papel da lei de Say no trabalho de Ricardo foi o de reforçar a discussão a respeito do método de determinação da taxa de lucro. O objetivo teórico principal deste autor era o desenvolvimento de uma teoria que fosse capaz de explicar a determinação da taxa de lucro da economia sem ambigüidades. É fato que a questão dos lucros é fundamental na explicação do processo de acumulação dos economistas clássicos. Porém, a despeito de querer reformular a teoria dos lucros, Ricardo aparentemente não questiona a formulação do processo de acumulação de Smith, apenas tenta torná-lo consistente.

Ambos os autores concordavam que os capitalistas possuem uma menor propensão ao gasto improdutivo que as outras classes sociais. Esta hipótese é um elemento

muito importante para a discussão da distribuição como base da acumulação<sup>30</sup>. De fato, no trabalho de todos os clássicos o processo de acumulação depende essencialmente da existência de excedente, ou seja, se existe um produto maior que o necessário para sua reprodução em mesma escala, e neste caso, é possível se pensar em reprodução ampliada. Conforme Ciccone (1998, p.443):

“no trabalho dos clássicos, a existência de um excedente é uma condição necessária para a acumulação de capital. Para a maioria deles a existência de excedente também é vista como uma condição suficiente (lei de Say), pelo menos no que diz respeito à parte do excedente que se refere aos lucros.”

Em função da hipótese sobre a frugalidade do capitalista, existente tanto em Ricardo como em Smith, os lucros seriam largamente poupados, e estes autores davam por certo que qualquer decisão de poupança se transformaria, direta ou indiretamente, em investimento. No caso de Ricardo, este tipo de relação entre a poupança e o investimento ganhou o nome de lei de Say. Nas palavras do próprio autor, esta idéia se apresentou da seguinte forma:

“No entanto mostrou Say, de maneira mais satisfatória, que não há nenhum montante de capital que não possa ser empregado em um país, porque a procura é somente limitada pela produção. Ninguém produz a não ser para consumir ou vender, e jamais se efetua uma venda a não ser com a intenção de comprar outra mercadoria que possa ser imediatamente utilizada [consumo] ou possa contribuir para a produção futura [investimento].”<sup>31</sup> (Ricardo, 1817, cap. XXI, p.197).

---

<sup>30</sup> Tal questão daria margens a uma série de considerações de moral e justiça na distribuição que não fazem parte da proposta desta tese, considerações essas muito interessantes e importantes, principalmente do ponto de vista político.

<sup>31</sup> Colchetes adicionados pela autora.

É, portanto, criando tais condições para o funcionamento da economia e tais motivações e definições para os gastos que Ricardo faz a oferta agregada ser obrigatoriamente igual à demanda agregada<sup>32</sup>.

O papel que a lei de Say assume na teoria de Ricardo é o de ocupar o lugar de uma teoria do produto, apesar de, como aponta Garegnani (1983), “não ser o resultado de uma análise de um mecanismo investimento-poupança, mas o resultado de uma falta de tal análise”. O argumento de Garegnani (1983) ainda vai mais longe, afirmando que a teoria da distribuição de Ricardo está aberta, no sentido de que nem provê premissas capazes de justificar a tendência do investimento a se ajustar à poupança, nem depende da existência de tais premissas.

Não há, portanto, em Ricardo uma análise que dê conta da forma como poupança e investimento se relacionam. Existem apenas algumas hipóteses comportamentais *ad hoc* sobre o padrão de gasto de cada classe social<sup>33</sup>. Tais hipóteses vão justificar o comportamento que garante que toda poupança se transformará em decisão de investimento.

### **3) A discussão Ricardo - Smith - Malthus sobre acumulação.**

As questões sobre acumulação, lucro e produto estão tão intrincadas nos clássicos que já era de se esperar que o ponto de partida da discussão sobre acumulação fosse marcado pelas questões sobre o lucro e o produto.

---

<sup>32</sup> Porém, temos que notar que nada neste argumento indica que haja qualquer obrigação desta utilização total de capital corresponder a uma utilização de todo o trabalho disponível na economia. Como em toda a análise da abordagem do excedente (mesmo nos autores como Sraffa que não aceitam a lei de Say) é assumida a possibilidade da existência de desemprego involuntário. Nesta abordagem o nível de emprego está ligado ao nível de produto e às condições técnicas de produção.

<sup>33</sup> Neste ponto não há uma grande diferença entre o trabalho de Ricardo e dos outros clássicos. Steuart, em especial, vai se diferenciar apenas pelo tipo de hipótese comportamental que escolherá, mas

A inclusão da lei de Say no esquema analítico clássico trouxe conseqüências importantes para a análise de acumulação. É bem verdade que as hipóteses sobre o padrão de gasto das classes sociais já traziam um pouco destas conseqüências da lei de Say para o exame teórico, porém a inclusão do princípio de Say de forma explícita na análise fecha a porta para uma série de abordagens ao processo de acumulação de uma perspectiva menos preocupada com uma articulação ampla com o sistema teórico.

Usando a lei de Say como um axioma, o argumento de Ricardo era que, se Adam Smith (e também Malthus) concordava que o excedente da economia seria sempre usado ou para consumo de luxo ou para acumulação (isto é, aceitava que a poupança é sempre igual ao investimento)<sup>34</sup>, não haveria porque considerar a possibilidade dos lucros se comportarem de forma diferente daquela desenvolvida por ele. Nas palavras do próprio Ricardo:

“Adam Smith atribui constantemente a diminuição dos lucros à acumulação de capital e a concorrência dela resultante sem jamais atentar para a crescente dificuldade de obtenção de alimentos para o número adicional de trabalhadores empregados com o capital adicional” (Ricardo, 1817, Cap.21) e cita Smith:

“O aumento do capital”, diz ele, “que eleva os salários, tende a baixar seus lucros. Quando os capitais de muitos comerciantes ricos são aplicados na mesma atividade, sua concorrência mútua tende naturalmente a baixar seus lucros; e quando os capitais aumentam igualmente em todas as diferentes atividades desenvolvidas num

---

mantendo o mesmo mecanismo o que deixa a sua teoria do produto tão em aberto quanto a de Ricardo.

<sup>34</sup> Como aponta Garegnani (1983, Cap.II, p.26) “Em Ricardo e Malthus, assim como em Adam Smith antes deles, a questão de uma possível divergência entre estas duas magnitudes [poupança e investimento] nunca tinha sido colocada”. (Colchetes adicionados pela autora)

mesmo país, a mesma concorrência deve produzir o mesmo efeito em todos eles”.<sup>35</sup>

Smith parece supor que o limite que o mercado impõe à expansão do produto em um único setor também vale para a expansão do produto agregado. Em cada mercado individual é verdade que, se houver um excesso de investimento, a taxa de lucro cai abaixo da natural. Porém, este mecanismo, muito bem explicado pelo próprio Smith, passa por um excesso de produção em relação à demanda<sup>36</sup> naquele mercado em particular. Sendo consistente com seu próprio raciocínio, a queda da taxa natural de lucro, observada no trecho supracitado, obrigaria Smith a conceber que haveria um excesso de oferta generalizado na economia. Porém, Smith não admite esta possibilidade.

O ponto de partida de sua obra magna para a economia é a divisão do trabalho. A divisão do trabalho é a grande causa da expansão das forças produtivas, ou seja, do aumento da capacidade social de gerar produto. Para que a divisão do trabalho faça sentido socialmente, Smith sublinha a propensão à troca como uma característica natural da humanidade, indicando-a inclusive como um elemento diferenciador dos homens em relação às outras sociedades animais. Se a propensão à troca é o que justifica a divisão do trabalho, também o limite à troca é um limite à divisão do trabalho. Nas suas palavras:

“quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela produção do trabalho alheio da qual tem necessidade.” (Smith, 1776, cap. III, p.53)

---

<sup>35</sup> Smith (1776).

<sup>36</sup> Quando Smith trata esta questão, trabalha com um conceito que na tradução para o português ganhou o nome de demanda efetiva. Tal conceito se refere a demanda exercida por aqueles que possam pagar o preço natural da mercadoria. Na literatura em inglês costuma-se usar o termo *effectual demand* para designar este conceito diferenciando-o de *effective demand*.

Uma afirmação deste tipo significa que se produz apenas para consumir diretamente, ou para gerar poder de compra para consumir ou adquirir outros bens (mesmo que para serem usados no processo produtivo). Isto significa supor que toda renda auferida será inteiramente gasta e que, portanto, a finalidade da produção é a mercadoria.

Desta forma, podemos dizer que Smith incorpora o argumento contido na lei de Say e podemos colocá-la nos seguintes termos: o aumento secular da produtividade do trabalho, associada à divisão do trabalho, não provoca um aumento contínuo do desemprego do trabalho, mas implica em uma melhora sucessiva do padrão de vida da população, isto é, um aumento do consumo seja total, seja per capita. O consumo maior permite absorver uma produção maior, e, portanto, ocupar o mesmo número, ou até um número maior de trabalhadores<sup>37</sup>.

Ricardo se opunha à visão smithiana sobre os lucros e a criticava a partir da observação daquela inconsistência em sua obra. O autor inglês não podia aceitar o raciocínio de seu predecessor escocês simplesmente porque, dada a hipótese de que os salários são determinados pelo nível de subsistência e, portanto, representam a variável independente da distribuição, os lucros só poderiam cair, diante de um processo de acumulação, se esta subsistência se tornasse mais cara. Considerando o progresso da acumulação, Ricardo afirmava que o encarecimento da subsistência só poderia se dar em virtude de uma diminuição da produtividade do trabalho, ligada ao uso de terras cada vez menos férteis, nos setores produtores de subsistência. Neste argumento não há espaço para uma influência permanente da demanda sobre os lucros. Além disso, toda esta argumentação lhe pareceria inteiramente consistente com o elemento maior do trabalho de Smith, segundo ele mesmo, que era a noção de

---

<sup>37</sup> Este é um bom momento para marcar uma diferença crucial entre as conseqüências do uso da lei de Say nos clássicos e o resultado da teoria do valor e distribuição marginalista que, muitas vezes, é confundida com a lei de Say. No esquema clássico a lei de Say não garante qualquer resultado sobre a plena ocupação do fator trabalho, apenas implica o uso total dos lucros, ou seja, do fator capital. No

que a divisão do trabalho (enquanto progresso técnico) era a base para o processo de enriquecimento de uma nação (acumulação).

Além disso, podemos afirmar que do ponto de vista de Ricardo, a idéia de Smith sobre os lucros não era consistente com a teoria apresentada no capítulo VII da *Riqueza das Nações* sobre os preços naturais e os de mercado. Em suas próprias palavras:

“a atividade em que se aplica o capital é sempre uma questão de escolha e, portanto, não pode haver, durante um certo período, um excesso de qualquer mercadoria, pois se isso ocorresse seu preço cairia abaixo do preço natural e o capital seria transferido para qualquer outra atividade mais rentável. Nenhum outro autor mostrou de forma mais satisfatória e sagaz que Smith a tendência que tem o capital de se transferir das atividades em que os bens produzidos não conseguem pagar as despesas de produção e de transporte até o mercado, incluindo os lucros normais” (Ricardo, 1817, p.198, n.4).

Decorre deste raciocínio de Ricardo que o argumento de Smith com respeito à influência da concorrência na taxa de lucro, só poderia ser atribuído a uma extensão ilegítima da proposição aplicável no caso do aumento do produto de uma mercadoria em particular (“*partial glut*”), para o aumento do produto agregado. No caso de uma única mercadoria, uma parte da renda gerada pela sua produção adicional será usada para comprar outras mercadorias e, portanto, não estará disponível para dar conta do aumento do produto desta mesma mercadoria, aos mesmos preços. Porém, isto não ocorre diante de uma expansão de toda produção em todos os mercados nas proporções corretas.

---

esquema marginalista, o equilíbrio que iguala oferta e demanda agregada tem como hipótese a plena ocupação de todos os fatores produtivos, o que é bem diferente do trabalho dos clássicos.

A discussão entre Ricardo e Malthus, apesar de possuir a mesma base de divergência segue um caminho diferente. Malthus afirma que não pode aceitar a lei de Say. Nos termos do próprio autor:

“É verdade que não pode haver nenhum crescimento de riqueza permanente e contínuo sem um aumento contínuo de capital; e não posso concordar com Lorde Lauderdale em que esse aumento não se pode efetivar de nenhum outro modo senão mediante a poupança de uma parte do que se destina ao consumo imediato e do acréscimo dessa poupança ao que proporciona lucro; ou em outras palavras, mediante a conversão dos rendimentos em capital.” (Malthus, 1820, cap. VII, pp.184-185)<sup>38</sup>

A rejeição do princípio de Say tinha como base diferenças importantes com a visão clássica sobre distribuição e até sobre valor, porém Malthus se coloca na discussão como o autor que retoma o pensamento de Smith.

Não sendo dado a afirmações radicais, Malthus escreve um capítulo inicial conciliatório sobre as definições de riqueza e trabalho produtivo em que procura modificar o conceito smithiano de trabalho produtivo, bem como sua proposta de composição dos preços das mercadorias. Como o conceito de trabalho produtivo é a base da teoria da acumulação de Smith, utilizar um argumento que se propõe apenas a tornar mais suaves as concepções daquele autor, na verdade implicará em uma mudança importante na sua visão de como se processa a acumulação.

Smith descreve a acumulação de capital a partir da diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo. O trabalho produtivo é aquele que produz valor, enquanto

---

<sup>38</sup> Malthus ainda escreve uma nota de rodapé sobre esta questão que vale a pena ser recuperada para percebermos um pouco de seu toque conservador que irrita tanto Marx: “Lorde Lauderdale parece ter ido longe demais ao depreciar a acumulação, assim como outros autores foram longe demais ao recomendá-la. Essa tendência a extremos é exatamente o que considero a grande fonte de erros na Economia Política” (Malthus, 1820, p. 185, n.1). Para um panorama da opinião de Marx sobre Malthus ver capítulo IX do volume II de *As Teorias da Mais Valia* (Marx, 1954).

o improdutivo é aquele que não produz valor, ou em outras palavras, aquele que gera excedente e aquele que não gera excedente. Smith afirma que o total da produção anual é efeito do trabalho produtivo, portanto os trabalhadores improdutivos se sustentam daquilo obtido com o trabalho produtivo. A riqueza de uma nação é medida, neste contexto, pela relação entre o produto da economia e o número de pessoas que depende dele. E o progresso da riqueza depende da produtividade do trabalho produtivo e da divisão do trabalho entre trabalhadores produtivos e improdutivos. Desta forma, a capacidade de acumulação de uma nação depende no número de trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos.

O reverendo Malthus propõe a noção de que todo trabalho é produtivo, apenas existindo uma hierarquia entre eles quanto à geração de valor. Ele alega que a classificação de trabalho improdutivo se deve à definição de riqueza adotada por Smith, que inclui apenas os bens materiais. Desta forma, para derivar a noção de que todo trabalho é produtivo ele sugere que os bens imateriais também façam parte da definição de riqueza. A hierarquização da produtividade dos trabalhos apresentada tem reflexo nas concepções de valor e preço das mercadorias. Para Malthus, o trabalho mais produtivo é aquele agrícola, o segundo mais produtivo é o realizado na manufatura e o terceiro é aquele executado no que poderia hoje ser considerado setor serviços, atividades burocráticas e militares do governo e o religioso. A argumentação se vale do princípio de que o trabalho mais produtivo é aquele capaz de pagar salários, lucros e renda da terra, o segundo mais produtivo é capaz de pagar salários e lucros, enquanto o menos produtivo não gera excedente para pagar nada além dos salários de quem os executa. Isto vai contra toda a questão do valor e do custo de produção estudada pelos clássicos e neste caso, como observaremos pelos resultados desta mudança de concepção sobre a acumulação, é possível compreender a impaciência de Marx com o reverendo charlatão<sup>39</sup>, afirmando que “seus *Principles of Political Economy*, finalmente eram um panfleto em defesa dos capitalistas contra os trabalhadores, e da aristocracia, da igreja e de todos os roedores

---

<sup>39</sup> Expressão que Marx usa para designar Malthus e cuja autoria atribui a Cobbet.

do orçamento público contra os capitalistas” (Marx, 1954, citado por Miglioli, 1982, p.73).

As implicações para a acumulação daquela alteração na concepção de trabalho produtivo são inúmeras (mesmo que Malthus afirme que não invalidaria o raciocínio de Smith). A consequência mais imediata é que os trabalhadores improdutivos (ou menos produtivos) passam a ter importância indireta sobre a produção de riqueza através de seu consumo. Ao contrário do entendimento smithiano, os trabalhadores improdutivos não consomem o excedente, eles simplesmente produzem valor na medida de seu salário. Assim, seu consumo é uma parte da renda gerada no período e tem que ser gasta para que a produção seja totalmente realizada.

Posteriormente, fica possível afirmar que as atividades comerciais têm papel crucial na realização do excedente, na medida em que levam as mercadorias aos mercados mais carentes, e com isso passam a servir à geração de excedente, pois aumentam a concorrência entre compradores fazendo subir o preço de mercado. Nesta circunstância, o casuísmo de Malthus o leva a um erro pré-smithiano admitindo a possibilidade de geração de excedente a partir da atividade comercial.

Finalmente, a implicação maior das mudanças processadas pelo reverendo pode ser vista em sua sugestão sobre a propriedade da terra. Como é na agricultura que se observa o trabalho mais produtivo, é dela que se pode obter o maior potencial de geração de excedente. O diferencial do excedente da atividade agrícola é justamente a renda da terra. Se assim é, detectada a importância do consumo improdutivo para a realização do excedente, os proprietários de terra passam a ter um papel fundamental na dinâmica do processo de acumulação. Desta forma, quanto maior for o número de proprietários de terra, maior o potencial de consumo que se pode obter a partir da renda da terra. É este raciocínio tortuoso que faz Malthus propor uma maior divisão da propriedade rural, e donde ele conclui que a “riqueza descomunal de poucos nunca é equivalente, em termos de demanda efetiva, à riqueza moderada de muitos” (Malthus, 1820, cap. VII, seção VII, p.231).

Tal afirmativa, tão lúcida e razoável do ponto de vista econômico e social, é limitada na frase seguinte: “embora seja verdade que a divisão da propriedade rural, em certa medida, favorece o aumento da riqueza, é igualmente verdade que a prejudica quando passa dessa medida” (Malthus, 1820, cap.VII, seção VII, p.231). O argumento é que uma divisão muito extensa da propriedade tornaria todos pobres, e se perderia a “influência natural da propriedade no sentido de restringir o poder da Coroa e a violência do povo”. Não é possível interpretar esta formulação de um ponto de vista estritamente econômico.

A melhor maneira de compreender os argumentos econômicos de Malthus é tentar separar seus argumentos das recomendações de política econômica, e tentar reconstituir o que deveriam ser seus princípios de economia política de fato.

Em primeiro lugar, Malthus realmente contesta a lei de Say, afirmando que o crescimento econômico não era proveniente exclusivamente do aumento da capacidade produtiva, mas também da magnitude da demanda efetiva pela produção que pode ser efetuada com essa capacidade instalada. Além disso, ele identifica determinantes diferentes para o aumento da capacidade produtiva e da demanda efetiva. Entre os determinantes do crescimento da capacidade produtiva o autor lista a acumulação de capital, a fertilidade do solo e o progresso técnico. Já os citados fatores causadores do aumento da demanda efetiva são: divisão da propriedade rural, o comércio interno e externo e o consumo dos trabalhadores improdutivos. Finalmente, Malthus afirma, sem mediações, que “de forma alguma é verdade, com efeito, que as mercadorias sempre são trocadas por mercadorias” (Malthus, op. cit., p.187), enfrentando o pensamento dominante.

O evento percebido pelo reverendo, que o diferencia da tradição clássica, é aquele que supõe que os capitalistas recebendo seus lucros podem decidir gastar parte deles com consumo de luxo, e a outra parte pode não ser totalmente gasta em acumulação, na medida em que esta classe social pode simplesmente manifestar “preferência pela indolência”. A idéia é que os donos do capital possam estar saturados de consumo e não queiram ter ainda mais trabalho com a expansão da produção se “abandonando à indolência”.

Ricardo não critica Malthus por esta percepção. Inclusive observa que neste ponto estaria de acordo se o assunto fosse quais são as motivações para **produzir**. O autor inglês apenas adverte sobre a inconsistência no argumento do reverendo e se defende:

“Os homens preferirão a indolência aos artigos de luxo! Nesse caso os artigos de luxo não serão produzidos, porque não podem ser produzidos sem trabalho, o oposto da indolência. Se não são produzidos, não lhes pode faltar mercado, não pode haver saturação” (Ricardo, 1928, nota 203, p.191).

Como já esclarecido anteriormente, a questão de Ricardo era defender sua teoria dos lucros e quando Malthus afirma, no primeiro capítulo de seus Princípios, que Adam Smith estava correto ao considerar que “a produção poupada anualmente é consumida com a mesma regularidade daquela gasta anualmente, mas é consumida por um outro grupo de pessoas” já se mune de material suficiente para destruir seu oponente pela inconsistência<sup>40</sup>.

Como já vimos, tanto Malthus quanto Smith tinham algumas questões controversas a respeito da teoria do valor e distribuição que se refletiam nas suas hipóteses sobre a teoria da acumulação. Como já dito, Adam Smith considerava que a acumulação de capital levaria a uma queda na taxa de lucro<sup>41</sup>. Malthus identificava o desequilíbrio generalizado (“*general glut*”) com uma queda na taxa de lucro trazida à tona por um excesso de capital.

Logo, a conclusão de Ricardo foi que esta visão dos lucros partilhada por Smith e Malthus era fruto de uma desatenção a respeito da conexão necessária entre produção e renda. Na medida em que Ricardo identificava as decisões de poupar

---

<sup>40</sup> Ver nota número 4 de Ricardo (1928).

<sup>41</sup> Garegnani (1983) mostra que o argumento de Malthus é apenas uma extensão do argumento de Smith.

com as decisões de investir, reconhecer a conexão entre produção e renda era o mesmo que admitir a lei de Say, onde a demanda é apenas limitada pela produção.

Finalmente, como não pretendeu criar um outro processo de acumulação para substituir o smithiano, Ricardo se contentou em ter acrescentado consistência ao processo a partir da determinação da taxa de lucro e da adoção da lei de Say de forma coerente. A grande questão de Ricardo era que existia um sentido genérico em que a lei de Say estava presente em todos os autores da abordagem do excedente, desde William Petty. Este sentido é a identificação que todos estes autores faziam entre a existência de excedente e a acumulação. A concepção do excedente como sendo dividido (em seus usos) entre consumo de luxo e acumulação (poupança identificada com investimento) implicava que todos identificassem a existência do excedente como condição necessária e suficiente para a acumulação, mesmo que incoerente com outros pontos de seu argumento.

## Capítulo II – A união entre as teorias do valor e distribuição e a teoria do produto na abordagem do excedente

“(…) ele [o Princípio da Demanda Efetiva] constitui de fato um princípio básico, universal, a ser respeitado por qualquer teoria econômica do capitalismo, mas que em si mesmo não constitui em uma teoria.” (Possas, 1987, p.50 – itálicos no original).

### I. A recuperação dos clássicos no contexto da abordagem do excedente.

Quase meio século se passou desde que Sraffa e os sraffianos começaram a apresentar como ponto fundamental de sua proposta teórica a retomada da teoria do valor e distribuição clássica e seu método de análise da economia política. Além disso, a abordagem sraffiana indica, faz mais de trinta anos, como é possível e proveitosa do ponto de vista analítico, a união entre a teoria do valor e distribuição clássica e a teoria da demanda efetiva de Keynes<sup>42</sup>.

Recuperar o método clássico de análise da economia significa compreender os processos econômicos através do exame de posições de longo prazo<sup>43</sup>. Como destaca Panico (1998), “o termo “longo prazo” não se refere a um período de tempo cronologicamente definido. É um conceito abstrato que os economistas usam para organizar suas elaborações analíticas e especificar o tipo de equilíbrio teórico que pretendem examinar” (idem, p.55). Assim, do ponto de vista analítico, o conceito de longo prazo está associado ao estudo das tendências, ou seja, das forças persistentes ou dominantes (o que não quer dizer que sejam fixas) que atuam sobre o sistema

---

<sup>42</sup> Ver Garegnani, (1983), Eatwell (1983) e Mongiovi (1990).

<sup>43</sup>Um trabalho simples e interessante sobre o conceito de longo prazo na teoria econômica está em Panico (1998).

econômico. O método de longo prazo, portanto, reconhece a economia de mercado como um sistema que possui regularidades que podem ser estudadas com a finalidade de determinar suas leis de funcionamento. No caso dos clássicos, o elemento central deste método é referência a posições “normais”, “médias” ou “naturais” em torno das quais as variáveis econômicas gravitam<sup>44</sup>.

Os clássicos não foram os únicos a utilizarem o método de longo prazo para a análise da economia. Os primeiros marginalistas também o fizeram, tendo sido inclusive Alfred Marshall o autor a formular o conceito de equilíbrio de longo prazo. Isto não quer dizer que tal idéia não fosse utilizada anteriormente, apenas significa que foi este autor quem teve a preocupação especial de formular, explicitamente, um conceito para referenciar esta discussão.

Em qualquer das abordagens, quem utiliza o método de longo prazo se refere, em termos analíticos, a um equilíbrio de longo prazo. Efetivamente, equilíbrio de longo prazo é o ponto do sistema em que ocorre a uniformidade nas taxas de remuneração dos fatores de produção. É importante destacar que, a depender da análise de valor e distribuição que se utilize, as implicações desta posição serão muito diferentes entre si. O interesse da posição de equilíbrio de longo prazo é sua permanência e sua capacidade de funcionar como centro de gravitação para o sistema.

A outra proposta fundamental dos sraffianos – a união entre a teoria do valor e distribuição clássica e uma teoria do produto baseada no princípio da demanda efetiva – é uma questão que pretendemos estudar com mais profundidade ao longo deste capítulo.

---

<sup>44</sup> Marx também utiliza este método em larga medida, porém discorda dos clássicos no sentido de pensar que estas taxas médias ou normais poderiam ser entendidas como naturais. O ponto de Marx é que a determinação das variáveis econômicas é essencialmente histórica e socialmente construída, não podendo ser considerada como proveniente de leis naturais que emanam do próprio objeto descontextualizado histórica e socialmente.

Conforme já indicamos no capítulo anterior, os clássicos não possuem uma teoria do produto. Na verdade, a introdução da lei de Say no esquema analítico clássico tem como base a necessidade da afirmação da teoria dos lucros de Ricardo diante da crítica de Malthus. Neste contexto, a lei de Say acabou cumprindo o papel da determinação no nível de produto sem sequer se pretender como uma teoria, apenas afirmando que qualquer nível de produção efetivado terá sua realização garantida.

Nossa questão no presente capítulo é saber como surgem as críticas consistentes à lei de Say e qual a possibilidade de se incorporar à estrutura clássica de análise uma teoria do produto que preserve a análise de longo prazo e, ao mesmo tempo, que questione a validade da lei de Say.

## **II. A crítica de Marx ao uso da lei de Say.**

Vimos no capítulo anterior que a origem da crítica à lei de Say remonta à obra de Malthus. Desde então, esta crítica foi retomada em alguns momentos da história do pensamento. O primeiro autor que, após Malthus, abriu uma frente de discussão sobre a validade da lei de Say foi Karl Marx. No seu estudo da obra dos clássicos, Marx traça os contornos de sua crítica confrontando a visão clássica da produção capitalista.

A formulação clássica da lei de Say tem como base tanto as hipóteses comportamentais sobre os padrões de gasto das classes sociais, como também duas outras noções que delimitam sua visão de produção capitalista: 1) conceber que o objetivo da produção de mercadorias é obter outras mercadorias como contrapartida; 2) considerar que a moeda seria simplesmente um meio para facilitar as trocas – o que deixa em segundo plano seu papel de reserva de valor, fundamental para compreender deslocamentos da moeda do processo produtivo, bem como sua dimensão de instrumento financeiro (Eatwell,1983). Marx criticava com veemência estas duas últimas noções.

Marx afirmava que a lei de Say não era válida porque estava baseada em um conceito falso de produção capitalista. Este conceito equivocadamente estaria fundamentado na idéia de que, em uma economia capitalista, os produtos são trocados por produtos e que são produzidos com a finalidade de adquirir produtos<sup>45</sup>. Esta concepção criava uma correspondência falaciosa entre a produção capitalista e a produção em uma economia de escambo.

Em uma economia de trocas puras (ou de escambo) a produção é a origem exclusiva da demanda efetiva (no sentido de *effectual demand*); neste contexto produzir é demandar, pois é este o objetivo da produção. Sendo assim, não existe a possibilidade de saturação geral de mercadorias, é possível apenas a existência de desproporções em alguns mercados.

Em uma economia capitalista a moeda está presente. Não há como abstrair de sua existência sem criar um falseamento das relações econômicas representadas. Com base nesta observação, Marx considera, criticando os clássicos, que a presença do dinheiro imprime tamanhas transformações às relações em uma economia capitalista que não permite a sua representação através de uma economia de trocas puras.

A maneira correta de se conceber a produção capitalista, segundo Marx, é reconhecê-la como sendo organizada e direcionada pela necessidade de produzir mercadorias<sup>46</sup>, isto é, valores de troca, e transformar estes valores na forma geral de valor, o dinheiro. Sendo assim, o objetivo da produção capitalista é o dinheiro e não os produtos. É sobre esta base que Marx afirma que uma economia de escambo não pode ser utilizada como referência para descrever o que realmente se passa na produção capitalista.

---

<sup>45</sup> Seus argumentos sobre este ponto estão concentrados fundamentalmente no capítulo XVII do volume II de Teorias da Mais-valia onde apresenta sua crítica à teoria ricardiana da acumulação.

<sup>46</sup> Na concepção de Marx o conceito de mercadoria tem importância fundamental para o entendimento da economia capitalista. Ver Marx (1867) Volume I, livro I, capítulo I.

A organização do argumento do autor alemão contra a lei de Say parte da observação da possibilidade de não realização da produção, a partir da simples separação entre o ato da venda e o ato da compra em uma economia monetária<sup>47</sup>. Esta separação tem como base a presença do dinheiro no circuito econômico. Neste sentido, o “valor de troca” de uma mercadoria adquire a forma monetária antes de se materializar em outra mercadoria. Não há qualquer garantia de que, depois de adquirir sua forma monetária, o “valor” irá seguir imediatamente para se materializar em outra mercadoria. A propriedade de reserva de valor do dinheiro possibilita o adiamento da decisão de novo gasto após a venda de qualquer produto.

Sendo assim, a simples possibilidade do adiamento da decisão de consumir geraria a possibilidade de crise, no sentido de não haver suficiente demanda frente à oferta existente em determinado período. Isto é o que ele intitula de problema da realização. Mesmo que se tenha produzido uma grande quantidade de mercadorias, se não houver quem as compre, o produto potencial não se realizará. “Portanto, a noção de Marx de separação entre oferta e venda, se refere à separação, em uma economia monetária, entre a decisão de iniciar a produção e a capacidade de vender as mercadorias produzidas” (Eatwell, 1983).

A crítica à lei de Say elaborada por Marx é, portanto, uma consequência natural de seu entendimento da natureza essencialmente monetária da economia capitalista, bem como de sua percepção de que o interesse que move o capitalismo é a obtenção de mais valor e não a obtenção de produtos.

A percepção de que a lógica do capital visa sempre mais valor, associada à sua submissão às leis da concorrência, faz com que o pensamento marxista trabalhe com a noção de que o único limite ao capital seja o próprio capital. Isto significa que a lógica do sistema compele os capitalistas a estarem sempre investindo em busca de

---

<sup>47</sup> Esta idéia está associada a sua visão do papel do dinheiro na economia. Em seu *Teorias da Mais-valia*, Marx afirmou que “Todavia, no estudo sobre o dinheiro, já verificamos que este, tanto na forma em geral diferente da forma natural da mercadoria, quanto na forma de meio de pagamento, encerra a possibilidade de crise” (Vol. II., Capítulo XVII, parágrafo 6, página 929).

mais lucro. Este investimento gera um excesso de capacidade cuja operação produtiva não poderá ser absorvida pela demanda. Sendo assim, a insuficiência de demanda é sentida na medida do sobre-investimento.

Segundo Mongiovi (1990), porém, a análise de Marx da possibilidade de crise estava concentrada no curto prazo. Um indício deste entendimento do problema é a sua crítica às concepções de Smith e Malthus a respeito da queda da taxa de lucro em função de uma abundância de capital. De seu ponto de vista, seus problemas não seriam apenas aqueles apontados por Ricardo (ou seja, conceberem uma queda da taxa de lucro associada exclusivamente à abundância de capital), mas também o fato de pretenderem ser análises de longo prazo sobre a possibilidade de crise.

“Aí é mister distinguir. Quando Adam Smith explica a queda da taxa de lucro pela superabundância de capital, pela acumulação de capital, refere-se a um efeito permanente e isto está errado. Em contrapartida, superabundância transitória de capital, super produção e crise são outra coisa. Não há crises permanentes.” (Marx, 1974 p. 932 n.)

A possibilidade de quebras transitórias está presente nas análises de todos os clássicos (inclusive na de Ricardo), não sendo uma percepção estranha ao sistema clássico de pensamento.

Há ainda quem possa argumentar que a presença da lei de tendência à queda da taxa de lucro poderia ser a base de uma análise de longo prazo da crise. É fato que a lei de tendência à queda da taxa de lucro é fruto de uma observação (e de um desejo) de que a lógica do capitalismo cria limites para ele mesmo. Sua formulação, porém, incorpora seus próprios mecanismos de superação. Sua discussão pelo próprio Marx,

supõe a possibilidade de que esta lei seja contrarrestada pelo mesmo movimento dinâmico do investimento capitalista que a cria<sup>48</sup>.

De toda forma, se uma teoria do valor, baseada nas condições de reprodução de um dado nível de produto, é feita para dar conta das forças normais e dominantes em uma economia capitalista, então este nível de produto tem que ser o resultado destas forças dominantes. Uma teoria satisfatória de crises tem que estar ligada a uma teoria do produto que localiza as crises como algo além de um fenômeno transitório: elas teriam que fazer parte das forças dominantes.

Marx não desenvolveu tal teoria. Seu argumento parece ser consistente com a idéia de que não existem leis gerais e permanentes no que se refere à economia, existem no máximo tendências que podem ser sempre contrarrestadas. Suas crises eram transitórias, não se constituindo, ou se pretendendo como uma teoria do produto que representasse as forças persistentes e dominantes para a determinação do nível de produto da economia.

Apesar de trazer um importante *insight* sobre a possibilidade de crise na economia capitalista, a análise de Marx, do ponto de vista **estritamente econômico**, exatamente como nos clássicos, fica limitada pela ausência de uma teoria geral sobre a determinação do nível do produto.

Então, conforme Mongiovi (1990), podemos dizer que:

“as diferenças entre Marx e Ricardo em relação à lei de Say tinham menos a ver com características estruturais do seu arcabouço teórico (...) que com os pesos relativos que davam a certas características institucionais do capitalismo (i.e mercados de crédito e dinheiro) como empecilhos ao ajustamento suave”.

---

<sup>48</sup> O próprio Marx (1867) possui a apresentação mais clara e completa deste problema na seção sobre a lei de tendência em *O Capital* (Livro III, parte I, seção III).

Nenhum dos argumentos apresentados busca minimizar a contribuição de Marx à discussão sobre a lei de Say ou no caminho para a proposição do princípio demanda efetiva. Muito pelo contrário, é necessário que fique claro que a consideração da natureza essencialmente monetária do capitalismo se inicia em Marx. É só a partir de então que se percebe que é falaciosa a concepção clássica, incorporada também pelos marginalistas, de que o capitalismo poderia ser bem descrito como uma economia de trocas puras.

### III. A crítica keynesiana ao uso da lei de Say.

Keynes é um dos poucos economistas de renome que, como Marx, destaca a natureza fundamentalmente monetária do sistema capitalista. Com base nesta importante noção, Keynes critica aqueles a quem chama de clássicos em sua teoria do emprego, do juro e da moeda. Desta forma, a questão de Keynes não está concentrada apenas nas diferenças que a natureza monetária do sistema irá implicar no entendimento e na determinação das variáveis econômicas, mas também em uma crítica à forma como o emprego dos fatores produtivos foi tratado até então pela teoria econômica.

Em nossa discussão algumas questões, normalmente consideradas como definidas *a priori* quando se faz um exame da obra de Keynes, precisarão ser tratadas com cuidado. Em primeiro lugar, o conceito de clássicos que Keynes usa na *Teoria Geral*<sup>49</sup> difere daquele que estamos usando em nosso trabalho. Como consequência desta diferença, uma série de críticas que o autor faz aos “clássicos” não se aplica àqueles que nos referimos como clássicos neste trabalho. Então, julgamos necessário estabelecer com clareza os termos do debate<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda, Keynes, 1936.

<sup>50</sup> A obra de referência para o pensamento keynesiano será a *Teoria Geral*.

Em seu sintético capítulo I da *Teoria Geral* Keynes define, em nota de rodapé, o que entende por economistas clássicos dizendo:

“ “Os economistas clássicos” é uma denominação inventada por Marx para designar Ricardo e James Mill e seus predecessores, isto é, os fundadores da teoria que culminou em Ricardo. Acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, a incluir na “escola clássica” os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo), J.S.Mill e Prof. Pigou.”  
(Keynes, 1936, p.15)

De acordo com o discutido no capítulo anterior, a definição apresentada por Keynes para economistas clássicos encara a história do pensamento econômico a partir da tradição marshalliana. Na verdade, Keynes simplesmente estende o conceito de “economistas clássicos” para todos os economistas, inclusive seus contemporâneos marginalistas como o Professor Pigou.

Desta forma, o economista inglês não utiliza um critério baseado na estrutura analítica da teoria dos autores para determinar o que considera como clássicos. Esta conclusão se baseia nos pontos já discutidos anteriormente e nas seguintes observações: 1) diferentemente da forma como Keynes trabalhou, Marx, referido por Keynes, ao utilizar a denominação “economistas clássicos”, não pretendeu apenas dizer que existiu uma teoria que culminou com Ricardo e que continuou depois dele, mas que existiu uma teoria que atingiu seu ápice de desenvolvimento na obra de Ricardo, porém que esta tradição teórica havia sido rompida, não tendo outros seguidores depois de Ricardo; 2) ao contrário da forma como Keynes constrói seu argumento, não parece razoável à abordagem sraffiana incluir em uma mesma escola de pensamento teórico autores como Ricardo e Smith, que consideravam que os salários fossem determinados por subsistência, e autores como Pigou, que determinavam salários pela interação de oferta e demanda no mercado de trabalho, denotando seguirem teorias do valor e distribuição completamente diferentes.

O elemento utilizado pelos sraffianos para diferenciar clássicos e marginalistas é sua teoria do valor e distribuição. Como Keynes não faz uso desta visão, sua crítica ao

uso da lei de Say pelos clássicos precisa ser mais bem analisada para poder ser absorvida no nosso referencial teórico.

A teoria do valor e distribuição marginalista parte de três conjuntos de dados – dotação de fatores produtivos, preferências dos consumidores e condições técnicas de produção – para determinar, simultaneamente, preços e quantidades. Neste contexto, os preços (ou remunerações) dos fatores de produção serão determinados a partir de sua oferta (neste caso, o total de suas dotações iniciais) e de sua demanda. A partir de suas hipóteses e dados, a estrutura teórica marginalista garante que, no equilíbrio, todos os fatores serão plenamente utilizados. Portanto, nesta teoria o pleno emprego dos fatores de produção é um resultado deduzido de suas premissas, não é um postulado, como o era a lei de Say para os clássicos. Desta forma, não há necessidade, no esquema marginalista, da introdução da lei de Say para que se obtenha o resultado de pleno emprego dos fatores produtivos.

Uma implicação importante de não se fazer uso da lei de Say na teoria marginalista é que nesta teoria não é qualquer nível de produto que é sustentável, mas apenas aquele de *market clearing*. No caso dos clássicos, a lei de Say garantia que qualquer nível de produto seria realizável. Ao mesmo tempo, a lei de Say não possuía implicações sobre o nível de emprego dos outros fatores que não o capital. A lei de Say postulava apenas que para todo capital empregado haveria demanda, portanto, todo capital seria empregado, dada a própria lógica do capitalismo.

A crítica de Keynes à lei de Say tem, portanto, aspectos diferenciados em sua aplicação para a estrutura clássica e para a estrutura marginalista. O próprio Keynes, na seguinte passagem da *Teoria Geral*, demonstra compreender que há diferenças entre lei de Say clássica e os resultados marginalistas:

“é verdade que dificilmente se encontrariam passagens semelhantes [àquela de Marshall em *Pure Theory of Domestic Values* que afirma que é um “axioma conhecido da teoria econômica que um homem compra trabalho e mercadorias com a parte da renda poupada, do

mesmo modo que com a parte da despendida”<sup>51</sup>] nas obras posteriores de Marshall e nas de Edgeworth ou do Professor Pigou. A doutrina hoje não é exposta de forma tão rudimentar” (Keynes, 1936, p.26 - colchetes adicionados pela autora)

Vamos então separar a crítica de Keynes em três aspectos que estão destacados nas seguintes citações do próprio autor: 1) “a teoria clássica deveria ser logicamente considerada uma teoria da distribuição em condições de pleno emprego” (op.cit., p.24); 2) “desde os tempos de Say e Ricardo os economistas clássicos têm ensinado que a oferta cria sua própria procura” (op.cit., p.25); 3) “a convicção de que (...) a moeda não faz, realmente, grande diferença, exceto na forma friccional, e de que a teoria da produção e do emprego pode ser elaborada sobre uma base de trocas “reais”, e com a moeda introduzida superficialmente num capítulo posterior” (op. cit.p.26).

O primeiro aspecto da crítica, referido como a citação “a teoria clássica deveria ser logicamente considerada uma teoria da distribuição em condições de pleno emprego”, é direcionada à teoria marginalista. O debate que Keynes desenvolve a partir desta idéia é baseado na análise da teoria do valor e distribuição marginalista. Podemos afirmar isto tanto porque toda esta discussão está em torno da rejeição do “segundo postulado<sup>52</sup>”, como pelo fato da crítica estar direcionada ao conceito de pleno emprego marginalista.

A crítica ao “segundo postulado” é um debate com a teoria da distribuição marginalista no que diz respeito à determinação do nível de emprego. É uma discussão sobre a quantidade de trabalho empregada, dado que o preço do trabalho é sempre igual à produtividade marginal do mesmo (aceitação do “primeiro

---

<sup>51</sup> Esta citação faz parte da passagem deste livro de Marshall que é a referência de Keynes para o comentário que transcrevemos.

<sup>52</sup> O segundo postulado da teoria clássica que foi apresentado por Keynes, é “a utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual a desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego” (Keynes, 1936, p.18).

postulado”<sup>53</sup>). É importante destacar, portanto, que Keynes não está dialogando com os “nossos” clássicos, ou seja, aqueles que consideram que os salários são determinados a partir das condições físicas, históricas e sociais de subsistência. O autor está questionando que o emprego (quantidade de trabalho) determinado a partir de um salário (preço do trabalho) obtido segundo a teoria da distribuição marginalista, não será necessariamente aquele de pleno emprego deste fator.

Como já analisamos, os clássicos nunca extraíram qualquer implicação de pleno emprego da força de trabalho de suas teorias do valor e distribuição<sup>54</sup>. Desta forma, a rejeição ao segundo postulado não cria qualquer problema para a teoria clássica, na medida em que não se refere a esta<sup>55</sup>.

Vamos encontrar a primeira menção à lei de Say na seção VI do capítulo II da *Teoria Geral*. Neste ponto da análise, Keynes passa a discutir, de fato, com os clássicos. Referimo-nos a esta parte do debate com a citação: “desde os tempos de Say e Ricardo, os economistas clássicos têm ensinado que a oferta cria sua própria procura”(op.cit.). Toda a crítica à lei de Say elaborada nesta seção se refere ao mais famoso postulado clássico e gera a implicação de que “o ato individual de abstenção de consumir necessariamente leva e equivale a um investimento na produção de riqueza sob a forma de capital”.

Porém, quando recolhe os exemplos para demonstrar a presença na lei de Say no pensamento clássico, Keynes recorre a citações de Marshall e John Stuart Mill. Nenhum dos dois é precisamente um economista clássico segundo a visão sraffiana. No caso de Marshall, nem o próprio autor se considera como tal. Ainda assim, as considerações de Keynes permanecem pertinentes aos problemas presentes nos

---

<sup>53</sup> O “primeiro postulado” aqui referido é aquele tratado com o mesmo nome no capítulo II da *Teoria Geral* de Keynes. Este postulado é simplesmente que o salário é igual ao produto marginal do trabalho.

<sup>54</sup> Ver Stirati (1994).

<sup>55</sup> Para além da tradição clássica, mas ainda na abordagem do excedente, pode-se observar que na teoria de Marx a existência de desemprego é fundamental para o entendimento do processo de determinação do salário, bem como é importante para a própria lógica do sistema capitalista.

clássicos. Além disso, o autor destaca que seus contemporâneos não fazem defesas simplórias deste argumento, admitindo não encontrar mais este postulado em seus trabalhos, e permanece afirmando, com razão, que “o pensamento contemporâneo está ainda fortemente impregnado da noção de que, se o dinheiro não é gasto de uma forma, o será de outra” (Keynes, op.cit., p.26), mas esta contaminação ideológica não implica o uso na lei de Say. Desta forma, conforme discutimos anteriormente, se a lei de Say não está presente na estrutura analítica marginalista, estes autores não sofrem com sua refutação.

A despeito das diferenças fundamentais em suas teorias do valor e distribuição existe um problema que realmente está presente tanto na teoria clássica, como na teoria marginalista. Esta semelhança é uma determinada visão sobre o funcionamento da economia, que implica a aceitação de uma mesma simplificação teórica que Keynes não vai admitir.

Abre-se então o debate que atinge ambas as escolas de pensamento e que se assemelha, em sua origem, com as questões levantadas por Marx. Keynes indica que as conclusões derivadas da lei de Say são fruto de uma falsa analogia entre a economia em que realmente vivemos e um tipo de economia de escambo, na qual a renda dos indivíduos é constituída por mercadorias propriamente ditas, ou seja, uma economia em que não existe moeda. Desta forma, o terceiro aspecto da crítica de Keynes à teoria clássica se aplica tanto à escola clássica como à marginalista, na medida em que ambas trabalham com “a convicção de que (...) a moeda não faz, realmente, grande diferença, exceto na forma friccional, e de que a teoria da produção e do emprego pode ser elaborada sobre uma base de trocas “reais”, e com a moeda introduzida superficialmente num capítulo posterior” (op. cit).

#### **IV. A proposta da teoria do produto de Keynes.**

É com base nestas críticas aos clássicos e aos marginalistas que Keynes elabora uma teoria do produto que contesta a lei de Say e a operação da economia em pleno

emprego como condição de equilíbrio. A forma como a questão da demanda efetiva se coloca para Keynes é a partir de uma observação, compartilhada por Marx, de que a análise econômica do capitalismo tem que se referir sempre a uma economia monetária de produção, onde o termo “monetária” é essencial. Em um modelo que contemple a moeda em todas as suas funções, a existência de moeda é suficiente para que haja o problema de realização, pois uma parte da renda auferida no processo produtivo pode não ser gasta, mantendo-se na forma monetária. Uma decisão de não gastar terá implicações sobre as vendas agregadas determinando que a demanda agregada em termos monetários seja menor que o valor do produto total aos preços normais<sup>56</sup>.

Os clássicos jamais viram a importância da moeda neste sentido. A moeda sempre foi encarada como um tipo de mercadoria com características especiais para ser um bom meio de troca. A mercadoria escolhida como equivalente geral tinha seu valor determinado por seu custo de produção da mesma forma que o de todas as outras mercadorias. A principal questão relacionada com moeda nos clássicos era a possibilidade do aparecimento de inflação devido a um excesso de moeda em circulação. Mesmo quando tratam de papel-moeda, existe por trás de seu valor a importante questão do lastro. Qualquer desconexão entre a quantidade papel-moeda em circulação e o lastro ao qual se referisse, alteraria seu valor. De todo modo, o entendimento clássico do papel da moeda na economia não passava pela sua capacidade de desviar a demanda por mercadorias e alterar a identidade entre oferta agregada e demanda agregada garantida pela lei de Say.

---

<sup>56</sup> Preços normais são aqueles resultantes do uso normal da capacidade produtiva e que incluem a taxa de lucro normal do sistema. É importante destacar que Keynes, ao aceitar o primeiro postulado, não constrói sua nova teoria no campo de análise clássico e permanece utilizando a teoria do valor e distribuição marginalista. Deste modo, as taxas de salário e lucro (que no esquema tradicional é igual a taxa de juros) são determinadas nos mercados de trabalho e capital, respectivamente. A grande novidade em Keynes é a determinação da taxa de juros no mercado monetário, relacionando oferta e demanda por moeda.

Considerando, agora, o esquema analítico para valor e distribuição da teoria marginalista, a simples introdução da moeda no sistema, como aponta Keynes, implica em uma alteração nas interações entre as variáveis econômicas em geral, e em especial na relação entre o mercado de trabalho e o mercado de capital. É, ainda, importante destacar que a proposta de Keynes se concentra na crítica à teoria monetária da escola marginalista e são suas sugestões de releitura desta teoria que geram as referidas alterações nas relações entre as variáveis econômicas.

A crítica à teoria monetária marginalista, no entanto, terá repercussões em vários âmbitos da análise de Keynes. Sua proposta teórica jamais se restringiu exclusivamente à desconexão entre o ato de comprar e o ato de vender. Ao contrário, trata-se de uma proposta ampla, baseada em uma crítica ao pleno emprego como fundamento da posição de equilíbrio. É fato, porém, que toda a crítica de Keynes nasce, como já dissemos, da crítica à teoria monetária ortodoxa.

Para observar a alteração na interação entre o mercado de trabalho e o mercado de capital podemos recorrer a um raciocínio simples. Efetivamente, quando os salários são pagos em moeda, é possível que as relações entre estes mercados não sejam capazes de determinar a tendência ao pleno emprego do fator trabalho, em especial. Se nos reportarmos a uma situação econômica como aquela vivida por Keynes quando escreveu a *Teoria Geral*, podemos supor que, em uma situação de desemprego, haja um aumento da concorrência entre os trabalhadores. Neste caso, haverá uma redução nos salários nominais<sup>57</sup>. Diante de uma redução nos salários nominais a teoria marginalista determina que o movimento do mercado seja no sentido de aumento do emprego do fator trabalho. Um aumento do emprego implicará em um aumento da produção. Este aumento de produção determina um aumento da renda nacional, que traz consigo um aumento da poupança agregada. Se

---

<sup>57</sup> Não há porque supor que tenha havido uma queda nos outros preços da economia, pelo menos não ainda.

este aumento na poupança não corresponder a um aumento do investimento<sup>58</sup>, haverá um nível insuficiente de demanda agregada, em termos monetários, para absorver tal expansão do produto aos preços normais vigentes na situação inicial. Mais cedo ou mais tarde, este descompasso entre demanda e produção determinará uma queda no nível geral de preços, que neutralizará o efeito expansivo inicial da redução dos salários nominais, determinando um ciclo recessivo.

Toda esta simples, porém longa, cadeia de raciocínio serve para explicar como Keynes imaginou a possibilidade de que não se atingisse um equilíbrio com pleno emprego, portanto contestando resultados da teoria marginalista a partir do seu próprio instrumental teórico.

Compreendido o mecanismo de operação da proposta analítica de Keynes nos resta formular o elemento que nos interessa: o princípio da demanda efetiva. Nosso ponto de partida é que o princípio da demanda efetiva significa que a demanda agregada pode ser insuficiente para absorver o produto obtido a partir do uso normal da capacidade produtiva existente. Além disso, a demanda agregada incorpora um determinado nível de investimento, e é este nível de investimento que determina o montante total de poupança no sistema.

Esta grande novidade de Keynes nasceu integrada com os esquemas de valor e distribuição marginalistas. Seu trabalho permanece determinando preços e quantidades simultaneamente. É claro que existe, conforme já mencionado, um sem número de inovações importantes que explicam toda a revolução ocorrida no pensamento econômico após a publicação da *Teoria Geral*. Sua crítica será considerada uma das mais importantes da teoria econômica pelos próprios marginalistas, até mesmo por ser uma crítica interna, procurando recuperar a

---

<sup>58</sup> Na teoria de Keynes o investimento é determinado na relação entre a curva de eficiência marginal do capital e a taxa de juros. Esta, por sua vez, é determinada no mercado monetário por oferta e demanda de moeda. Sendo assim, não há porque o nível de investimento ser igual ao nível de poupança de pleno emprego.

capacidade explicativa da teoria ortodoxa sobre os fenômenos observados na realidade.

Os marginalistas admitiam a possibilidade do fenômeno descrito por Keynes ocorrer, porém não acreditavam que pudesse influenciar de forma determinante a análise de longo prazo com base em suas teorias do valor e distribuição. Na verdade, como neste esquema analítico o investimento não passa de reintegração e expansão de capital, este deveria ser uma função decrescente da taxa de juros, tal como a demanda por capital. Desta forma os marginalistas argumentam que, no longo prazo, a presença de poupança monetária não absorvida implicaria uma redução da taxa de juros no mercado de capital, que determinaria uma retomada do investimento até o nível de plena utilização dos fatores, garantindo a manutenção do conceito de equilíbrio original desta teoria.

Deste modo, para validar sua crítica, Keynes concentra forças em demonstrar que no mercado monetário existe uma série de relações não estudadas pelos marginalistas, que determinam uma redução da capacidade da taxa de juros desempenhar este papel equilibrador. Neste contexto, o autor lança mão do papel das expectativas na dinâmica do mercado monetário e na decisão de investimento, para explicar as dificuldades da taxa de juros em exercer sua função na determinação de um equilíbrio de pleno emprego para o sistema.

O grande problema de Keynes ter escolhido atuar no campo de batalha adversário está no fato de que teve que introduzir novos elementos no esquema de análise marginalista para ser capaz de obter os resultados desejados. A introdução das expectativas pode ser um avanço no sentido de trazer para a teoria uma maior capacidade de aproximação com a complexidade dos movimentos econômicos do mundo real. Mas por esta mesma janela aberta por Keynes, os marginalistas introduziram hipóteses relacionadas às expectativas que foram capazes de reincorporar a crítica de Keynes ao esquema tradicional apenas como um caso especial daquela teoria.

## **V. Keynes segundo Garegnani: a incorporação do princípio da demanda efetiva pela abordagem do excedente**

Se, como acreditamos, o princípio da demanda efetiva deve ser respeitado por qualquer teoria econômica no capitalismo, mas não é propriamente uma teoria, compreendemos também que sua formulação dependerá da existência de uma teoria que o incorpore.

Nesta perspectiva, Garegnani elabora seu trabalho de incorporação do princípio da demanda efetiva de Keynes a uma análise do valor e distribuição clássica. O projeto teórico de Garegnani é meticuloso e se constitui inicialmente como uma crítica à teoria marginalista em termos reais, se distanciando bastante das bases originais da obra de Keynes, para em seguida proceder a uma proposta positiva de formulação de uma nova análise para o capitalismo. O ponto de partida crítico do trabalho do economista italiano ganhou espaço na discussão acadêmica e se configurou, na década de 60 do século XX, no que ficou conhecido na história do pensamento econômico como “a controvérsia do capital”.

### **1) A crítica à teoria do valor e distribuição marginalista: “a controvérsia do capital”**

Conforme Garegnani (1960) apontou, pode ser dito que a teoria marginalista surgiu de uma generalização da teoria clássica da renda. Os marginalistas introduziram a idéia de que a proporção entre dois fatores de produção, capital e trabalho, deveria ser utilizada para determinar os níveis de salário e lucros, baseados na analogia formal com a consideração clássica de que a proporção entre terra e trabalho (auxiliada pelos necessários meios de produção) era o fator determinante para a divisão do produto entre renda da terra e capital-com-trabalho.

O objetivo desta “nova formulação”, em sua época, era tanto oferecer uma teoria da distribuição unificada e elegante relativamente àquela clássica, como apresentar uma

forma de sair da confusão presente na teoria da distribuição após o abandono da parte central da teoria Ricardiana<sup>59</sup> (op. cit).

Mas esta nova estrutura teórica convivía com uma forte dificuldade: conceber o capital como um fator uniforme capaz de ser medido independentemente da distribuição. A dificuldade de se medir o capital independentemente da distribuição (representar um dado conjunto de bens de capital como a mesma magnitude “capital”, qualquer que seja a distribuição do produto social entre os agentes produtivos, ou seja, quaisquer que sejam as taxas de salário e lucro) surgiu na abordagem marginalista no curso da tentativa de dar significado à possibilidade de substituição entre trabalho e meios de produção para a definição do sistema produtivo. Dada a importância da possibilidade de substituição entre os fatores de produção para a teoria marginalista, passou a ser essencial resolver este problema.

Tal problema é consequência da proposta original da constituição da “nova” teoria do valor e distribuição. A noção de excedente como base para a distribuição foi substituída pela necessidade de se tomar a proporção entre “capital” e trabalho disponível na economia como determinante principal dos salários e lucros<sup>60</sup>. Para determinar tal proporção entre “capital” e trabalho é fundamental conhecer o montante disponível de cada um destes fatores na economia. Isto significa que é necessário ser possível medir cada um dos conjuntos de fatores de produção em uma mesma unidade de referência. Sendo assim, da mesma forma como é possível se determinar quantas horas de trabalho estão disponíveis em uma economia, deve ser também possível estabelecer o montante de capital disponível nesta mesma economia, usando uma determinada unidade de referência.

---

<sup>59</sup> Ou seja, o conceito de excedente e seu processo de distribuição.

<sup>60</sup> Este é o resultado da extensão do princípio da renda da terra para a determinação da divisão do produto entre lucros e salários.

Como uma questão tão simples quanto a de determinar a quantidade de capital em uma unidade específica ganhou a dimensão da “controvérsia do capital” na crítica à teoria marginalista?

O problema do capital na teoria marginalista fica mais evidente no contexto de uma análise agregada, apesar de não estar restrito a ela. A melhor forma de entender como este problema surge é considerando que na teoria marginalista a remuneração de cada fator é determinada simultaneamente ao sistema de preços. Esta determinação é feita tomando como dadas as preferências dos consumidores, as técnicas de produção supostas como sendo as melhores (função de produção), dado o estado das técnicas e as quantidades de fatores de produção disponíveis em uma economia (dotação de fatores). Para se conhecer a dotação inicial de cada fator é necessário quantificá-las e esta medida tem que ser independente do sistema de preços e da distribuição, já que é exatamente o que se quer determinar a partir destes dados. Tal condição de independência da distribuição só será atendida por unidades de medida técnicas, ou seja, que digam respeito a características técnicas específicas de cada fator produtivo, que estejam relacionadas com suas contribuições ao processo produtivo.

Como se pode perceber, esta condição vem da necessidade de se evitar raciocinar em círculo, pois se as quantidades de fatores produtivos fossem medidas em valor seria necessário conhecer seus “preços” – taxas de salário e juros – que, por sua vez, são parte das variáveis que se deseja determinar tomando as dotações de fatores como um dos dados.

Os fatores produtivos também aparecem em outro grupo de dados que não apenas as dotações iniciais: surgem como variáveis das funções de produção. Neste caso, são variáveis que determinam a tecnologia utilizada no sistema. Neste outro papel, a definição da “quantidade” dos fatores produtivos demanda o mesmo tipo de condição descrita acima, fazendo com que a necessidade dos fatores serem medidos em unidades técnicas se torne ainda mais importante, pois os produtos marginais dos fatores e suas propriedades são dados técnicos (relacionam proporções de fatores

de produção bem especificados para definir a tecnologia em uso) que só fazem sentido em termos físicos e não significam nada em termos de valor.

Os fatores produtivos, porém, em seu papel na dotação inicial, são objeto de oferta e demanda para determinar a distribuição do produto social e, neste sentido ainda devem obedecer a uma segunda condição determinada pelo método de longo prazo. O método de longo prazo se relaciona com a idéia de equilíbrio de longo prazo. Na teoria marginalista, o ponto de equilíbrio de longo prazo é aquele em que todos os fatores produtivos estão sendo usados em sua totalidade e estão sendo remunerados à sua produtividade marginal naquele ponto. A correspondência deste ponto de equilíbrio no mercado de capital determina uma composição física do estoque de capital de referência e uma taxa de juros/lucro. A condição de livre concorrência implica uma uniformidade das taxas de lucros em todos os setores e esta condição deve ser respeitada pela teoria.

Neste ponto da análise aparece a diferença crucial entre o fator de produção trabalho e o fator de produção capital. O trabalho está associado ao trabalhador e deste modo por mais diferentes que possam ser as qualidades dos trabalhos oferecidos por cada trabalhador ou pelo mesmo trabalhador, sempre será *um* trabalhador. O capital está associado a bens de mais variados tipos, tais como estoque de matérias primas, estoque de produtos finais, bens em curso de produção, máquinas e ferramentas. Todos estes bens têm em comum apenas serem reprodutíveis e possuem valor. Não há como reduzi-los a uma grandeza física única, que tenha relação com seu produto marginal, ou seja, se tomarmos seu peso ou seu tamanho como referência de “quantidade”, bens com mesmo peso ou tamanho podem contribuir de forma completamente diferente para determinação do produto total. Além disso, o capital é o único fator de produção cuja reprodução está sujeita à lógica capitalista, sendo assim, é o único fator cuja reprodução depende da relação entre seu preço de oferta e a taxa de juros/lucro.

De uma forma simplificada, o argumento de Garegnani é que, para manter o método de posições de longo prazo, a teoria marginalista tem que transformar o capital, um fator de produção essencialmente heterogêneo (na medida em que é composto por

bens muito diferenciados), em uma grandeza única, ou seja, medi-lo em determinada unidade de referência. Além disso, este fator deve possuir a capacidade de mudar de forma (de composição física) sem alterar seu valor medido na unidade de referência. Só assim, segundo o autor, é possível se obter o efeito necessário para a teoria marginalista de que, partindo de uma dotação de capital bem definida fisicamente, esta poderia se ajustar livremente sem alterar seu valor até alcançar a composição física compatível com o equilíbrio representado pela uniformidade nas taxas de lucro do sistema.

Na busca da solução deste problema os primeiros marginalistas optaram por manter o método de análise de longo prazo, porém propuseram tratamentos diferentes para o fator capital. A forma mais freqüente de tratar o capital teoricamente é concebê-lo como um fator homogêneo. Com exceção de Walras, todos os outros marginalistas optaram por esta aceção. A opção walrasiana é diferente. Este autor supõe o capital como fator heterogêneo na dotação inicial, tentando lidar com a heterogeneidade dos bens de capital da mesma maneira com que lidou com a heterogeneidade de trabalho e terra, ou seja, tratando os tipos de capital como fatores de produção diferentes.

O problema da opção walrasiana é não ser compatível com a uniformidade das taxas de lucro necessária na definição da condição de equilíbrio de longo prazo. Sob a hipótese de capital heterogêneo, cada bem de capital terá a sua própria taxa de retorno sobre seu preço de oferta e não há motivo para que estas taxas sejam iguais entre si.

Já a concepção de capital como um fator homogêneo não rompe com a necessidade da uniformidade das taxas de lucro, porém cria uma série de outros problemas. Cada complicação está relacionada com a forma com que foi incorporada na teoria a noção de capital homogêneo.

Como já discutimos anteriormente, existem basicamente duas formas de usar o conceito de capital homogêneo, ou “quantidade de capital”, na teoria marginalista original: como variável nas funções de produção e como quantidade de capital disponível na economia (dotação inicial do fator).

A primeira, a introdução da “quantidade de capital” na função de produção, deriva de uma não compreensão de que a função de produção é uma determinação técnica e, portanto só faz sentido em termos físicos.

Para compreender o problema de forma simples, podemos imaginar quantas opções de bens de capital podem ser compradas com uma determinada “quantidade de capital” e, portanto, quantas possíveis combinações com diferentes quantidades de trabalho podemos encontrar para dar curso à produção a partir de um mesmo “valor” de capital. Ou seja, quando se coloca o capital em valor na função de produção ela deixa de ser capaz de determinar uma técnica específica, pois várias técnicas podem ser utilizadas a partir de um mesmo valor de capital. Perdendo sua capacidade de ser uma representação técnica, a função de produção perde também o seu significado.

Além disso, admitindo que o capital medido em valor esteja associado a uma técnica bem especificada, estamos supondo que a distribuição está dada. Isto porque, em geral, o **valor** do capital físico correspondente a cada sistema de produção vai mudar com a distribuição. Sendo assim, mesmo conhecendo a composição física do capital empregado, ao operamos economicamente com sua medida em valor, estamos considerando uma variável cuja quantidade depende da distribuição.

Portanto, além dos problemas técnicos, esta aplicação do conceito de capital homogêneo leva a um raciocínio circular. A circularidade aparece porque se assume a distribuição e os valores relativos do capital como conhecidos quando se está definindo as “funções de produção” ou, mais genericamente, o sistema de produção necessário para determinar exatamente estas variáveis.

“Este problema parece afetar versões da teoria tais como as de Marshall, Pigou e a maioria dos autores até recentemente, com a exceção daqueles que ao definirem as condições técnicas de produção tentam medir o capital por meio de “períodos de produção” independente da distribuição (Wicksell, Bohn Bawerk e Jevons), ou por meio de quantidades de bens de capital específicos (Walras).”  
(Garegnani, 1985)

Esta é a crítica mais aceita pelos neoclássicos e muitas vezes tomada como sendo a única crítica ao problema do capital.

Existe, porém uma segunda forma, mais consistente em termos teóricos, de se incorporar a noção de capital medido em valor na teoria marginalista. Autores como Wicksell e Bohn Bawerk viam claramente a impossibilidade de se extrair relações técnicas de uma função de produção com o capital medido em valor. Desta forma, mediam o capital em termos técnicos<sup>61</sup> e, neste ponto da análise, deixavam a noção de quantidade de capital para a instância em que garantiria a uniformidade das taxas de lucro essenciais para o método de longo prazo: a dotação de capital da economia.

O objetivo de se tomar a dotação de capital medida em valor como um dado é a determinação do equilíbrio e, portanto, da distribuição de renda. Neste ponto se torna claro o motivo pelo qual usar a hipótese de taxa de lucro uniforme compele estes autores a medir o capital em valor. Para se obter uma única taxa de lucro (uma remuneração uniforme) é necessário que todo o capital possa ser tratado como um mesmo fator, mas como ele é composto de bens muito diferentes, inclusive do ponto de vista técnico, a maneira de tratá-lo como entidade única é medindo-o em termos de valor.

O problema é que exatamente este capital medido em valor, que entra na determinação da distribuição de renda, não pode ser de fato considerado independente da distribuição de renda. Como foi clarificado por Sraffa, mesmo que tudo se mantenha constante (nem as técnicas, nem as quantidades produzidas, nem os bens de capital existentes mudem), uma mudança no salário real ( à qual corresponde uma mudança na taxa de lucro) ou seja, uma mudança na distribuição, causará uma mudança nos preços relativos. Uma mudança nos preços relativos por si

---

<sup>61</sup> Para uma discussão detalhada das dificuldades deste processo ver Garegnani (1960) e Garegnani (1990a).

só faz mudar o valor do capital existente, mesmo que ele se mantenha constituído exatamente dos mesmos bens.

Note que com isso estamos usando também um raciocínio circular, pois para saber o valor do capital existente é necessário saber o preço de oferta dos bens que o constituem. E para se saber este preço é necessário conhecer a taxa de juros, que é justamente a variável a ser determinada a partir da oferta e demanda de capital na teoria do valor e da distribuição marginalista. Assim, estamos usando uma variável endógena para obter um “dado” necessário para descobri-la. Ou seja, o valor do capital existente na economia é determinado pela distribuição de renda, e mudaria caso a distribuição de renda fosse diferente. Logo, incluir este valor do capital nos dados que deveriam determinar a distribuição não faz sentido.

O outro grande problema de se conceber o capital em valor na dotação inicial de fatores e, portanto, como objeto de oferta e demanda (que deve determinar a distribuição do produto social), é seu impacto sobre o comportamento das curvas de demanda por fatores de produção. A relação inversa entre o preço e a quantidade empregada de um fator é fundamental para o argumento da teoria marginalista, pois é o que garante a declividade das curvas de demanda por capital e trabalho. A necessidade da relação inversa entre o preço e a quantidade de cada fator produtivo se assenta na determinação imprescindível de um equilíbrio único e estável como referência para a análise.

O comportamento desejado da curva de demanda repousa, essencialmente, na proposição concernente ao barateamento relativo dos processos de produção e dos produtos que requerem, em maior proporção, o fator cujo preço esteja em queda. A questão é: será que esta relação inversa é válida teoricamente?

O trabalho de Sraffa (1960, especialmente nos capítulos VI e XII) tornou possível uma análise de longo prazo sobre como ocorre a mudança dos preços relativos quando varia a distribuição. Sraffa mostrou que, se os coeficientes técnicos são dados, quando a taxa de lucro aumenta pode ocorrer que o preço de um produto relativamente a outro não varie em uma única direção, ou seja, primeiro aumente e

depois diminua (ou vice-versa). Segundo Sraffa “as inversões que se verificam na direção do movimento dos preços relativos, ainda que os métodos de produção se mantenham os mesmos, não são conciliáveis com nenhuma concepção do capital como quantidade mensurável independentemente da distribuição de renda e dos preços” (op. cit.). Vejamos as razões.

O mecanismo de substituição indireta entre os fatores depende de que os preços relativos dos bens variem de modo a garantir que o preço relativo do bem com “maior intensidade de trabalho” sempre aumente, quando aumenta a taxa de salário em relação à taxa de lucro (ou seja, quando varia a distribuição em favor dos trabalhadores). O problema é que, conforme a análise de Sraffa referida anteriormente, o mesmo bem pode ser considerado em alguns momentos como “intensivo em trabalho” e em outros momentos “intensivo em capital” diante de um aumento contínuo na taxa de lucro<sup>62</sup>.

Apenas isto é suficiente para mostrar que o mecanismo de substituição indireta pode funcionar na direção oposta da requerida pela teoria marginalista, mesmo que os consumidores escolham “bem” (sejam racionais). Este “mau funcionamento” do mecanismo de substituição indireta poderia levar, inclusive, a uma curva de demanda por “capital” (medido em valor) crescente.

Um resultado semelhante sobre a curva de demanda por “capital” pode ser obtido no caso de um mesmo bem produzido a partir de duas técnicas diferentes, ou seja, métodos cujos coeficientes técnicos são diferentes. Suponhamos que cada um destes métodos dê origem a um custo de produção diferente. A concorrência tenderá a impor a técnica que garante um custo de produção menor, dada a taxa de lucro.

Note que, pela descrição de Sraffa do comportamento dos preços relativos quando varia a distribuição, poderá acarretar que uma técnica escolhida para um determinado nível da taxa de lucro seja abandonada quando a taxa de lucro aumente e, a partir de um novo aumento da taxa de lucro, esta técnica seja novamente

---

<sup>62</sup> Ver também Garegnani (1970) e Garegnani (1985)

utilizada. Ou seja, para uma taxa de lucro crescente a técnica é utilizada, abandonada e retomada. Este efeito é conhecido como retorno das técnicas (*reswitching*).

Podemos notar que, dados estes efeitos, não poderíamos classificar de forma definitiva nenhum dos métodos como “mais intensivo em capital”. Por causa disso fica impossível ordenar os métodos produtivos alternativos segundo sua “intensidade de capital”. Sem a ordenação das técnicas por intensidade de capital o mecanismo substituição direta (ou seja, aumento do uso do fator que se torna mais barato na determinação do método produtivo que será utilizado) não consegue operar da forma esperada. Deste modo, não há como garantir que se sustente o efeito necessário para a teoria marginalista. Quando este efeito é perverso, ou seja quando diante de um aumento da taxa de lucro, há um aumento no valor do capital empregado por unidade de trabalho, dá-se o nome de reversão da intensidade de capital (*reverse capital deepening*).

A partir desta análise poderíamos concluir que, mesmo que fosse razoável medir o capital em valor como um dado para a obtenção do equilíbrio, a teoria marginalista continuaria sem plausibilidade, pois não vale a proposição de que quando cai o preço de um fator, necessariamente aumenta a quantidade dele utilizada.

Desta forma, a crítica do capital determina uma impossibilidade lógica na teoria marginalista recomendando seu abandono. Com base nesta recomendação Garegnani sugere que se recupere a teoria do valor e distribuição clássica e a combine com uma teoria do produto baseada no princípio da demanda efetiva.

## **2) A proposta de incorporação do princípio da demanda efetiva na abordagem do excedente**

Agora podemos compreender os dois grandes pontos de divergência entre a proposta de Garegnani e a sua referência, a proposta de Keynes, quanto à formulação do princípio da demanda efetiva.

Em primeiro lugar, conforme já discutimos, Keynes opta por desenvolver sua crítica às teorias marginalistas do emprego, do juro e da moeda como uma crítica interna, ou seja, a partir do próprio arcabouço marginalista para a análise de valor e distribuição. Isto situa Keynes como um reformulador crítico da teoria ortodoxa. Garegnani, no entanto, é a principal figura do debate crítico sobre a forma de incorporação do fator capital na teoria marginalista. Naquele debate foi demonstrada a incompletude da teoria do valor e distribuição marginalista. Desta forma, Garegnani se coloca rejeitando completamente a estrutura teórica marginalista em seus princípios.

Em segundo lugar, um foco fundamental para os sraffianos como para Garegnani, é a manutenção do método de análise de longo prazo, o que significa que uma teoria do produto que se articulasse com seu trabalho deveria demonstrar a validade do princípio da demanda efetiva no **longo prazo**. Keynes não demonstra especial interesse em discutir a essencialidade da validade do princípio da demanda efetiva no longo prazo, apesar de, como participante da tradição marshalliana, assumir o seu do método de longo prazo.

Sendo assim, como aponta Bharadwaj (1988), “Garegnani argumenta que a retenção, por Keynes, de certos elementos da teoria do valor e distribuição tradicional, tornaram sua crítica fraca e em parte, insustentável”. Garegnani afirma que a tendência de Keynes na *Teoria Geral* foi considerar que a teoria ortodoxa dos juros (e dos lucros<sup>63</sup>) – que garantiria uma reação do investimento a ajustamentos no mercado de trabalho – postulava um comportamento da taxa de juros não garantido no esquema analítico marginalista, mas que se articulava com uma hipótese, que considerava válida, sobre variabilidade de proporções de fatores de produção no processo produtivo.

---

<sup>63</sup> Vale lembrar que na tradição marginalista tanto a taxa de juros como as de lucro são determinadas no mercado que relaciona oferta e demanda de capital e, em concorrência perfeita, seu valores são idênticos.

No entendimento de Garegnani, aceitar a teoria do valor e distribuição marginalista é aceitar a relação inversa entre a demanda por investimento e a taxa de juros. Tal relação está baseada na curva de demanda por capital considerado como fator homogêneo, que Garegnani tanto combateu em seus trabalhos no contexto da controvérsia do capital. Então a crítica de Keynes à teoria monetária marginalista dependeria essencialmente da sensibilidade da taxa de juros às discrepâncias entre o montante investimento e o montante da poupança de pleno emprego.

Sabemos que, o caminho escolhido por Keynes para explicar o comportamento da taxa de juros foi demonstrá-la como sendo determinada no mercado monetário, a partir da interação entre oferta e demanda de moeda. A taxa de juros obtida no mercado monetário influenciaria o estabelecimento do nível de investimento de acordo com a curva de eficiência marginal do capital. O nível de investimento obtido desta maneira não tem motivo para ser igual à poupança de pleno emprego. Quando o investimento planejado for mais baixo que a poupança planejada, sua identidade será garantida pela contração do produto.

Na visão de Garegnani, esta grande novidade de Keynes – a afirmação de que **são variações no produto, e não na taxa de juros, que determinam o ajustamento entre poupança e investimento** – está em conflito com a teoria da distribuição tradicional. Sua aceitação desta teoria e a forma como construiu sua crítica acabaram determinando sua reincorporação na teoria marginalista como caso especial e um argumento limitado ao curto prazo.

Garegnani (1983) argumenta que, dados os resultados analíticos da controvérsia do capital sobre a teoria dominante, mesmo que a taxa de juros viesse a ser suficientemente sensível às divergências entre investimento e poupança planejados (deixando Keynes no caso especial), não haveria base de sustentação suficiente para garantir o resultado marginalista tradicional. Em outras palavras não se poderia assegurar que a flexibilidade da taxa de juros garantiria que as decisões de investir iriam se adaptar às decisões de poupar. Ao mesmo tempo, deixaria também de existir o fundamento para a idéia de que a demanda agregada irá se adaptar ao nível de

produção compatível com a plena utilização da dotação dos fatores produtivos na economia.

A grande questão de Garegnani é que a crítica do capital é suficiente para desconstruir os resultados de pleno emprego da teoria marginalista sem precisar recorrer a obstáculos monetários ou a estados de expectativas. O autor reconhece que estes elementos trariam complicações adicionais à análise, porém indica que não são eles a essência do problema da incapacidade da teoria ortodoxa em explicar equilíbrios abaixo do pleno emprego.

A sugestão de Garegnani, conforme já mencionado, é incorporar o núcleo do questionamento teórico de Keynes sobre a existência de uma tendência automática ao pleno emprego no curto prazo (ou seja, incorporar o problema da demanda efetiva), a uma teoria do valor e distribuição consistente.

Além disso, o problema da demanda efetiva não precisa ficar confinado ao curto prazo. Garegnani afirma que ao se reconhecer que não existe tendência ao pleno emprego na economia capitalista, mesmo no longo prazo (posições de equilíbrio não precisam ser de pleno emprego, como já discutimos), pode-se inferir que o problema da demanda efetiva está presente no longo prazo também.

No curto prazo, o problema da demanda efetiva pretende dar conta das forças que operam sobre o grau de utilização da capacidade produtiva e seus efeitos no investimento, no produto e no emprego. Quando estendido para o longo prazo o problema da demanda efetiva diz respeito às forças que determinam a acumulação, ou seja, a criação de capacidade e o investimento.

O interesse de nosso trabalho é discutir a teoria da acumulação de James Steuart como uma teoria de base clássica para valor e distribuição e sua compatibilidade com

o princípio da demanda efetiva. Sendo assim, precisamos de um referencial clássico e de longo prazo para o princípio da demanda efetiva. Garegnani nos fornece isto<sup>64</sup>.

Sendo assim, com base na forma que Garegnani e os sraffianos abordam o problema da demanda efetiva, vamos apresentar a discussão sobre como a teoria de James Steuart pode abrir espaço para uma análise que incorpore o princípio da demanda efetiva, e com ele o Estado, na questão da acumulação.

---

<sup>64</sup> Antes de Garegnani, porém, cremos que houve quem considerasse a validade do princípio da demanda efetiva no longo prazo. Entre os autores com referencial clássico de valor e distribuição, Marx e Kalecki identificaram uma tendência – distinta das flutuações cíclicas de curto prazo – do sistema capitalista em direção ao desemprego involuntário. Como já vimos, apesar de identificar esta tendência Marx não chega a formular uma teoria do produto baseada em sua análise do valor e distribuição, considerando o princípio da demanda efetiva. Kalecki, entretanto, se propõe a prover uma teoria do produto baseada no princípio da demanda efetiva e usa o referencial clássico para o núcleo teórico. Para uma leitura interessante do debate sobre a incorporação do princípio da demanda efetiva a longo prazo à análise clássica de valor, distribuição e acumulação ver Serrano (1996).

## Capítulo III – A teoria da acumulação de James Steuart: principais questões controversas.

### I. Breves considerações sobre James Steuart como um autor Clássico

Conforme vimos discutindo ao longo dos últimos dois capítulos podemos encontrar três bases para a determinação do nível produto na história do pensamento econômico: a lei de Say, o princípio da demanda efetiva e a teoria do valor e distribuição marginalista – que é comumente eclipsada deste rol como se fosse parte da Lei de Say.

James Steuart não é um autor da tradição marginalista, na medida em que não se utiliza daquele instrumental analítico, até porque escreve um século antes dos primeiros desenvolvimentos teóricos desta escola de pensamento. Por outro lado, Steuart também não é tradicionalmente considerado um autor clássico pela visão mais difundida de economia política clássica – a visão ortodoxa<sup>65</sup>. Na verdade, a história do pensamento econômico tradicional o localiza como o último dos mercantilistas.

A inclusão de James Steuart na tradição de pensamento clássica já foi realizada em trabalhos anteriores<sup>66</sup>. Vale, entretanto, retomar, apenas como referência, uma parte do argumento ali desenvolvido.

Da perspectiva sraffiana, a escola clássica de pensamento está relacionada com a análise da economia utilizando como noção central o conceito de excedente <sup>67</sup>. Neste sentido, quando Aspromourgos (1998) afirma que em Steuart ,

---

<sup>65</sup> A caracterização das visões sobre economia política clássica foi apresentada na capítulo I desta tese.

<sup>66</sup> Ver Malta (2001) e Malta (2005).

“o excedente é entendido da maneira clássica típica, como a diferença entre o produto bruto agregado da sociedade e as quantidades agregadas das mercadorias direta ou indiretamente requeridas para se obter o consumo de subsistência da força de trabalho ou população”. (Aspromourgos, 1998; p.419)

este autor constrói a ponte necessária para a ligação entre Steuart e a economia política clássica<sup>68</sup>.

Para reforçar a filiação de Steuart à escola de pensamento clássica é ainda necessário ratificar que a noção de excedente em Steuart tem as mesmas implicações sobre o seu conceito de riqueza<sup>69</sup> que a dos clássicos. Este autor comungava da noção analítica dos clássicos de que o aumento da riqueza de uma nação tem como base a geração crescente de excedente.

Além disso, o produto social com que Steuart trabalha também é analiticamente dividido nas mesmas três classes de renda que os clássicos posteriores, ou seja, salários, lucros e rendas<sup>70</sup>.

---

<sup>67</sup> Conforme já discutido no Capítulo I deste trabalho.

<sup>68</sup> Em seu trabalho Steuart se filia à tradição clássica de pensamento citando William Petty como uma das suas principais referências no campo econômico. Ao contrário de Smith que não era dado a citar outros autores no campo da economia – como demonstra carta sua “a Putlteney, datada de 1772, [em que] diz: tenho sobre o livro de Sir James Steuart a mesma impressão que você. Sem tê-lo jamais mencionado, é para mim motivo de orgulho que todos os princípios falazes contidos no livro de Steuart encontrem clara e indubitável refutação no meu” (Meek, 1958) – Steuart cita Petty inclusive como a origem das noções de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, também utilizadas por Smith, mas sem referência àquele autor.

<sup>69</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre este tema ver Malta (2001).

<sup>70</sup> Há diferenças importantes nas concepções de Steuart sobre economia, inclusive na concepção das classes sociais, que o diferencia muitos dos clássicos mais importantes, conforme discutiremos adiante, mas estas diferenças, na perspectiva sraffiana, não são suficientes para excluí-lo de tal tradição de pensamento.

Na questão dos lucros, talvez o ponto mais frágil da teoria de Steuart, é fácil identificar o elemento suficiente para mantê-lo na abordagem clássica e este é bastante claro: apenas lucros gerados a partir de um aumento do trabalho ou engenho no processo produtivo são capazes de gerar crescimento da riqueza social. Sendo assim, lucros que têm como origem as trocas desiguais não são capazes de ampliar o excedente. Isto significa que Steuart não propaga a idéia de que a fonte dos lucros, que fazem parte do excedente, possa ser a troca de não equivalentes<sup>71</sup>.

Considere-se ainda que o processo de acumulação descrito por Steuart, em sua acepção mais geral, encaixa-se perfeitamente na tradição clássica, na medida em que também é uma determinação da estrutura e da dimensão do processo produtivo do período seguinte, a partir da articulação entre os padrões de renda e gasto das classes sociais.

## II. A formulação de Steuart para o processo de acumulação.

### 1) Bases conceituais

Como apontam Kurz e Salvadori (1998), o problema da acumulação, na visão dos economistas clássicos, sempre foi analisado em termos dos fatores que governam o **tamanho** total do excedente social e o seu **uso**, ou seja, se o excedente foi utilizado improdutivamente<sup>72</sup> (consumo) ou produtivamente (acumulado).

---

<sup>71</sup> Steuart, porém, possui vários conceitos de lucro, entre os quais se encontram lucros provenientes de trocas desiguais, porém este tipo de lucro é caracterizado de forma diferente daquele auferido a partir da produção. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema ver Malta (2001).

<sup>72</sup> As classes que vivem do excedente, para a maior parte dos clássicos, não são aquelas que o produzem, portanto, o consumo realizado a partir da renda proveniente do excedente é, por definição, improdutivo. O consumo produtivo é realizado pelos trabalhadores. Em Steuart, como veremos adiante, estas noções são diferentes.

Os fatores que governam o **tamanho** do excedente são os mesmos que governam o tamanho do produto social, dada a distribuição. Tais fatores são o estágio alcançado pela acumulação de capital e as condições técnicas de produção (que são também consideradas como dependentes do estágio de acumulação alcançado).

Os fatores que governam o **uso** do excedente são aqueles que determinam o comportamento da demanda final, ou seja, os padrões de consumo e investimento da economia.

Sendo assim, o que procuraremos destacar na apresentação da teoria da acumulação de James Steuart diz respeito à forma por meio da qual o nível de produto é determinado e como são realizados os gastos na economia. Com isso, deseja-se destacar as principais diferenças com relação às teorias da acumulação de Smith, Ricardo e Malthus, referidas a partir do debate apresentado no capítulo I.

Relembrando a afirmação de Eatwell (1983), podemos indicar que as teorias do produto determinam seu nível normal em termos das forças que prevalecem no longo prazo. O principal foco de uma teoria do produto é o comportamento do investimento, porém sabemos que, considerando a perspectiva da demanda efetiva, também é necessário que se acompanhe o comportamento dos outros gastos na economia. Na abordagem do excedente, esta análise é realizada tomando a distribuição como um dado.

Conforme discutido no capítulo I deste trabalho, um dado distributivo importante, na teoria clássica posterior a Steuart, para a determinação do nível de produto, é a taxa de lucro. As teorias de determinação da taxa de lucro se situam no cerne do mecanismo que determina o tamanho da parcela do excedente que é investida. Nos clássicos sucessores de Steuart, a determinação da parcela do excedente, que corresponde aos lucros, informa o tamanho da parte poupada do excedente, que, por hipótese, será totalmente investida (lei de Say).

Nosso autor, porém, não possui uma teoria unívoca e bem delimitada sobre o comportamento ou a determinação da taxa de lucro. O principal atraso de Steuart em

relação ao seu contemporâneo Smith reside, analiticamente, neste ponto<sup>73</sup>. O conceito de lucro steuartiano é uma grande incógnita. Conforme apresentamos em Malta (2001), existem pelo menos três tipos de lucro e apenas um deles é determinado no processo produtivo. O lucro determinado no processo produtivo (o chamado lucro positivo) é associado ao “aumento de trabalho, dedicação ou engenho”, não sendo formalmente associado ao capital empregado na produção. Além disso, o lucro ainda pode ser considerado como determinado exogenamente, na medida em que é suposto como possuindo um padrão “apropriado”, “razoável” ou “habitual” estando associado ao que o produtor esteja habituado a receber e que faria jus ao seu esforço no processo produtivo.

Desta forma, o lucro em Steuart não é associado exclusivamente a uma remuneração do capital, sendo proporcional ao seu emprego. Esta é uma diferença importante entre Steuart e os clássicos contemporâneos e posteriores. Tal diferença de perspectiva se deriva de uma forte influência sobre sua formulação conceitual, das características reais do período econômico de transição em que viveu.

No modelo analítico steuartiano, a economia é subdividida em dois setores: agricultura e indústria. O primeiro setor é o produtor daquilo que ele chamava de subsistência física (*physical necessities*), composta por alimentos e outros bens de subsistência, isto é, indispensáveis para a sobrevivência; enquanto o último produziria o que ele chama de *luxury* e *political necessities*, compostas por todos os outros bens que não os de subsistência, isto é, dispensáveis para a sobrevivência.

Poderíamos interpretar esta divisão de setores como equivalente à separação do setor produtor de bens-salário do resto da economia. Desta forma, pode-se notar que no

---

<sup>73</sup> Como discutiremos mais adiante neste capítulo, esta diferença é resultado de uma divergência ainda maior e que se refere à forma com que cada um destes autores vê a economia e seu funcionamento.

argumento steuartiano existe um setor que sozinho produz todo o consumo necessário<sup>74</sup> da economia.

Para entender as bases analíticas de Steuart é necessário destacar que ele concebe a economia em termos de um circuito e que define a estrutura social (as classes sociais) de acordo com o papel econômico dos agentes, sendo determinada no processo circulatório, segundo suas rendas e gastos. As classes, que compõem a estrutura social apresentada por Steuart, são:

1) Os *farmers* (fazendeiros): são os responsáveis pela produção agrícola. Seu consumo é composto de produtos agrícolas e produtos industriais. Os produtos agrícolas fazem parte da subsistência física. Já os produtos industriais podem ser tanto de subsistência política como de luxo.

2) Os *industrious free-hands* (trabalhadores industriais): trabalham na indústria, sendo responsáveis pela produção industrial. Seu padrão de consumo, em um estágio inicial, é mais simplório, pois consomem basicamente bens de subsistência física. Ainda assim, Steuart admite a possibilidade de existência de um pequeno consumo de bens industriais (portanto de subsistência política ou de luxo) por esta classe.

3) Os proprietários de terra: são outra parte dos *free-hands*, que auferem sua renda de direitos sobre o excedente da produção agrícola. Seu padrão de consumo é mais exuberante, possuindo uma componente básica de bens agrícolas, enquanto trocam a maior parte de sua renda por bens de luxo e de subsistência política.

É importante notar que estas classes sociais não foram concebidas tendo a propriedade sobre os meios de produção como eixo central. O trabalhador steuartiano já não possui a terra em que produz, mas ainda é proprietário de seus instrumentos de trabalho. A posse dos meios de produção não está separada do

---

<sup>74</sup> O consumo necessário referido nesta argumentação é o conceito de consumo necessário derivado da estrutura analítica da abordagem do excedente e que é resultado do produto entre os salários reais e o número de trabalhadores da economia.

trabalho produtivo. Desta forma, a renda percebida por cada agente econômico não será fundamentalmente associada à propriedade, com exceção do caso da terra. Neste contexto, Steuart também não identificou o surgimento de uma nova classe social na agricultura e na indústria - a classe que empregava capitais na contratação de trabalho assalariado e que, em conseqüência, colhia os lucros que estavam em uma proporção mais ou menos regular ao volume de capital empregado - a classe dos capitalistas.

Justifica-se, então, a afirmação anterior de que se deriva da influência do contexto histórico na formulação conceitual de Steuart, a compreensão de que os lucros não são uma remuneração proporcional ao capital empregado<sup>75</sup>.

Em nosso argumento, este atraso analítico de Steuart é também a origem de sua atualidade e da possibilidade que ele teve de vislumbrar uma operação econômica mais próxima aos desenvolvimentos analíticos do princípio da demanda efetiva.

## **2) A ausência de uma teoria da taxa de lucro como possibilidade analítica**

Nosso interesse é tratar a teoria da acumulação de James Steuart como uma contribuição importante e atual sobre o tema do desenvolvimento no âmbito da economia política. Nos capítulos anteriores afirmamos que a teoria da taxa de lucro é um eixo fundamental para relação entre poupança e investimento e que a determinação no nível de produto passa por esta relação. Como é possível conceber, então, que a análise econômica steuartiana tenha interesse atual se não possui uma teoria da taxa de lucro?

---

<sup>75</sup> O que este autor chamava de lucro, quando poderia ser identificado com gerador de aumento na riqueza social e, portanto, como uma nova fonte de remuneração das classes sociais, tinha sua interpretação mais próxima à parte excedente dos salários que de uma remuneração ao capital, conforme os firma Aspropourgos (1996).

Na verdade, Steuart desenvolveu seu argumento de acumulação por um caminho em que o processo de investimento<sup>76</sup> não guardava relação com a determinação da taxa de lucros. Conforme será detalhado na próxima seção, o investimento, no trabalho steuartiano é o resultado de decisões dos fazendeiros e do governo. Os fazendeiros são motivados pela intenção de consumir novidades de luxo e o governante investe de acordo com o “plano<sup>77</sup>” que possui para o desenvolvimento econômico. O “plano” do governante inclui investimento direto na produção de bens de luxo para o estabelecimento da indústria e para a manutenção do equilíbrio entre os setores. Outro aspecto da atuação do Estado sob o “plano” é o gasto em consumo dos bens de luxo, com o mesmo objetivo de garantir a reprodução do setor que desperta o interesse dos fazendeiros em produzir mais bens de subsistência: a indústria. Nenhuma menção à taxa de lucro é feita. A taxa de lucro só aparece no debate sobre distribuição, não possuindo qualquer papel na teoria da acumulação de Steuart. Não é o lucro que estimula a verve produtiva no sistema steuartiano<sup>78</sup>.

Sabemos que, de fato, **é possível estabelecer parte importante dos padrões de gasto (com consumo ou com investimento) da economia sem conhecer a taxa de lucro.** É fato que a renda dos capitalistas depende da taxa de lucro e que o lucro é o grande objetivo do sistema capitalista. Porém, a análise econômica posterior aos trabalhos de Keynes e Kalecki foi capaz de estabelecer que existe uma parte importante dos gastos que são autônomos em relação à renda.

Desta forma, a ausência de uma teoria da taxa de lucro obrigou Steuart a desenvolver uma análise sobre acumulação que estava livre da necessidade de transformar lucros

---

<sup>76</sup> A palavra investimento não é mencionada nos dois primeiros livros dos *Principles* (1767), onde Steuart apresenta sua teoria do crescimento e acumulação. Porém, o processo de investimento está claramente incluído no seu argumento.

<sup>77</sup> A caracterização do que é o “plano” do governante para a economia será detalhada na próxima seção.

<sup>78</sup> Talvez seja isso que leve alguns autores modernos a permanecer considerando este autor como um mercantilista, ao invés de compreender sua obra como trabalho denso que tem como objetivo compreender a economia como se apresentava naquele período histórico.

em investimento para garantir o crescimento, conforme fizeram os clássicos de sua época e aqueles que os sucederam. Foi isto que, analiticamente, determinou no seu esquema a autonomia de parte dos gastos em relação à renda.

Além disso, a determinação da taxa de lucro, na abordagem do excedente, se dá em um âmbito analítico diferente daquele que estabelece o nível de produto. Antes de Ricardo, nenhum autor clássico colocou a questão da determinação do nível de produto de forma explícita. Steuart é apenas mais um destes autores, porém ao buscar sua explicação para o processo de acumulação teve que descrever, como todos os outros, o processo de determinação do produto, mesmo de forma não-explícita. A noção que permeia o pensamento de Steuart, que o torna analiticamente atual e que cria a viabilidade de compatibilizá-lo com o princípio da demanda efetiva, está exatamente neste ponto. Steuart concebe a determinação do nível de produto centrada fundamentalmente no estabelecimento de um padrão de consumo que é exógeno em larga medida e independente da renda, na medida em que é o oriundo do “plano” do governante. O investimento também é uma decorrência deste padrão<sup>79</sup>.

Finalmente, podemos dizer que se o estudo do valor e da distribuição na forma clássica, deixa em aberto a questão da determinação dos níveis normais de produto e emprego, Steuart segue os clássicos. Porém, além desta abertura, a teoria de Steuart ainda possui uma lacuna na própria teoria da distribuição. A ausência de uma classe de capitalistas em sua estrutura social não o obrigou a desenvolver uma teoria dos lucros que fosse além da noção de existência de um ganho produtivo que não derivasse exclusivamente da terra, como faziam os fisiocratas. A solução inovadora de Steuart, para a descrição do processo de acumulação, foi fruto de um esforço de

---

<sup>79</sup> Neste ponto poderíamos até fazer uma menção às teorias do desenvolvimento cepalinas, que principalmente no trabalho de Celso Furtado, destacam um descolamento entre padrão de consumo interno e a estrutura produtiva como uma das características do subdesenvolvimento. Steuart, por outro lado, não está descrevendo uma situação deste tipo. O governante de Steuart estabelece

observação importante da dinâmica econômica, na ausência do papel dinâmico da taxa de lucro.

### 3) O mecanismo de acumulação de Steuart

Discutimos anteriormente que as teorias da acumulação dos autores clássicos, posteriores e contemporâneos a Steuart consideram que o produto efetivo é determinado diretamente pelo produto potencial já existente (lei de Say). Nesta visão, todo o produto (e o excedente, portanto) é automaticamente realizado. Não há problema de demanda efetiva<sup>80</sup>.

Neste contexto, determinado o lucro na forma clássica tradicional, o investimento será toda a parcela do excedente que não for usada para gasto improdutivo (consumo dos capitalistas e dos proprietários de terra). Neste esquema, a poupança determina o investimento e, portanto, quanto maior o nível do gasto improdutivo, menor será o investimento. Um investimento menor determinará uma taxa de crescimento menor da capacidade produtiva da economia que, nestes termos, é o que determinará o produto potencial e o efetivo da economia.

Steuart não possui uma teoria da taxa de lucro. Este autor também não atribui o papel dinâmico do processo de acumulação à parte poupada da renda, que é aplicada em expansão da capacidade produtiva. Como, então, se dará o processo de acumulação em sua análise?

Como todos os outros clássicos, Steuart pensa na economia em termos de um sistema de trocas de mercadorias, um circuito onde o objetivo é a obtenção de produto. Ainda assim, a maior parte deles atribui à concorrência por mais lucro o papel

---

socialmente um padrão de consumo cada vez mais elaborado, mas também garante que este possa ser absorvido pelos seus súditos da classe produtora de excedente – os fazendeiros.

<sup>80</sup> No capítulo I desta tese fez-se referência ao desenvolvimento teórico de Malthus, usualmente considerado precursor do princípio da demanda efetiva.

dinâmico do sistema. No caso de Steuart, porém, não é a obtenção de mais lucro, que move o sistema. O que move o sistema é o Estado<sup>81</sup>.

O que justifica a produção de um excedente crescente é a manutenção da subsistência de uma população crescente. Tal como para William Petty, para Steuart o tamanho e o bem estar da população são as medidas de performance da atividade econômica e o referencial para a avaliação da competência do governante<sup>82</sup>. Sendo assim, o “príncipe” tem interesse em que o excedente seja ampliado e elaborará um “plano econômico” que viabilize a execução dos meios necessários para obter este fim.

No esquema steuartiano o soberano deve mobilizar o auto-interesse (*selfinterest*) de seus cidadãos para engajá-los na produção de excedente. O auto-interesse do indivíduo steuartiano, porém, não é estimulado a partir da sinalização da obtenção de mais lucro. O auto-interesse deste indivíduo é socialmente constituído. Baseando-nos em argumentos de Kobayashi (1999) e Eagly (1961) podemos afirmar que Steuart pensava a acumulação partindo dos desejos dos indivíduos, estes desejos mobilizavam seu espírito de trabalho e isto dava lugar ao processo de enriquecimento da nação<sup>83</sup>. Sendo assim, a chave da questão é identificar a fonte estruturadora dos desejos, já que os desejos são a base do auto-interesse.

Eagly (1961), para organizar sua análise, formula a seguinte pergunta: porque os indivíduos trabalham em uma sociedade livre? A resposta de Steuart tem duas bases: a propriedade privada da terra e a aspiração a um certo nível de consumo. O “efeito aspiração” está relacionado com o “espírito da população”, sendo este “baseado

---

<sup>81</sup> Neste ponto ele difere de forma fundamental de seu contemporâneo Smith e dos clássicos subseqüentes que enxergam no mercado a solução para o problema econômico. A operação do mecanismo de mercado neste caso se dá através do processo de unificação das taxas de lucro. Discutiremos este ponto mais adiante.

<sup>82</sup> Um trabalho interessante sobre esta visão de Steuart é apresentado por Gislán (1999).

<sup>83</sup> “Devo agora supor que estes princípios estão bem entendidos. Desejos incentivam ao trabalho, trabalho aumenta a oferta de alimento, mais alimento aumenta números [população]: a próxima questão é como esta população pode ser bem empregada?” (Steuart, 1767, livro I, Cap.XI).

sobre um conjunto de opiniões recebidas relativamente a três pontos: moral, governo e hábitos” (Steuart, 1767, livro I, cap. II). Segundo Kobayashi (1999), considerar o “espírito da população” é o caminho de Steuart para a incorporação da história em seu método de análise, dado que embora tenha tentado encontrar os princípios gerais que regem a economia, tinha a certeza que estes não seriam aplicáveis diretamente à execução de política econômica sem a mediação necessária<sup>84</sup>.

Sendo assim, objetivando realizar seu “plano econômico”, o soberano vai organizar a atuação do Estado de forma a obter o resultado econômico mais coerente com seus interesses. Para alcançar seus interesses, porém, o governante tem que mobilizar o auto-interesse de cada um de seus súditos. O grande problema que o governante tem que enfrentar para assegurar a manutenção de um excedente crescente na economia – seu interesse principal – é garantir uma superação permanente do que Steuart identifica como os limites ao crescimento de uma nação. Como veremos a seguir, estes limites encontram seu mecanismo de superação na mobilização do auto-interesse da população.

Os limites ao desenvolvimento econômico na visão steuartiana são o limite técnico e o limite social. O limite técnico é um limite do lado da oferta que, estando ligado ao desenvolvimento tecnológico, tem dois aspectos: 1) o puro e simples desenvolvimento das forças produtivas; e 2) o compasso na evolução da produtividade dos setores produtivos. O limite social é um limite do lado da demanda, que se baseia no peso do consumo de luxo na economia. Este tipo de gasto tem como papel fundamental criar condições para o crescimento da população e da nação, sem ter efeito sobre a ampliação de capacidade produtiva na economia. Porém, este limite também tem ligação com questões de oferta na economia, na medida em que, no esquema de Steuart, para demandar é necessário ofertar. É,

---

<sup>84</sup> Silveira (1999) traça as linhas gerais de sua obra destacando os problemas em todos os níveis da profissão de economista causados pela Indeterminação de Sênior. Esta questão trazida por Steuart é um reconhecimento típico (e raro) da Indeterminação.

porém, apenas a demanda de luxo dos fazendeiros – a classe responsável pela produção de excedente – que tem impacto direto sobre o crescimento do produto<sup>85</sup>.

Desta forma, pode-se perceber que no argumento steuartiano, os principais mecanismos para estimular o crescimento em uma economia estão ligados à capacitação tecnológica (desenvolvimento das condições técnicas de produção) e à forma da expansão da produção em sua relação com a demanda final (padrões de consumo e investimento<sup>86</sup>).

Diante destes limites e sabendo que o auto-interesse do indivíduo é socialmente constituído, Steuart propôs dois caminhos por meio dos quais o governante vai atuar para assegurar o crescimento econômico: 1) mantendo o compasso entre os setores produtivos, inclusive através de investimento direto; e 2) garantindo a formação de padrões de consumo cada vez mais elaborados em sua população.

O estímulo à elaboração do padrão de consumo na economia é uma resposta ao limite social ao crescimento. O limite social é fruto da inexistência de um mecanismo espontâneo que estimule o auto-interesse dos produtores de excedente a expandir sua produção. Sem este estímulo e considerando que pela forma com que Steuart concebeu os setores produtivos conferiu à agricultura um *status* semelhante ao setor produtor de bens básicos<sup>87</sup>, e que só na agricultura se produz excedente, a dinâmica do sistema fica dependendo de um elemento externo a ele. Desta forma, é do interesse do governante estimular o consumo de luxo nos agricultores. Para que os

---

<sup>85</sup> Como os fazendeiros produzem os bens-básicos da economia, o excedente de sua produção é a base necessária para o aumento dos gastos produtivos.

<sup>86</sup> A palavra investimento não é mencionada nos dois primeiros livros dos *Principles*, onde Steuart apresenta sua teoria do crescimento e acumulação. Porém, o processo de investimento está claramente incluído no seu argumento.

<sup>87</sup> Esta não é uma comparação no sentido amplo, pois o esquema de Sraffa (1960) se refere claramente a uma economia capitalista, não possuindo qualquer dúvida sobre a importância da obtenção de lucro para a caracterização e manutenção do sistema. Steuart, conforme já discutimos, não produz uma teoria tão clara neste aspecto. A comparação pretendida é relativa à independência reprodutiva do setor de básicos em relação ao setor de não-básicos, e da agricultura de Steuart em relação à indústria.

agricultores consumam luxo, é necessário que desejem luxo. A forma que o soberano vai estimular o padrão de consumo é por meio de exemplo, uma espécie de imposição social ao consumo para a identificação de classe e riqueza. A outra condição necessária para o estabelecimento do consumo de luxo dos fazendeiros é a existência de um setor produtor de bens de luxo. É, então, da elaboração do padrão de consumo do agricultor que se garante a viabilidade do setor industrial.

A intervenção direta do Estado no âmbito produtivo se faz necessária para superar o limite técnico ao crescimento, porque o progresso técnico só se justifica a partir do interesse em ampliar o excedente, e este interesse, na concepção de Steuart, é o foco econômico fundamental do Estado. Desta forma, o soberano tem que patrocinar a introdução de novas técnicas de cultivo que aumentem a produção de excedente e liberem braços da agricultura, deixando mão de obra disponível para ser aplicada no desenvolvimento de um setor de luxo. A existência deste setor também é considerada indicador de progresso técnico para Steuart, pois ele cria a possibilidade de desenvolver a demanda dos agricultores por luxo, falando de perto ao seu auto-interesse. A introdução do setor industrial também é fruto de intervenção governamental. A instalação da indústria no país significa que o governo irá se comprometer com um conjunto de políticas econômicas que envolvem desde comprar no exterior as máquinas necessárias para tal produção e atrair do exterior os melhores especialistas em cada técnica produtiva<sup>88</sup> até comprar os produtos destas indústrias, enquanto o padrão de consumo interno ainda não estiver totalmente constituído.

A formação da indústria deve ser seguida de perto pela constituição dos hábitos de consumo de luxo entre os produtores de excedente. O motivo para isso é que a inter-relação entre setores se dá principalmente via consumo, não havendo dependência

---

<sup>88</sup> É necessário ter em mente que na indústria do período de Steuart os trabalhadores tinham o domínio de toda técnica produtiva. Assim, o papel que atualmente é cumprido pelo engenheiro e pelo trabalhador especializado, era representado pela mesma pessoa normalmente referida por Steuart como especialista.

mútua em termos produtivos. Só a indústria depende da agricultura para se reproduzir, mas a agricultura é um setor totalmente auto-suficiente. Assim, a superação do limite técnico tem que ser acompanhada pela superação do limite social, para que se mantenha uma estrutura econômica com dois setores produtivos (a agricultura e a indústria) em crescimento.

Este mesmo argumento é elaborado por Steuart a partir de um exercício analítico interessante que vale a pena ser sumariado. Seu argumento parte da seguinte situação hipotética:

“Deixe-me supor um país fértil em produtos espontâneos, capaz de melhorias de todos os tipos, habitado por um povo que vive sob um governo livre, e na mais refinada simplicidade, sem troca, sem artes de luxo e sem ambição. Deixe-me também supor um governo que tenha que inspirar um gosto por agricultura e por trabalho naqueles que anteriormente viviam dos frutos espontâneos do solo no conforto e no ócio. (...)” (Steuart, 1767; Livro I, Cap.V)

Neste estágio ainda não há propriedade sobre a terra nem há produção. Sem produção e sem propriedade sobre “os frutos espontâneos do solo” ainda não é necessário que se estabeleçam trocas. A população, seguindo o princípio da viabilização de sua subsistência, se aglutinaria em torno das regiões onde a natureza é mais rica e de onde pudesse tirar o sustento de todos. Neste contexto, a sociedade tem seu crescimento limitado apenas por aquilo que é gerado pelas forças naturais.

Quando se estabelece a propriedade sobre a terra, o advento da produção agrícola traz um emprego produtivo para as mãos dos não-proprietários, gerando a possibilidade da superação do limite físico natural para o crescimento populacional, ligado ao aumento da capacidade de expansão do excedente agrícola. Além disso, a expropriação de alguns os incapacita de obter seu sustento a partir dos “frutos naturais do solo” e os obriga a se engajar em atividades que gerem equivalente para trocarem por sua subsistência. Assim, compete ao governante desenvolver o “gosto por agricultura e trabalho” em seu povo.

A agricultura e o trabalho são a base para o crescimento, porque a maneira de ampliar a capacidade de crescimento do país, na acepção de Steuart, é aumentando o excedente agrícola. A lógica desta argumentação se fundamenta na hipótese de que uma produção de subsistência maior, relativamente ao seu consumo necessário, gerará um excedente capaz de sustentar uma população maior. Além disso, o ponto de partida hipotético do autor é um estágio de desenvolvimento econômico em que ainda não havia produção agrícola, portanto a simples introdução desta atividade geraria um aumento da produtividade no setor de subsistência.

O aumento da produtividade na agricultura gera mais excedente e, ao mesmo tempo, libera parte da população do trabalho direto no setor agrícola. Desta forma, passam a existir pessoas que podem ser sustentadas pelo excedente da agricultura sem contribuir para sua produção<sup>89</sup>. Esta nova conjuntura fornece condições para que Steuart se questione sobre como aproveitar estes braços livres para aumentar o produto da economia e como direcioná-los para a manutenção da produção do excedente no nível possibilitado pelo desenvolvimento da produtividade agrícola<sup>90</sup>.

O cidadão que se tornou agricultor não possuiria nenhum interesse em produzir excedente se não tivesse com o que gastar a renda que auferisse com esta nova produção. Apenas mais bens de subsistência física não poderiam justificar o esforço extra. Na concepção de Steuart, mesmo que este agricultor vendesse<sup>91</sup> este excedente, não permaneceria produzindo-o, simplesmente decidiria não mais investir em expansão da produção.

---

<sup>89</sup> Note que não há também equilíbrio automático no mercado de trabalho.

<sup>90</sup> Este questionamento sobre como manter o novo nível de produto é o que marca a diferença do raciocínio de acumulação de Steuart. É esta pergunta que mostra a instância em que é necessária a atuação do Estado. A criação dos padrões de consumo elaborados na população é a resposta que o Estado vai dar a este “questionamento” econômico.

<sup>91</sup> É importante destacar que esta venda, para Steuart, só poderia se materializar em outros bens de subsistência física.

O argumento steuartiano passa a necessitar de um mecanismo propulsor da acumulação. É introduzida, assim, a intervenção direta do Estado para garantir a continuidade deste processo. O soberano criará diferentes empregos na produção de bens para as mãos dos que não realizam trabalho direto na agricultura ou que não possuem propriedade sobre a terra. Esta população poderia produzir, através de seu trabalho, um equivalente que pudesse ser aceito (ou desejado) pelos *farmers* em troca de seu excedente. Os produtos que serão usados como equivalente serão, por definição, produtos não-básicos ou de luxo. Como estes produtos não possuem uma demanda natural<sup>92</sup>, é papel do governo estimular o estabelecimento de um padrão de consumo na sociedade que inclua produtos de luxo, superando o limite social ao crescimento.

A instalação do setor industrial e sua manutenção dependem totalmente da intervenção governamental. Este mecanismo de manutenção da demanda recíproca entre os setores é promovido pelo Estado ao estimular o padrão de consumo na agricultura e patrocinar o desenvolvimento tecnológico<sup>93</sup> direto nesse setor (o setor produtor de excedente), por meio da expansão da variedade de produtos e da tecnologia industriais. Supondo que se chegue a um estágio de desenvolvimento em que os dois setores estejam fortemente interligados pelas demandas recíprocas geradas no processo acima descrito, aparece ainda mais uma questão para a determinação do ritmo de crescimento do produto: o equilíbrio entre os setores produtivos.

Como o excedente agrícola é o equivalente básico para a troca pelos produtos industriais, o aumento da produtividade neste setor é o que determina o ritmo de

---

<sup>92</sup> A idéia de demanda natural está relacionada com os produtos de subsistência física cuja demanda é determinada naturalmente pelas necessidades físicas e pelo próprio tamanho da população.

<sup>93</sup> Até mesmo a instalação da indústria é uma forma de patrocinar o desenvolvimento tecnológico, na medida em que a produção de bens de luxo, juntamente com o estímulo a um padrão de consumo mais elaborado, estimulam o interesse do fazendeiro em aumentar a produtividade na agricultura.

crescimento de toda a economia<sup>94</sup>. Podemos dizer que a demanda autônoma dos produtores de excedente é o que determina o nível de produto da economia. Porém, o nível de produto só se sustenta mais elevado se o setor industrial produzir o equivalente necessário para suprir a demanda dos fazendeiros. Sendo assim, passa a ser fundamental, para que se tenha um ciclo virtuoso de crescimento, um desenvolvimento equilibrado entre o crescimento do setor agrícola e do setor industrial.

Desta forma, é necessário que os produtores de subsistência física desenvolvam um padrão de consumo mais elaborado e luxuoso, para que tenham estímulo para produzir excedente. É deste excedente que virá o sustento e a capacidade de reprodução do setor produtor de bens não-básicos (a indústria), ampliando, assim, o produto da economia.

Fica, então, explícito que é da decisão dos produtores de excedente e da estratégia do governo que provém a expansão da demanda agregada. No caso do fazendeiro, esta decisão de gasto tem tanto efeito sobre o nível de investimento da economia, como sobre o nível de consumo, já que é apenas através da expansão de sua produção que o fazendeiro poderá gerar o equivalente necessário para o gasto em consumo de luxo. No caso do governo, o gasto concentra seu impacto direto no nível de investimento. Entretanto, também ocorre um gasto em consumo improdutivo por parte do Estado, na medida em que este se compromete, inclusive através de demanda direta, com a implementação da indústria.

---

<sup>94</sup> Como são os fazendeiros que produzem os insumos básicos para a economia, a agricultura passa a ser a base de sustentação do mecanismo de crescimento, principalmente porque, no esquema de Steuart, o setor agrícola é o único capaz de gerar equivalente a partir de uma **decisão autônoma de gasto**.

### III. A determinação do nível de produto em Steuart : lei de Say ou demanda efetiva?

A questão da determinação do nível do produto na teoria clássica surge, como sabemos, no bojo da explicação dos mecanismos necessários para compreender a ligação entre a teoria do valor e distribuição e a teoria da acumulação. Sabemos que a questão da determinação do nível do produto só ganha importância para os clássicos a partir de Ricardo, apesar de ser um caminho necessário para o principal objetivo daqueles autores: conhecer o processo de enriquecimento de uma nação.

Steuart não é diferente de seus contemporâneos. Não há em seu trabalho uma proposta explícita de uma teoria do produto, porém foi uma convenção da história do pensamento associar autores clássicos com o uso da lei de Say. Pode-se discutir o quanto isto é correto e o quanto isto está associado à leitura keynesiana do problema da teoria do produto. Pretende-se, no entanto, dar curso a uma discussão diferente e motivada pelos trabalhos de Yang (1994) e Aspromourgos (1996) que possuem visões distintas sobre a participação de Steuart no desenvolvimento de uma teoria do produto que culminou na formulação do princípio da demanda efetiva.

Yang (1994) trabalha no sentido de retomar, em meados dos anos 90, o argumento de uma literatura, iniciada no final dos anos 40 do século XX, que coloca James Steuart como precursor do princípio da demanda efetiva. Os trabalhos de Sen ("Sir James Steuart's general theory of employment, interest and money - 1947) e Chamley ("Sir James Steuart inspirateur de la "Théorie Générale" de Lord Keynes" - 1962) são a origem desta interpretação.

Por outro lado, o trabalho de Aspromourgos (1996), base de nossa discussão anterior que introduz Steuart na escola clássica, apresenta a interpretação que ao conectá-lo com os pensadores clássicos, o inclui na tradição de pensamento de determinação do nível de produto segundo a lei de Say.

Nossa proposta, porém, é outra. Já levantamos anteriormente a questão de que, a menos de Ricardo, nenhum outro autor clássico apresentou um trabalho totalmente

consistente com a lei de Say. Steuart não foi diferente. Porém, além de não ter apresentado um argumento totalmente consistente com a lei de Say, elabora uma série de explicações para o mecanismo de acumulação que, ao desacreditarem a existência de uma tendência espontânea do mercado à harmonia, acabam propondo soluções para o crescimento, que são compatíveis com a questão da demanda efetiva. Desta forma, a reconstrução do papel da lei de Say e do princípio da demanda efetiva na abordagem do excedente apresentada neste trabalho, teve como objetivo servir de base analítica para levantar a compatibilidade do trabalho de Steuart com as teorias do produto baseadas em ambas as formulações. Vejamos, então, como o problema se apresenta no pensamento steuartiano.

O circuito econômico de Steuart é construído a partir das três classes sociais supracitadas, cada uma com seu padrão de consumo específico e com sua atividade econômica ou fonte de renda particular. O padrão de consumo estabelecido por cada uma delas é o que vai gerar demanda efetiva (*effectual demand*), no sentido clássico, para o produto de ambos os setores da economia. Como é o consumo que motiva a produção então, também este será o determinante do novo investimento, ou seja, só faz sentido investir para aumentar a produção caso deseje-se consumir mais.

Indicar que o consumo é a motivação **exclusiva** da produção, é uma diferença marcante entre Steuart, seus contemporâneos e os clássicos posteriores, pois como afirma Ricardo “ninguém produz a não ser para consumir ou vender, e jamais se efetua uma venda a não ser com a intenção de comprar outra mercadoria que possa ser imediatamente utilizada [consumo] ou **possa contribuir para a produção futura** [investimento]” (Ricardo, 1817). Assim, os clássicos já tinham clareza a respeito da intenção de investir, enquanto em Steuart isto não aparecia como uma decisão primária, apenas como uma consequência de uma motivação maior: consumir. Além disso, como já destacamos, Steuart não aponta o lucro e a concorrência entre os capitais como os elementos dinâmicos do sistema, portanto, em sua obra é só o consumo que explica o crescimento da economia.

A dualidade no sistema steuartiano pode ser observada a partir do raciocínio a seguir. Considerando que cada classe tem um padrão de consumo próprio, que vai se

transformar em demanda por bens de consumo ou por bens de investimento, de acordo com as circunstâncias específicas da economia e da sociedade, podemos concluir que, a depender da distribuição da renda entre as classes sociais, teremos um sistema mais propício a um tipo de gasto direto ou a outro<sup>95</sup>. Ao mesmo tempo isto não indica se o sistema efetivará um menor ou maior nível de acumulação<sup>96</sup>, já que não há uma valoração *a priori* de que tipo de gasto gera mais riqueza. De fato, é necessária a intervenção do Estado neste processo, para garantir um equilíbrio entre estes gastos, de forma a privilegiar a maior taxa de crescimento possível para o excedente.

O Estado de Steuart cumpre o mesmo papel da lei de Say nos clássicos posteriores: é ele quem garante a realização completa do produto. A solução pelo Estado reflete, portanto, o reconhecimento do problema da demanda efetiva. Steuart, porém, enxerga no excedente do setor agrícola como a condição necessária para o crescimento da economia, e o novo investimento, mesmo não sendo motivado pela busca de um maior lucro, é financiado pela abstenção ao consumo. Sendo assim, o autor não chega a formular a concepção de que o investimento é o determinante da poupança, mantendo-se na linha clássica tradicional de pensamento.

Isto nos leva a concluir na direção da existência de uma dualidade em sua obra, onde o seu atraso analítico equivaleu à remoção dos antolhos do crescimento movido apenas pelo investimento, porém não rompeu os padrões do pensamento sobre o financiamento do gasto.

Podemos, então, localizar Steuart na genealogia do pensamento sobre a questão da demanda efetiva, na medida em que por mais que o excedente no setor agrícola seja a condição necessária para o crescimento da economia, não é a condição suficiente. Não é o tamanho do produto potencial que determina o produto efetivo, já que existe

---

<sup>95</sup> Entretanto, sabemos que independentemente deste tipo de gasto ser em investimento ou em consumo poderemos observar impactos importantes e diferentes sobre a acumulação.

<sup>96</sup> Isto dependerá do funcionamento do multiplicador e do acelerador que só serão desenvolvidos em termos analíticos e conceituais no século XX.

a possibilidade de os fazendeiros decidirem não investir mais na ampliação ou manutenção do excedente, se não tiverem em vista novos produtos cujo consumo os interesse. O consumo improdutivo é uma contrapartida importante da produção de excedente. Mas é fundamental lembrar que este resultado é fruto da ausência de um mecanismo do tipo smithiano onde o capital, em busca da maior taxa de lucro possível, migra entre os setores dando curso ao mecanismo de mercado e ajustando a composição do produto. Por outro lado, não há como não enquadrá-lo na linha de pensamento clássica tradicional no que se refere ao financiamento do gasto.

## **Conclusão:**

### **I. A teoria da acumulação de Steuart e sua relação analítica com o pensamento clássico e com o princípio da demanda efetiva.**

Esta tese procurou apresentar uma discussão teórica em torno das questões do desenvolvimento econômico, contextualizando o trabalho de James Steuart e estabelecendo os vínculos com autores que tangenciaram ou exploraram este tema. A análise da teoria da acumulação de James Steuart, em suas diferenças com seus contemporâneos e sucessores da escola clássica, é a proposta analítica de fundo. A análise destas diferenças levou ao questionamento sobre a possibilidade de articulação dos princípios de Steuart com uma teoria do produto baseada no princípio da demanda efetiva.

A existência de visões muito diferentes sobre o que é a economia política clássica e qual a sua origem determinou a necessidade de uma explicação inicial sobre a abordagem que estaríamos usando para desenvolver o trabalho. Aplainado o terreno teórico, foram levantadas as questões relevantes, em termos analíticos, segundo a abordagem escolhida, para a discussão da questão da acumulação entre os clássicos.

Na abordagem sraffiana destacam-se como questões analíticas fundamentais entre os clássicos: 1) as teorias sobre a taxa de lucro, no contexto da teoria da distribuição clássica; 2) a articulação da teoria do valor e distribuição clássica com sua teoria da acumulação; 3) as formas teóricas tomadas pelos processos de determinação do nível do produto; e 4) a maneira de sistematizar todas estas questões em um sistema explicativo da realidade econômica. No que se refere, especificamente, à teoria da acumulação é uma preocupação fundamental articular valor, distribuição e produto com a análise de acumulação para que se compreenda de forma completa a proposta dos autores. Neste sentido, foram escolhidos interlocutores para Steuart – Smith,

Ricardo e Malthus – e foi construída uma discussão entre estes autores no que concerne à teoria da acumulação.

A questão que emana daquela discussão, e que foi explorada por autores que trabalharam Steuart no século XX, é referente à teoria do produto. Há uma leitura recorrente no século XX que interpreta James Steuart como precursor do princípio da demanda efetiva. Detivemo-nos então no trabalho de identificar as críticas mais conhecidas à lei de Say para podermos propor o princípio da demanda efetiva como compatível com a abordagem sraffiana ou do excedente. Pretendeu-se, com isto, estabelecer a discussão analítica necessária para consubstanciar o debate que explorou a relação do princípio da demanda efetiva com o trabalho de Steuart.

Deve-se destacar o trabalho que elaboramos sobre o questionamento de Keynes à lei de Say. Sua importância deve-se ao fato de se constituir na base para a formulação mais conhecida do princípio da demanda efetiva, como também porque abre espaço para a discussão sraffiana sobre a incorporação deste princípio à teoria do valor e distribuição clássica. No bojo da proposta de retomada dos clássicos, Garegnani e os sraffianos elaboraram uma crítica à teoria marginalista que se fundamentou na crítica a concepção de capital como um fator produtivo mensurado em termos de valor. A apresentação breve da parte mais relevante desta discussão para o escopo de nosso trabalho teve como objetivo compreender as motivações de Garegnani de reformular o princípio da demanda efetiva de Keynes em outros termos.

De posse do instrumental analítico necessário para estudar a teoria da acumulação de Steuart e de sua articulação com as teorias do produto com base na lei de Say ou com base no princípio da demanda efetiva, propusemo-nos a apresentar sua teoria da acumulação, para identificar efetivamente as possibilidades analíticas de articulação que se abriam. O estudo conclui no sentido de identificar uma dualidade na obra de Steuart, sublinhada pela ausência de uma teoria da taxa de lucro e o tratamento específico e necessário que atribuiu ao papel do Estado no desenvolvimento econômico. Grande destaque foi dado para a intervenção do Estado na economia, na medida em que este é um fator distintivo de Steuart em relação aos seus contemporâneos e sucessores. O Estado steuartiano é e deve ser forte, além de ser o

único capaz de organizar os interesses individuais em torno de um plano econômico singular<sup>97</sup>. Além disso, o papel do Estado é um importante ponto de contato entre o trabalho de Steuart e os formuladores do princípio da demanda efetiva no século XX.

Desta análise surge uma questão importante: o que exatamente torna um autor seguidor do princípio da demanda efetiva? A resposta a esta pergunta já foi dada por muitos e não há um consenso em relação a ela.

Dadas as observações que apresentamos sobre o processo pelo qual Steuart determina o tamanho e a forma de crescimento do produto, podemos conceber que seu trabalho seja compatível com o princípio da demanda efetiva baseando-nos no argumento a seguir. Considerando que o princípio da demanda efetiva seja o princípio de que a demanda agregada possa ser insuficiente para absorver o produto gerado a partir do uso normal da capacidade instalada (Garegnani, 1983), a compatibilidade entre teoria da acumulação de Steuart e este princípio tem como base: 1) o autor não considerar que a expansão do investimento, baseada no emprego da poupança, obtida a partir dos lucros, seja o mecanismo único de geração de acumulação; e 2) sua defesa de que os gastos que não criam capacidade são necessários para a manutenção do nível da demanda agregada em valor próximo ao equivalente ao uso normal da capacidade instalada.

O fato de afirmarmos que o princípio da demanda efetiva é compatível com a teoria da acumulação de Steuart não quer dizer que esta última seja totalmente consistente com o primeiro, ou que não sejam necessários avanços em sua teoria do valor e distribuição para que ele possua um argumento teórico completo que sustente sua teoria da acumulação. De fato, nossa análise se baseou nas noções mais gerais, ou nos princípios mínimos necessários para associar o princípio da demanda efetiva ao argumento clássico. Esta alternativa não é, como já mencionamos, a única, portanto, permanecerá a dúvida se é uma interpretação benevolente do autor.

---

<sup>97</sup> Um pouco mais sobre este tema será discutido nas próximas seções da conclusão. Esta é uma das questões não-analíticas mais interessantes que aparecem no decorrer do nosso trabalho.

Não pretendemos elaborar uma interpretação que o coloque acima de seu real valor e contribuição teórica, mas construímos uma análise fundamentada por argumentos dos mais renomados autores sraffianos e interpretadores de Steuart para formular um questionamento próprio sobre a obra deste autor tão interessante e tão pouco estudado.

Vamos concluir, mais uma vez, no sentido de recomendar a análise mais cuidadosa do trabalho de James Steuart. Além da questão da acumulação, James Steuart tratou de vários outros temas como população, moeda, bancos e comércio exterior. E sua interpretação, tão preocupada com a verificação das hipóteses teóricas pela realidade, construiu-se articulando cada um destes temas com a estrutura de pensamento apresentada nos dois primeiros livros dos *Principles*, demonstrando o que já estava claro em seu prefácio: o compromisso de Steuart com um método científico no sentido de criar uma explicação da economia baseada em princípios gerais, mas sem deixar de lado a referência do mundo real. Esta preocupação de Steuart era típica dos cientistas sociais escoceses de sua época.

Ao longo do desenvolvimento de nosso argumento analítico-econômico, fomos confrontados com questionamentos de outras ordens que nos pareceram muito importantes para a compreensão mais ampla do problema que estávamos abordando. Nossa opção pela abordagem analítica, no campo da economia política, criou dificuldades para que incorporássemos as discussões surgidas acerca de questões tão complexas e importantes como o debate metodológico e epistemológico que o trabalho do autor aporta. Ainda assim, da perspectiva analítica, dois pontos com origem neste debate no campo da metodologia nos chamaram a atenção: a articulação entre o auto-interesse e o papel do Estado em Steuart como um projeto alternativo do ponto de vista da perspectiva científica do seu tempo; e a questão do nascimento da economia considerando a perspectiva sraffiana sobre economia política clássica. Não é nosso objetivo tratá-los profundamente, porém julgamos importante, a título de conclusão, apresentar nossas questões sobre alguns destes elementos que permeiam as questões analíticas, na medida em que são parte das visões de mundo e da concepção de ciência do autor.

## II. Steuart x Smith: do indivíduo à ordem social.

A tradição do pensamento científico-filosófico do século XVIII reflete a principal questão da modernidade: afastar o divino da origem da explicação da sociedade e centrá-la no homem. Steuart e Smith situam-se perfeitamente nesta tradição. O indivíduo, para ambos, é de onde são emanados os desejos e as motivações que organizam a sociedade.

Do ponto de vista de Steuart, conforme indica Kobayashi (1999), o princípio central da economia como ciência é o auto-interesse. Tal princípio tem como base o indivíduo. Segundo este autor, Steuart compreende que “a regularidade nos sistemas econômicos existe porque as leis da natureza operam por meio do auto-interesse da população” (Kobayashi, op. cit).

A perspectiva smithiana de uma explicação para a ordem social e econômica a partir do indivíduo é notória e dominante nas interpretações da história do pensamento econômico. Em Smith a ordem social é espontânea, e seu estabelecimento se deriva da mão invisível que harmoniza o caos potencial dos interesses individuais e os orienta para um bem estar coletivo.

Apesar de possuírem um ponto de partida semelhante, Steuart e Smith criaram análises muito diferentes sobre o funcionamento da economia. A explicação da ordem social e da regulação da economia trazida à tona por Adam Smith é essencialmente diferente daquela que James Steuart apresenta em seu trabalho.

De fato, Steuart não pode ser separado da tradição científica escocesa do século XVIII: o indivíduo é o centro da análise e a experiência é a base para a formulação da teoria. Skinner (1965) destaca a “tentativa cuidadosa de Steuart em combinar as técnicas da indução e da dedução; sua insistência na verificação de resultados e sua ênfase nos poderes limitados da previsão abertos ao economista”. Desta observação, Skinner aponta que a postura steuartiana diante do processo científico é similar a de Smith e de seus contemporâneos, apesar da particularidade de enfatizar as limitações da economia como ciência.

Na concepção de Steuart, a limitação da economia como ciência pura só pode ser superada a partir de uma abordagem histórica. Não existe um sistema econômico abstrato que possa dar conta de explicar completamente os fenômenos econômicos e sociais, objeto desta ciência. Com base neste tipo de articulação de idéias, Steuart fornecerá uma interpretação para o funcionamento da economia que tem como mola-mestra o auto-interesse do indivíduo, mas este precisa ser mediado pelo Estado e pelas relações de produção para ser capaz de determinar o funcionamento da economia e uma ordem harmônica da sociedade. Sendo assim, Steuart faz questão de deixar bastante claro quais os limites do auto-interesse como princípio organizador da sociedade:

“Espero não ser aqui entendido como dizendo que auto-interesse deveria conduzir o governante em nenhum sentido. Auto-interesse, quando considerado em relação a esta figura, é espírito público, e tal coisa pode apenas ser chamada de auto-interesse, quando é aplicada àqueles que devem ser governados por isto” (Steuart, op. cit., Introduction, Livro II).

O auto-interesse se refere aos súditos e o interesse do governante é a expressão do espírito público. A questão do espírito público diz respeito estritamente ao governante. Os governados não precisam ter este tipo de sentimento, a não ser mediado pelo “auto-interesse” e não há nada que os harmonize espontaneamente. Assim, compete ao governante conferir ao Estado nacional um *status quo* que interesse a sua população. Se o povo se entender agindo em interesse próprio terá uma forte motivação para reproduzir o *status quo* definido pelo “plano do governante”. Há, portanto, um plano do governante que “manipula” o auto-interesse dos cidadãos.

Esta vertente da obra de Steuart coloca em dúvida a idéia de que o auto-interesse é o mediador “das leis da natureza para dar regularidade ao sistema econômico”, como afirma Kobayashi (1999). De fato, no trabalho de Steuart, a regularidade do sistema econômico é dada pela atuação do Estado orientando a produção.

É possível formular uma interpretação da obra de Steuart em que o princípio básico da organização de uma sociedade seja a viabilização da subsistência necessária para sustentar uma população crescente. A subsistência é parte do auto-interesse, porém sua base material é a produção. Por isso o foco da análise steuartiana sobre o desenvolvimento econômico é a evolução do processo de produção de subsistência da população. Na descrição do processo de desenvolvimento tanto os métodos de produção da subsistência se complexificam (enquanto se tornam mais eficientes), como a própria subsistência vai incorporando novos padrões de consumo.

Seu ponto de partida para a análise do desenvolvimento é uma economia em um estágio primitivo (hipotético) no qual ainda não há propriedade sobre a terra nem há produção. Neste contexto, não se faz necessário que se estabeleçam trocas<sup>98</sup> no sentido comercial, pois tudo pertence a todos. A população, seguindo o princípio da viabilização de sua subsistência, se organiza em torno das regiões onde a natureza é mais rica e a sociedade tem seu crescimento limitado pelas forças naturais.

Quando se estabelece propriedade sobre a terra, mesmo que ainda não haja produção de mercadorias, cria-se uma divisão social. Os não-proprietários não terão acesso direto a sua subsistência e para conseguí-la terão que oferecer algo para trocar pelo excedente das terras dos proprietários. Os cidadãos sem propriedade ficam obrigados a oferecer serviços a outros para obter seu sustento. Assim, a apropriação da terra e a divisão social dela decorrente engendram, dentro desta perspectiva, a necessidade de uma troca comercial.

---

<sup>98</sup> Em inglês há uma diferença importante entre *barter* e *trade* que está relacionada à primeira ser uma transação sem moeda e a segunda ser uma venda ou uma compra contra moeda. A palavra *trade* inclusive pode denominar o que chamamos de comércio, implicando mais fortemente a noção de troca em seu objetivo capitalista, troca de mercadoria em seu sentido marxista. Em português esta distinção foi convencionada através do uso da expressão “troca pura” para significar *barter* e deixando a palavra troca com um sentido mais genérico que não pode também corresponder ao sentido de *trade* utilizado por Steuart. Dada esta dificuldade, optamos por explicar, em cada ponto do texto, qual o conceito a que estamos nos referindo.

Neste contexto, o desenvolvimento da agricultura oferece uma dupla solução: emprega produtivamente os não-proprietários, capacitando-os a obter sua subsistência através do trabalho; e gera a possibilidade da superação do limite físico natural para o crescimento populacional, ligado ao aumento da capacidade de expansão do excedente agrícola. Assim, a partir da existência da produção agrícola, em um ambiente onde a troca comercial é necessária para a distribuição e reprodução do excedente, estabelece-se uma economia mercantil, ou seja, uma economia em que se produzem mercadorias visando à troca no mercado.

Supomos, então, que é pela sua explicação para o desenvolvimento da economia considerar o indivíduo, mas não ser baseada em uma lógica que emana exclusivamente dele que Marx (1857) destaca Steuart como um autor que escapou da “ingenuidade” (p.26) dos cientistas sociais do século XVIII, que imaginavam que o homem moderno, isolado, independente do meio, formulado como objeto científico no século XVIII, fosse o ser humano em seu “estado puro”. Marx (1857) afirma que o homem é um animal social e como tal “só pode isolar-se em sociedade”, isto é, o conceito de homem “livre” do século XVIII surge em um contexto em que as relações sociais atingem seu mais alto grau de desenvolvimento, não sendo, de forma nenhuma, independente destas.

Sendo assim, para contrastar um pouco com nosso ponto de partida na afirmação de Kobayashi (1999), poderíamos também pensar que o princípio organizador da sociedade em Steuart é a produção, mas que sua manutenção e crescimento são mediados pelo auto-interesse dos indivíduos e pelo Estado.

Do nosso ponto de vista, a verdadeira diferença entre Steuart e Smith (como também em relação aos clássicos subseqüentes que “compraram” a visão smithiana) está na suposição steuartiana de que a economia não era capaz de se desenvolver efetivamente se entregue aos seus próprios meios. Todo o seu entendimento da dinâmica econômica identificava a necessidade de um maior ou menor grau de intervenção, a depender do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e do padrão de consumo, para que a economia pudesse crescer. Já a proposta smithiana acreditava em um mecanismo espontâneo de crescimento econômico gerado pela

concorrência dos capitalistas por maiores taxas de lucro, ainda que não renegassem intensamente a importância da política econômica no processo de desenvolvimento, principalmente no que diz respeito às questões internacionais<sup>99</sup>.

Em Smith o mercado ganha total autonomia no processo de explicação da ordem social. A solução do mercado não reconhece ou expulsa de seu foco de interesse a diferenciação de poder que surge entre os indivíduos a partir da distribuição da riqueza<sup>100</sup>. Não existe um poder maior capaz de definir o destino da sociedade, ela é autodeterminada. Seus indivíduos, como suas células *mater*, a determinam. Esta concepção faz parte da necessidade de explicação de uma sociedade auto constituída sem o recurso de mão divina e/ou do soberano.

Neste contexto, o Estado smithiano fica restrito a atuar na defesa externa, na administração na justiça enquanto garantidora da propriedade e na manutenção e realização de obras e instituições públicas. O próprio Smith no primeiro capítulo do seu livro quinto deixa explícita esta visão:

“O terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam

---

<sup>99</sup> Pela primeira vez estamos mencionando a questão internacional no trabalho. Fizemos a opção por restringir a discussão no âmbito da economia fechada não porque pensamos que os interesses ligados à inserção externa de uma economia no sistema mundial sejam menores, ou que tenham pouco importância analítica em Stuart e nos clássicos em geral. Muito pelo contrário reconhecemos a importância das relações econômicas internacionais para o desenvolvimento de qualquer país, porém cremos que este tema por si só daria lugar a uma outra tese. Além disso, em minha dissertação de mestrado discuti as implicações do mecanismo de acumulação de Stuart sobre as decisões de relações internacionais e suas diferenças de acordo com o estágio de desenvolvimento da nação.

<sup>100</sup>O Estado, em Stuart, possui uma relação dialética com a riqueza proveniente da atividade econômica e com o indivíduo. O soberano sabe que seu poder é ampliado quanto mais rico for o seu Estado. Ao mesmo tempo não é difícil perceber que o aumento da riqueza do Estado não se reflete no aumento uniforme da riqueza de seus indivíduos, sendo assim aqueles que mais acumulam, também ganham mais poder. O poder do dinheiro passa a limitar o poder do soberano, ao mesmo tempo em que dá poder a ele. Hirshman (1977) apresenta uma leitura interessante da obra de Stuart neste sentido.

proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou pequeno número de indivíduos, não se podendo, pois, esperar que algum indivíduo ou pequeno número de indivíduos as crie e mantenha. Também o cumprimento deste dever exige despesas cujo montante varia muito conforme os diferentes períodos da sociedade.

Depois das instituições e obras públicas necessárias para a defesa da sociedade e para a administração da Justiça – ambas já mencionadas – , as demais obras e instituições públicas consistem sobretudo nas que se destinam a facilitar o comércio da sociedade e nas que visam promover a instrução do povo.” (Smith, 1776, Livro V, Cap. I, p.173)

Smith, portanto, formula um sistema explicativo para a emergência da ordem social a partir do indivíduo e uma mão invisível que funciona como o grande operador da organização social. O problema econômico dentro desta perspectiva pode ser isolado e formulado em termos lógicos, sendo o princípio explicativo minimal o auto-interesse dos indivíduos que, através do operador da mão invisível, dá origem a um bem-estar coletivo<sup>101</sup>.

É interessante notar que o caminho teórico que explora o indivíduo como a origem da explicação da economia e da ordem social, trilhado por grande parte da filosofia moral dos séculos XV a XVIII e complementado, de uma certa forma, pela solução smithiana do mercado, refinando as bases do liberalismo, foi “maximizado” pelos marginalistas, que abandonaram o princípio do auto-interesse como referência e incorporaram a razão maximizadora como explicação para o comportamento do indivíduo e o equilíbrio geral walrasiano como uma noção que substitui o bem estar de Smith e explica uma ordem do mercado, agora racional, porque demonstrada

---

<sup>101</sup> Uma explicação mais completa e interessante para o desenvolvimento teórico de Adam Smith pode ser encontrado em Ganem (2000 a).

matematicamente<sup>102</sup>. Por outro lado, Steuart poderia ser pensado como parte de um caminho que se abre para uma perspectiva mais heterodoxa que compreende que a ação do indivíduo além de limitada, está mediada pelas instituições, pelas regras e pelo Estado na determinação do funcionamento da economia.

### **III. Steuart e o nascimento da economia como ciência.**

Já discutimos uma série de limitações analíticas existentes na teoria de Steuart entre as quais as principais são: o autor não percebe o surgimento da classe dos capitalistas e não formula uma teoria dos lucros. A ausência destes dois elementos dificulta a constituição analítica de um mecanismo espontâneo, ordenador da produção e da distribuição. Em contrapartida esta mesma dificuldade abre espaço para que o Estado steuartiano se torne o viabilizador da economia em uma sociedade mercantil e o garantidor do processo de distribuição.

A dúvida que surge e que nos parece interessante de ser explorada é a seguinte: a percepção de Steuart acerca da importância do Estado no processo de acumulação capitalista é fruto de uma fragilidade analítica, ou este autor não aceitou a interpretação do século XVIII de que existe uma ordem social espontânea, baseada exclusivamente na ação dos indivíduos, localizando a mão invisível do mercado como o grande operador econômico e social.

Desta dúvida surge um questionamento interessante, também digno de reflexão, sobre o nascimento da economia que envolve a paternidade smithiana da economia como ciência autônoma. Skinner (1965) afirma que “a economia tinha uma história muito antes do século XVIII, embora a história da economia como uma ciência possa ser indicada como iniciando neste período.” Por outro lado, Roncaglia (1985) argumenta que nos séculos XV e XVI se afirmaram os Estados Nacionais e se assistiu

---

<sup>102</sup> O trabalho de Ganem (1996) apresenta de forma detalhada este argumento.

a uma revolução na ciência política com Maquiavel estudando a arte do governo como um problema distinto da moral. Neste contexto, passam a existir muitos escritores que “aconselham” os governantes sobre como tornar seu Estado rico por meio de políticas de comércio exterior, tributação e gasto público. Roncaglia, porém, crê que:

“Só no século XVII, com o inglês William Petty, tivemos uma revolução tão radical que tornou possível se falar do nascimento da economia como ciência autônoma. Na realidade Petty, proclamando-se fundador de uma nova ciência, usa termos distintos [para designar a ciência econômica]: *aritmética política* ou *anatomia política*. O seu objetivo declarado é aquele não de julgar, mas de descrever o funcionamento da sociedade (do “corpo político”, para usar suas próprias palavras), medindo os fenômenos econômicos e individuando suas leis, isto é, relações sistemáticas entre os diversos aspectos da realidade econômica.” (Roncaglia, 1985, p.5).

Skinner não discorda completamente de Roncaglia considerando que “a ciência começa quando os problemas são isolados e apresentados em termos lógicos (...) e onde as regras do pensamento são consistentemente aplicadas.” (Skinner, 1965). Em seguida, observa que se pode considerar o nascimento da economia como ciência no momento a partir do qual o pensador tem sucesso em separar seu campo de estudo dos outros, construindo um coerente e sistemático corpo de conhecimento aplicando os métodos de pensamento àquela área de estudo especificada. Finaliza, porém, seu argumento dizendo que “esta é a natureza da realização de Adam Smith, e pode ser destacado que sua justificável posição proeminente na história de sua disciplina deriva não apenas deste aspecto de seu trabalho, mas também a reconhecida superioridade de sua análise quando comparada com seus antecessores, incluindo Steuart”. (Skinner, op. cit.)

Kobayashi (1999) afirma que, tal como Petty, Steuart tinha total consciência da ambição de sua obra. Steuart abre o prefácio dos *Principles* com a seguinte frase: “É

com grande receio que apresento ao público esta tentativa de reduzir a princípios, e transformar em uma ciência regular, os complexos interesses da política (*policy*) nacional”<sup>103</sup>. O autor teria pretendido formular sua ciência com base na dedução, procurando, a partir de sua experiência no exílio, ao conhecer uma série de economias diferentes e se despidendo de todo e qualquer preconceito, ser capaz de distinguir leis gerais que definissem uma nova ciência<sup>104</sup>. Vejamos também a citação abaixo, extraída ainda do Prefácio dos *Principles*:

“Este [trabalho] vai um ponto mais longe que coletar e organizar alguns elementos relativos aos temas mais interessantes de política (*policy*) moderna, (...). Os princípios deduzidos de todos os tópicos parecem toleravelmente consistentes; e o todo é uma linha de raciocínio por meio da qual descrevi a conexão de todos os temas o mais fielmente que pude: mas sendo a natureza do trabalho uma dedução de princípios, não uma coleção de instituições, aproveitei as oportunidades que meu raciocínio colocou em meu caminho, para conectar cada princípio (...) com cada parte da investigação à qual se referisse;...”

É fato, porém, admitido pelo próprio Steuart que não pretendia elaborar um sistema no sentido do conceito científico utilizado pela tradição francesa de sua época. Kobayashi (1999), como também, Skinner (1965) destacam que Steuart rejeita “aquilo que os franceses chamam de Sistemas” afirmando que “estes são nada mais que uma cadeia de conseqüências contingentes, derivada de máximas fundamentais, adotadas, talvez, sem muito cuidado. Tais sistemas são meramente conceitos; eles

---

<sup>103</sup> Esta afirmação, além de todas as questões relacionadas ao próprio conteúdo do trabalho de Steuart tratadas aqui e em minha dissertação de mestrado, colocam cada vez mais responsabilidade em Smith (1776) na produção do preconceito intelectual que localiza Steuart entre os mercantilistas. É fato também, que sua visão sistêmica não foi tão bem sucedida quanto a “mão invisível” de Smith, como expressão da ordem social espontânea (Ganem,2000a).

<sup>104</sup> O Prefácio dos *Principles* de Steuart é uma grande nota sobre seu o método.

ludibrium o entendimento e apagam o caminho para a verdade” (Steuart, 1767, Prefácio). Isto significa dizer que apesar de destacar a possibilidade e a necessidade de se encontrar princípios gerais e universais para explicar o fenômeno econômico, Steuart discorda que tais princípios devam ser articulados para formular um sistema que crie sua total independência explicativa em relação à realidade. A complexidade da realidade tem que ser sempre re-visitada pelo cientista para a formulação de explicações apropriadas<sup>105</sup>.

Isto leva Skinner (1965) a afirmar que a visão de Steuart reflete os procedimentos, mas não a ênfase, típica do pensamento moderno, pois ele “coloca tanta ênfase nas limitações da economia científica como na necessidade de tratar a economia como ciência<sup>106</sup>” (Skinner, op. cit).

A partir desta discussão, propomos uma reflexão sobre o nascimento da economia. Se em sua gênese a economia deve ser entendida como uma teoria do mercado, na qual o mercado “é ao mesmo tempo, uma solução para a explicação da sociedade e uma solução para a questão lógico-científica que angustiou os modernos durante séculos” (Ganem, 2000b, p.11), libertando a sociedade da ação divina, então a economia sem dúvida nasce com Smith. Neste contexto a economia nasceria como uma ciência autônoma capaz de criar suas próprias perguntas e sua própria explicação sobre a ordem social. Por outro lado, se o princípio organizador da economia e da sociedade está nas relações de produção, mesmo que mediadas pelo indivíduo, então podemos resgatar o nascimento da economia para o início da produção científica dos economistas clássicos e vamos concordar com Marx que ela

---

<sup>105</sup> Há uma importante produção que indica uma inspiração de Hegel na obra de Steuart na formulação do método dialético. Um exemplo pode ser visto em Ege (1999) que referencia também Chamley (1963) e Chamley (1965).

<sup>106</sup> Com base em Silveira (1994) podemos identificar Steuart como um autor que percebe a indeterminação de Sênior, ou seja, que não pretende trabalhar no campo do desenvolvimento econômico com base em teoria pura, reconhece a necessidade de se descer no nível de abstração e incorporar questões históricas e institucionais específicas para que se produza uma explicação adequada do fenômeno.

nasce “com Sir William Petty na Inglaterra e Pierre le Pessant de Boisguilbert na França” (Marx, 1857). Sob esta visão James Steuart passa a desempenhar um papel importante neste processo de constituição da economia política.

Aceitar que o nascimento da economia se dá quando se passa a conceber a produção como fator organizador das relações sociais, sendo um princípio capaz de responder e formular perguntas próprias realça duas questões importantes: em primeiro lugar, admite-se que a disciplina e a profissão nascem da prática, para posteriormente ganhar uma formulação teórica e acadêmica; em segundo lugar, não se aceita a concepção do indivíduo do século XVIII, fruto da sociedade da livre concorrência, “que aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de conglomerado humano limitado e determinado” (op. cit), possa ser o homem em seu “estado puro”, ao contrário, este indivíduo é um resultado histórico.

Não nos dedicaremos a responder estas questões, mas apenas as formulamos como indicações importantes de que as diferenças entre Steuart e os clássicos contemporâneos (Smith em especial) e posteriores transcendem as questões analíticas e podem apontar para uma interpretação distinta dos fenômenos econômicos, que não aceita o mercado como o princípio regulador da sociedade e acentua a importância do Estado como agente fundamental nos processos de acumulação capitalista.

## **Bibliografia:**

AKHTAR, M.A.; *Sir James Steuart on Economic Growth*, Scottish Journal of Political Economy, vol.25(1), Glasgow, 1978.

AKHTAR, M.A.; *An analytical outline of Sir James Steuart Macroeconomic Model*, Oxford Economic Papers, vol.31(2), London, 1979.

ALBERTONE, M.; *The difficult reception of James Steuart at the end of the eighteenth century in France*, in: TORTAJADA, R.(ed), The Economics of James Steuart, Routledge, 1999.

ASPROMOURGOS, T.; *On the Origin of the Term 'Neoclassical'*, Cambridge Journal, vol.10(3), London, 1986.

ASPROMOURGOS, T.; On the Origin of Classical Economics, Distribution and Value from William Petty to Adam Smith, Routledge, London, 1996

ASPROMOURGOS, T.; *Review on R. Tortajada (ed.) The Economics of James Steuart*, European Journal of History of Economic Thought, Vol.7(2), 2000.

BENETTI, C.; *Torrens, Robert*, in: KURZ, H. & SALVATORI, N.; The Elgar Companion to Classical Economics L-Z, Edward Elgar, Northampton, 1998

BHARADWAJ, K. ; Accumulation, Exchange and Development, Essays on the Indian Economy, Sage Publication, New Delhi/Thousand Oaks/London, 1994

BHARADWAJ, K; Themes in value and distribution; classical theory reappraised, Unwin Hyman, London, 1988.

BLAUG, M.; David Hume (1711-1776) e James Steurat (1712-1780), Coleção: Pioneers in Economics n. 11, Edward Elgar, 1991.

CHAMLEY, P.; *Sir James Steuart inspirateur de la "Théorie Générale*, Revue d'économie politique, 3, Paris, 1962.

CHAMLEY, P.; Économie Politique et philosophie chez Steuart et Hegel, Dalloz, Paris, 1963.

CHAMLEY, P.(1965 a); Documents relatifs à Sir James Steuart, Paris, 1965.

CHAMLEY, P.(1965 b); *Les origines de la pensée économique de Hegel*, Hegel-Studien, vol.3, 1965.

CICCONI, R.; *Surplus Approach*, in: ARESTIS, P. e SAWYER, M. (eds), The Elgar Dictionary of Radical Political Economy, Edward Elgar, 1994.

CICCONI, R.; *Surplus*, in: SALVATORI, N. e KURTZ, H. D. (eds) , The Elgar Companion to Classical Economics, Edward Elgar, 1998.

CICCONI, R.; *Short Run Prices: a Comparative Analysis of Their Intended Empirical Content*, in: MONGIOVI, G. & PETRI, F.(editores); Value , Distribution and Capital: Essays in Honour of Pierangelo Garegnani, Routledge, 1998.

EAGLY, R.V.; *Sir James Steuart and the "Aspiration Effect"*, Economica, n. 28, 1961.

EATWELL, J.; *Theories of Value, Output and Employment*, in: EATWELL J. & MILGATE, M. (eds); Keynes' Economics and Theory of Value and Distribution, Duckworth, London, 1983.

EATWELL, J. & MILGATE, M., *Some deficiencies of Walrasian intertemporal equilibrium*, in: MONGIOVI, G AND PETRI, F.(eds.); Value, Distribution and Capital, Routledge, 1999.

EATWELL, J. & MILGATE, M., *Introduction* in: EATWELL, J. & MILGATE, M. (eds); Keynes' Economics and Theory of Value and Distribution, Duckworth, London, 1983

EGE, R.; *The New interpretation of Steuart by Paul Chamley*, in: TORTAJADA, R.(ed), The Economics of James Steuart, Routledge, 1999.

GANEM, A.; *Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível*, Revista de Economia Política, vol.16, n.2 (62), São Paulo, 1996.

GANEM, A. (2000 a); *Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica*, Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, vol.4, n.2, 2000.

GANEM, A. (2000 b); *A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos*, Revista Nova Economia, Belo Horizonte, vol.10, n.1, 2000.

GAREGNANI, P. (1960); Il capitale nelle teorie della distribuzione, Milano - Dott. A. Guiffrè Editore (Publicazioni della Facolta di Economia e dell'Università di Roma), Terceira edição, 1978.

GAREGNANI, P.; *Heterogeneous Capital, the Production Function and the theory of Production*, Review of Economic Studies, 1970.

GAREGNANI, P. ; *Sobre a Teoria do Valor e da Distribuição em Marx e nos Economistas Clássicos*, in Progresso Técnico e Teoria Econômica, Hucitec-UNICAMP, 1980.

GAREGNANI, P.; *Two Routes to effective demand: a comment on Kregel*, in: KREGEL, J. (ed); Distribution, Effective Demand and International Economic Relation, Macmillan,1983

GAREGNANI, P.; Sraffa: Classical versus marginalist analysis, mimeo, 1985.

GAREGNANI, P. & PETRI, F.; *Marxismo e Teoria Econômica hoje*, in: Hobsbawn, E., História do Marxismo, vol. 12, Paz e Terra, 1989.

GAREGNANI, P.; *Quantity of Capital*, in: The New Palgrave-Capital Theory, Macmillan, 1990a.

GAREGNANI, P.; *Sraffa: Classical vs. Marginalist Analysis*, in: SCHEFOLD, B. & BHARADWAJ, K. (eds); Essays on Piero Sraffa, Unin Hyman, 1990 b.

GAREGNANI, P.; *The Labour Theory of Value: 'detour' or technical advance?*, in: Caravele, G.A. (ed), Marx and the Modern Economic Analysis: Values, Prices and Exploitation: The Future of Capitalism and the History of Thought, Edward Elgar, 1991.

GAREGNANI, P.; *Some Notes for an analysis of accumulation*, in: Nell, E.; Laibman, D.; Halevi, J. (eds.), Beyond the Steady State, Macmillan, London, 1992.

GAREGNANI, P.; *Savings, investment and capital in a system of general intertemporal equilibrium*, in Kurz, H. (ed.), Critical Essays's on Piero Sraffa's Legacy Economics, Cambridge University Press, 2000.

GISLAN, J-J; *James Steuart: Economy and Population*; in TORTAJADA, R. (org); The Economics of James Steuart, Routledge, London, 1999

HIRSHMAN, H. (1977); As Paixões e os Interesses, Record, Rio de Janeiro, 2002.

JEVONS, W.S. (1871), A Teoria da Economia Política, Coleção: Os Economistas, Nova Cultural, 1987.

KALECKI, M. (1933); *Esboço de uma teoria do ciclo econômico* in: KALECKI, M.; Crescimento e ciclo das economias capitalistas: ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli, Hucitec, 1977.

KEYNES, J.M.(1936); A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Coleção: Os Economistas, Nova Cultural, 1985.

KOBAYASHI, N., *On the method of Sir James Steuart*, in: TORTAJADA, R. (org); The Economics of James Steuart, Routledge, London, 1999.

KURZ, H.; *Against the current: Sraffa's unpublished manuscripts and history of economic thought*, The European Journal of History of Economic Thought, Routlegde, London, 1998.

LIST, G. F.(1855); Sistema Nacional de Economia Política, Coleção Os Economistas; Nova Cultural, São Paulo, 1986.

LOW, J.M.; *The rate of interest: British opinion in the eighteenth century*, Manchester School of Economic and Social Studies, 22, May, 1954.

MALTA, M.; A Teoria da Acumulação de James Steuart, dissertação de mestrado não publicada, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

MALTA, M.; *James Steuart e o princípio da demanda efetiva*, Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica, Conservatória, 2005 (ainda não publicado).

MALTHUS, T. (1820); Princípios de Economia Política, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

MARX, K. (1857), Para a Crítica da Economia Política, Coleção Os Pensadores, Nova Cultural, São Paulo, 2005.

MARX, K. (1859), A Contribution to the Critique of Political Economy, traduzido para o inglês por Ryazanskaya, S.W. e editado por Dobb, M., Progress Publishers, Moscow, 1970.

MARX, K. (1867), O Capital: crítica da economia política, Coleção os Economistas, Nova Cultural, São Paulo, 1985

MARX, K. (1954), Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico, Bertrand Brasil, 1987.

MEDEIROS, C.A.; *Insituições e Desenvolvimento Econômico na Abordagem do Excedente*, Anais do V Encontro Nacional de Economia Política, Fortaleza, 2000 (publicado em meio digital).

MEEK,R.; *The Economics of control prefigured by Sir James Steuart*, Science and Society, 22(4), 1958.

MEEK, R., Economia e Ideologia, Zahar, Rio de Janeiro, 1971.

MIGLIOLI, J.; Acumulação de capital e demanda efetiva, Ed.T.A Queiroz, São Paulo, 1982.

MONGIOVI, G.; *Notes on Say's law, classical economics and the theory of effective demand*, Contributions to Political Economy, n.9, 1990.

PANICO, C.; *Long period*, in: SALVATORI, N. e KURTZ, H. D. (eds) , The Elgar Compenion to Classical Economics, Edward Elgar, 1998.

PETRI, F.; Teorie del Valore e della Distribuzione, La Nuova Italia Scientifica, Roma, 1989.

PIVETTI, M.; An Essay on Money and Distribution, Macmillan, 1991.

POLANYI,K.; *The Economy as Instituted Process*, in Trade and Market in the Early Empires, The Free Press, 1957.

POSSAS, M.L.; Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica; Ed, Brasiliense, 1987.

REDMAN, D,; *Sir James Steuart's Statateman Revisited*,Scottish Journal of Political Economy, vol 43 (1), February, pp. 48-70, 1996.

RICARDO, D. (1817), Versão de P.Sraffa (1951); Princípios de Economia Política e Tributação, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

RICARDO, D. (1928), Versão de P.Sraffa (1951); Notas aos Princípios de Economia Política de Malthus, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

RONCAGLIA, A.(1985); Manuale di Economia Politica, Editori Laterza, Roma-Bari, 1993.

ROSANVALLON, P.; (1979), O liberalismo econômico, Edusc, Bauru, 2002.

SCHEFOLD, B.; Normal Prices, Technical Change and Accumulation, Macmillan, London, 1997.

SCHUMPETER, J.A.; History of Economic Analysis, George Allen and Unwin, London, 1954.

SEN, S.R., *Sir James Steuart's general theory of employment, interest and money*, Economica, n.14, 1947.

SEN, S.R., The Economics of Sir James Steuart, Cambridge MA, Harvard University press, 1957.

SERRANO, F.; *Reviewing Pivetti's "An Essay on Money and Distribution"*, Contributions to Political Economy, 1993.

SERRANO, F.; *Long Period Effective Demand and the Sraffian Supermultiplier*, Contributions to Political Economy, 1995

SERRANO, F.; The Sraffian Supermultiplier, unpublished Ph.D. dissertation , Cambridge University, 1996

SERRANO, F.; *Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento*, in: Fiori, J.L. & Medeiros, C.A., Polarização mundial e crescimento, Vozes, petrópolis, 2001.

SILVEIRA, A.M.; *A Indeterminação de Sênior: perspectivas e realizações de um programa de pesquisa*, Economia, Curitiba, n.23, 1999.

SILVEIRA, A.M.; *Estudos sobre a Indeterminação de Sênior*, Vol.II, Ensaio Econômicos, EPGE, 1994.

SKINNER, A.S.; *Sir James Steuart: a perspective on Economic Policy and Development*, in Quaderni di Storia Dell'Economia Politica, vol.3, 1985

SKINNER, A.S.; *Introduction: Sir James Steuart and the Jacobite connection*, in: TORTAJADA, R.(ed), The Economics of James Steuart, Routledge, 1999.

SKINNER, A.S.; *James Steuart: aspects of economic policy*, in: TORTAJADA, R.(ed), The Economics of James Steuart, Routledge, 1999.

SKINNER, A.S.; *Sir James Steuart: Economics and Politics*, Scottish Journal of Political Economy, vol.9, February, 1962.

SKINNER, A.S.; *Economics and the problem of the method: an eighteenth century view*, Scottish Journal of Political Economy, vol.12 (3), November, 1965.

SMITH, A. (1776), A Riqueza das Nações, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

SOARES, L. C.; *Ciência, religião e Ilustração: as academias de ensino dos dissentes racionalistas ingleses no século XVIII*, Revista Brasileira de História, vol. 21, n.41, São Paulo, 2001.

SRAFFA, P.(1951); *Introdução* in: RICARDO, D. (1817), Versão de P.Sraffa (1951); Princípios de Economia Política e Tributação, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

SRAFFA, P.; Production of Commodities by Means of Commodities, Cambridge University Press, Cambridge, 1960

STETTNER, W. F.; *Sir James Steuart on the Public Debt*, Quartely Journal of Economics, n.59, May, 1945.

STEUART, J.; An Inquiry into the Principles of Political Oeconomy, Printed for A. Millar, and T. Cadell, Strand, London, 1767.

STEUART, J.; *The Works, Political Metaphysical, and cronological, of the late Sir James Steuart of Coltness, Bart., T.Cadell e W. Davies, Strand, London ,1805.*

STIRATI, A.; The Theory of Wages in Classical Economists, Edward Elgar, 1994.

TEIXEIRA, A.; *Marx e a economia política, a crítica como um conceito*, Econômica, vol. II, número 4, dezembro, 2000.

TEIXEIRA, A.; *Mercado e Imperfeições de Mercado: O Caso da Assistência Suplementar*, 2005, disponível no site <http://www.leps.ufrj.br>.

TOLIPAN, R.M.L.; A ironia na história do pensamento econômico, tese de professor titular da FEA/UFRJ, mimeo, 1988.

TORTAJADA, R., *Rate of interest, profit and prices in the economics of James Steuart*, in TORTAJADA, R. (org); The Economics of James Steuart, Routledge, London, 1999.

VEBLEN, T.; The place of science in modern civilisation and other essays, B.W. Huebsch, New York, 1919.

VIANELLO, F. *Labor Theory of Value*, in: EATWELL, J., MILGATE, M. & NEWMAN, P. The New Palgrave Dictionary of Economics, Macmillan, London, 1987.

YANG, H-S.; The Political Economy of Trade and Growth, An analytical Interpretation of Sir James Steuart's Inquiry, Edward Elgar, 1994.

YANG, H-S.; *James Steuart macroeconomic analysis of money, price and output*, in: TORTAJADA, R. (org); The Economics of James Steuart, Routledge, London, 1999.